

**ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
O CASO PORTUGUÊS (2006-2009)**

João Camacho Giestas Cancela

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
Área de Especialização em Ciência Política**

Março, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a
orientação científica do Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas foram cruciais para a concretização deste trabalho. Antes de mais, agradeço ao professor Pedro Tavares de Almeida a confiança que tem depositado em mim. No decurso da investigação e do processo de escrita, revelou-se essencial a sua exigência no que toca à clareza de raciocínio e de linguagem, assim como a sua admirável capacidade de “descomplicar” os obstáculos intelectuais com que me fui deparando. Devo-lhe ainda o privilégio de integrar a equipa do projecto de investigação “Sociedade Civil e Democracia: Portugal numa perspectiva comparada”, desenvolvido no Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.

Aos professores Rui Branco e Tiago Fernandes agradeço a profusão de conhecimentos que têm partilhado comigo, os convites para trabalhos em conjunto e, em especial, todas as ideias que me deram no sentido de melhorar este projecto. Num exemplo flagrante de *path dependence*, o caminho escolhido de início acabou por não permitir que adoptasse algumas das sugestões mais auspiciosas. No entanto, tomei nota delas e julgo que será possível integrá-las numa próxima fase.

Tive a oportunidade de apresentar uma versão anterior de um dos capítulos da dissertação no *Seminário de Política Comparada* do Departamento de Estudos Políticos da FCSH-UNL em Fevereiro de 2012. Agradeço aos vários participantes que me interpelaram com questões muito úteis para o desenvolvimento e a clarificação de alguns elementos da investigação. Expresso o meu reconhecimento, sobretudo, ao comentador da minha apresentação, o professor Marco Lisi, pela atenção e cuidado que imprimiu à leitura do texto e pelas sugestões que me deixou para que eu pudesse desenvolvê-lo e melhorá-lo substantivamente. O professor António Tavares, da Universidade do Minho, também teve a amabilidade de me transmitir as suas impressões sobre o texto, facultando-me pistas e referências bibliográficas.

Deixo uma palavra de estima aos outros assistentes de investigação do projecto “Sociedade Civil e Democracia”, que têm recolhido e trabalhado um assinalável manancial de dados: Ana Guardiã, António Dias, Frederico Rocha, Maria Begonha, Marta Marcos e Thierry Dias Coelho. Ao Thierry cabe um agradecimento especial, pela

amizade e palavras de incentivo com que me foi brindando em sucessivos momentos da investigação.

Impõem-se duas alusões no que concerne à origem dos dados aqui analisados. A base de dados com informações relativas às associações criadas em Portugal, adquirida pelo projecto “Sociedade Civil e Democracia” ao Instituto dos Registos e do Notariado, foi trabalhada e depurada por Rui Branco, Tiago Fernandes, Thierry Dias Coelho e por mim. Essa empreitada colectiva foi tão desmesurada quanto recompensadora, já que me permitiu tomar opções conceptuais e metodológicas que de outra forma estariam vedadas. Recorro ainda aos dados de um outro projecto de investigação, “Participação e Deliberação Democráticas”, desenvolvido entre 2005 e 2009 no Centro de Investigações e Estudos em Sociologia do ISCTE-IUL, com coordenação do professor José Leite Viegas. Os dados deste e de outros projectos conduzidos nesta instituição foram compilados e disponibilizados ao público num único volume. Agradeço aos responsáveis por esta edição, os professores André Freire e José Leite Viegas, e Filipa Seiceira, já que a disseminação de recursos e materiais produzidos é uma forma de potenciar a utilidade dos projectos de investigação em ciências sociais.

Noutro plano, endereço um agradecimento aos amigos com quem, ao longo do último ano, fui estando menos do que o habitual. À minha Mãe (que me ofereceu uma inestimável ajuda na revisão final do texto) e ao Alberto devo imenso, mas destaco os excelentes almoços, as animadas conversas e os preciosos conselhos. Finalmente, um “muito obrigado” a quem mais de perto me acompanhou: a Sofia, que ficará quase tão satisfeita quanto eu assim que esta dissertação for entregue e defendida.

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O CASO PORTUGUÊS (2006-2009)

João Camacho Giestas Cancela

RESUMO

Desde há algum tempo que autores de diversos quadrantes teóricos têm argumentado que a sociedade civil é benéfica para a democracia. Um dos efeitos recorrentemente identificados pela literatura reside na maior propensão dos membros de associações para o exercício da participação política. A presente dissertação debruça-se sobre a relação entre as dinâmicas associativas e a participação política em Portugal.

Para determinar os contornos desta relação, procedeu-se a uma análise quantitativa a dois níveis: o individual e o agregado. No primeiro nível recorreremos aos dados de um estudo de opinião conduzido em 2006, procurando aferir se a natureza dos vínculos mantidos com as associações influencia a propensão dos indivíduos para participar politicamente. Tentamos também perceber de que forma o exercício do voto se distingue das demais modalidades de participação no que toca à influência do envolvimento associativo.

No plano agregado, testamos se as dinâmicas locais da sociedade civil estão significativamente relacionadas com as taxas de participação eleitoral ao nível municipal. Para quantificar a dinâmica da sociedade civil recorreu-se a uma base dados ainda não testada, a partir da qual foram construídas variáveis independentes relativas à densidade (número de associações *per capita*) e às ecologias (a natureza das organizações) associativas. Como variáveis dependentes foram usadas as taxas de participação eleitoral ao nível municipal em cinco actos celebrados entre 2006 e 2009.

Os resultados, no que toca ao plano individual, vão no sentido de confirmar a validade das hipóteses de partida. As hipóteses ao nível agregado, pelo contrário, não foram corroboradas, sendo de sublinhar que a densidade associativa é um factor preditivo apenas da participação nas eleições autárquicas. Os resultados dos testes em ambos os planos apontam para uma maior importância das associações em zonas menos povoadas. Este dado, em conjugação com o facto de os graus de interesse por diferentes níveis da política (local e nacional) não se distribuírem de forma homogénea no território português, pode ajudar a explicar uma parte dos resultados obtidos. Algumas das questões ainda em aberto, assim como possíveis linhas de investigação quanto ao impacto das associações na democracia, são apresentadas na conclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Sociedade civil, Associativismo, Participação política, Participação eleitoral, Portugal.

ABSTRACT

Authors from diverse theoretical backgrounds have long regarded civil society as a cornerstone of democracy. Several empirical studies have also shown that members of associations consistently exhibit higher levels of political participation than non-members. Focusing on the Portuguese case, this dissertation addresses the relation between political and electoral participation, on the one hand, and civic engagement, on the other.

The quantitative analysis proceeds at two levels: the individual and the aggregate. At the former we examine data from a 2006 survey and test whether different types of engagement affect levels of political participation in a similar vein. We also try to assess if the influence of associational commitment extends to electoral turnout. At the aggregate level, we examine if civil society density and the type of local associational ecologies account for levels of electoral turnout across Portuguese municipalities. Using a previously untested database we develop two independent variables that allow us to measure both of these dimensions.

The analysis broadly confirms the hypotheses at the individual level. However, at the aggregate level the tests did not yield the expected results: except for local elections, the intensity of local associational life is not a significant predictor of turnout. The results lead us to sketch some tentative explanations in the fifth chapter. Interestingly the results from both levels of analysis point to the fact that civic engagement might be more widespread in less populated areas. More attention should be paid to the specific nature of local level participation as opposed to that on a national scale. Several questions remain open and further research will be required in order to assess the real impact of associations in Portuguese democracy.

KEYWORDS: Democracy, Civil society, Civic engagement, Political participation, Electoral turnout, Portugal.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iv
Abstract	v
Índice	vi
Introdução.....	1
Capítulo I: Sociedade civil e democracia.....	5
I. 1. A ideia de sociedade civil.....	5
I. 2. Visões normativas dos efeitos políticos do envolvimento cívico.....	9
I. 3. Estudos empíricos sobre participação política e sociedade civil	16
Capítulo II. Metodologia, hipóteses e dados	22
II. 1. Metodologia.....	22
II. 2.1 Hipóteses ao nível individual.....	26
II. 2.2 Hipóteses ao nível agregado.	27
II. 3 Proveniência dos dados.....	30
Capítulo III: Análise de dados 1 – Nível individual.....	32
III. 1 Envolvimento associativo e participação política em Portugal.....	32
III. 2. Operacionalização da análise.....	37
III. 3. Resultados.....	43
Capítulo IV: Análise de dados 2 – Nível agregado	50
IV. 1. A participação eleitoral portuguesa ao nível agregado	50
IV. 2. Variáveis dependentes.....	53
IV. 3. O associativismo enquanto variável independente	56
IV. 4. Variáveis de controlo.....	59

IV. 5. Resultados.....	62
Capítulo V. Discussão dos resultados.....	66
Conclusão	74
Fontes estatísticas	78
Referências bibliográficas.....	80
Lista de Tabelas.....	88
Lista de Mapas	90
Anexo I – Dados do projecto “Participação edeliberação democráticas”	91
Anexo II – Dados do “Ficheiro Central de Pessoas Colectivas”	94
Anexo III – Mapas	96

INTRODUÇÃO

Por que motivos são alguns cidadãos mais propensos a participar politicamente do que outros? Por que apresentam diferentes locais taxas de participação eleitoral mais ou menos altas? De que forma varia a afluência às urnas consoante o tipo de eleição?

André Blais (2007, p. 621) argumenta que os estudos sobre a participação e a abstenção eleitorais se dividem entre os que tentam explicar por que motivos os indivíduos votam, ou se abstêm, numa determinada eleição e aqueles que procuram explicar as variações (temporais, espaciais ou consoante a finalidade do acto eleitoral) de participação entre eleições. Esta distinção corresponde muitas vezes, embora não necessariamente, a dois níveis de análise de dados: o individual (caso da primeira interrogação, que extravasa o domínio do sufrágio e inclui outras formas de participação) e o agregado. Neste trabalho, as duas abordagens complementam-se, já que as une um fio condutor comum. Procuraremos aferir, em cada um destes níveis, qual o impacto exercido na participação política e eleitoral pela sociedade civil - entendida aqui como o conjunto de grupos formalmente organizados, que resultem de uma pluralidade de vontades, que não dependam em exclusivo do Estado, não constituam plataformas permanentes de competição para a ocupação de lugares de decisão política, nem exerçam uma actuação orientada para o lucro. Uma justificação para esta definição, baseada num percurso atalhado pela história da ideia, é apresentada no próximo capítulo.

Pode argumentar-se que Portugal não é o candidato mais indicado para o teste de hipóteses relacionadas com o associativismo. Com as liberdades de associação cerceadas até ao fim do regime autoritário, o país apresenta hoje níveis de envolvimento cívico comparativamente baixos para os padrões europeus, como se verá adiante. Contudo, entre estes dois momentos – o de um autoritarismo rígido que impedia “formas alternativas de acção colectiva susceptíveis de conferirem ao sistema um maior dinamismo” (Schmitter, 1999, p. 13) e o regime de “democratas, descontentes e desafectos” (Magalhães, 2004) hoje patente – Portugal passou por uma transformação social profunda. Este processo, pelo qual a sociedade portuguesa

transitou para a democracia, “transformou fundamentalmente não só a política mas também as hierarquias sociais e a cultura” (Fishman, 2011, p. 3). Uma forte mobilização sacudiu a sociedade portuguesa, afectando, por exemplo, a distribuição da propriedade agrícola (Bermeo, 1986) e as relações entre a autoridade do Estado e a população (Palacios Cerezales, 2003). Neste quadro, torna-se particularmente interessante constatar que esta etapa histórica não impediu que a sociedade portuguesa manifestasse ainda, um quarto de século depois da implantação da democracia, uma disseminada cultura de distância ao poder (Cabral, 2000, p. 109). Por este motivo, e numa época em que é repetidas vezes reiterada a ideia de que a sociedade civil é essencial para gerar uma cidadania mais capaz e completa, parece-nos pertinente testar de que forma a participação política é maximizada por via do envolvimento associativo. O que nos leva ao segundo vector que norteia a dissertação: ainda que as transformações experimentadas pela sociedade portuguesa tenham tido um âmbito nacional, não podem ser ignoradas as especificidades regionais de alguns destes processos. Não só entre norte e sul, mas também entre litoral e interior, cidades e zonas rurais, têm vigorado diferenças nas dinâmicas de acção colectiva e de associativismo, mesmo no período subsequente à consolidação do regime democrático. Ao analisarmos os dados relativos à composição do tecido associativo, pretendemos também contribuir para um conhecimento mais sustentado das configurações de sociedade civil existentes em Portugal e das suas eventuais implicações enquanto factores de mobilização eleitoral.

A dissertação estrutura-se em cinco capítulos. No primeiro começamos por discutir a ideia de sociedade civil, apresentando um resumo daquilo que tem sido um longo e intrincado debate na filosofia e teoria políticas. As consequências da discussão quanto ao significado desta expressão estendem-se ao campo dos trabalhos empíricos, o que reforça a necessidade de enunciar as opções conceptuais tomadas. De seguida, apresentam-se as principais linhas argumentativas sobre a relação entre a pertença a grupos organizados e a democracia. De acordo com vários autores, um dos efeitos que a sociedade civil exerce na democracia é o de potenciar cidadãos mais activos politicamente. Na parte final do capítulo, apresentamos os traços de convergência e de discussão que marcam estes trabalhos.

O segundo capítulo expõe o quadro metodológico, as hipóteses testadas e a proveniência dos dados analisados. Para usar os termos de della Porta e Keating, a abordagem metodológica deste estudo insere-se numa matriz “pós-positivista” (della Porta e Keating, 2008), que se caracteriza pela procura de regularidades de comportamento mas tendo em atenção o seu carácter contextual. Argumentamos então a favor de uma análise quantitativa que combine dois níveis: o individual e o agregado. O primeiro insere-se numa linha clássica da investigação em ciências sociais, na qual se procede ao teste de hipóteses a partir de amostras representativas da população de um dado espaço geográfico. A integração de uma abordagem no plano agregado permite orientar as hipóteses já não para o comportamento dos indivíduos mas antes para o que sucede à escala dos espaços geográficos - neste caso os 308 municípios portugueses. Depois de justificadas as opções metodológicas, enunciamos as hipóteses de partida, baseando-nos em alguma da bibliografia citada no primeiro capítulo. Os dados em estudo no nível individual provêm das respostas a um inquérito conduzido no quadro do projecto “Participação e Deliberação Democráticas: Instituições de Mediação Sociopolítica (partidos e associações), Mudanças Ideológicas e Comportamentos Políticos”¹. No segundo nível, o agregado, fazemos uso de uma base de dados ainda por testar, obtida junto do Registo Nacional de Pessoas Colectivas do Instituto dos Registos e do Notariado, que reúne informações sobre todas as organizações registadas oficialmente em Portugal².

Os dois capítulos seguintes dizem respeito à análise de dados. Ao nível individual, medir o impacto da sociedade civil implica aferir se o envolvimento associativo dos inquiridos é um catalisador dos seus níveis de participação. Aqui estaremos interessados em procurar responder à primeira das questões que encabeçam esta introdução, tentando desvendar se a pertença dos indivíduos a associações conduz a uma participação mais intensa. Contudo, introduziremos na

¹ Este projecto foi conduzido no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa e coordenado por José Leite Viegas (2009), estando os dados à disposição num volume organizado por este autor, juntamente com André Freire e Filipa Seiceira (Freire, Viegas & Seiceira, 2009).

² Esta base de dados foi adquirida no âmbito das actividades do projecto de investigação “Sociedade Civil e Democracia: Portugal em perspectiva comparada”, desenvolvido no Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CPJ-CPO/098735/2008).

análise uma especificação relativa ao tipo de envolvimento reportado: talvez a principal diferença não esteja em ser-se membro de uma associação, mas no *tipo de membro* que se é (Verba, Schlozman e Brady, 1995). O teste ao nível individual é conduzido em duas instâncias, às quais correspondem duas variáveis dependentes distintas. Em primeiro lugar, a participação política, medida através do número de modalidades a que os inquiridos recorreram de entre um relatório relativamente amplo. Em segundo lugar, a participação eleitoral, no que toca à eleição para a Assembleia da República de 20 de Fevereiro de 2005. Esta segunda hipótese foi já testada para o caso português, tendo sido rejeitada (Magalhães, 2008; Viegas e Faria, 2004). Veremos se a inclusão do tipo de envolvimento enquanto variável independente permite corroborar, ou refinar, estas conclusões anteriores.

Através da análise ao nível agregado, procuramos determinar se a densidade associativa dos concelhos portugueses (medida pelo número de organizações *per capita*) influencia as taxas de participação eleitoral dos seus residentes. Além da densidade, levaremos em linha de conta as distintas configurações de que se pode revestir o tecido associativo. Introduzindo desde já um conceito que será explicitado mais à frente, testaremos se as diferentes *ecologias associativas* correspondem padrões de participação diferenciados. Estudos anteriores da participação e da abstenção no plano agregado (Freire, 2001; Gaspar, 1983) não abarcaram a dinâmica da sociedade civil enquanto potencial variável independente explicativa do voto, pelo que o teste destas hipóteses se afigura pertinente. A incursão na análise ao nível agregado permite ainda introduzir um elemento adicional de interesse na equação, desta vez no lado da variável dependente: de que forma varia o impacto da sociedade civil consoante o tipo de acto eleitoral?

No quinto capítulo procede-se a uma discussão dos resultados e a um ensaio de diálogo com outras investigações. Ao nível individual os testes permitiram corroborar as hipóteses de partida, já que a influência do envolvimento associativo se restringe à participação em geral, não se observando no caso do voto. Contudo, os testes ao nível agregado resultam numa imagem menos nítida, sendo digno de nota que a densidade associativa se revela um factor preditivo de valores mais elevados de participação eleitoral apenas no caso das eleições autárquicas. Procuramos lançar uma hipótese de

explicação para este resultado, amparando-nos noutras evidências provenientes dos dois níveis de análise. Mais do que a conclusões categóricas, a investigação levada a cabo conduziu a linhas de reflexão que poderão nortear pesquisas futuras e das quais se dá conta na conclusão.

CAPÍTULO I: SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA

I.1 – A ideia de sociedade civil

Quem investiga uma sociedade, um período ou um processo pode inflacionar o pretensão estatuto de excepcionalidade do seu objecto. Por vezes, este comportamento também é assumido pelos que tomam as ideias como matéria de estudo. Afirmar que “nenhum conceito na teoria e ciência políticas tem tido, e continua a ter, um carácter mais ambíguo e fugidio do que o de sociedade civil” (Harris, 2008, p. 131) poderá ser entendido como uma manifestação da falácia excepcionalista. Contudo, é difícil rebater esta declaração: percorrendo uma diversidade de textos do pensamento político ocidental, desde a Antiguidade Clássica até aos dias de hoje, torna-se claro que poucas ideias têm sido tão polissémicas como a de *sociedade civil*. Em qualquer investigação que procure integrar este conceito deve, portanto, esclarecer-se o uso que dele se faz. Serão apresentadas três alternativas de interpretação do termo³, sendo de seguida proposta uma definição operativa.

A primeira modalidade, com origem na Antiguidade Clássica, faz corresponder a sociedade civil à comunidade política. A expressão latina *societas civilis* traduz a ideia aristotélica de *koinonia politike*, “a comunidade ético-política de cidadãos livres e iguais sob um sistema de direito definido” (Cohen e Arato, 1992, p. 84). Para Aristóteles, a *polis*, enquanto entidade ética, assumia uma importância superior à de uma associação de qualquer outra índole. O principal traço definidor da comunidade política aristotélica seria, portanto, a sua conformidade à natureza primordialmente social do homem (Wolin, 2004, p. 388–389). A passagem da escala espacial da *polis* helénica para uma extensão muito mais ampla não implicou a perda da relevância deste património conceptual (Wolin, 2004, p. 63). A ideia de *societas civilis* foi desenvolvida por Cícero na fase terminal da República Romana (Harris, 2008, p. 132). *Societas*, esclareça-se, deve ser entendida não como um conjunto indiscriminado de indivíduos mas sim como uma “empresa” comum, uma “parceria”. A sociedade civil

³ Víctor Pérez Díaz (1993) distingue apenas duas acepções gerais do conceito. Jose Harris (2008) elenca quatro formas de entendimento. Os modelos aqui identificados correspondem, aproximadamente, a três dos que constituem a tipologia de Harris.

diria respeito, portanto, à esfera de actuação daqueles que partilhavam entre si a *civitas* – palavra que, além do sentido de *cidade*, poderia ser anacronicamente traduzida por *cidadania*. Como tal, a sociedade civil de Cícero refere-se, também, à “organização de poder político que tornava a civilização possível” (Ehrenberg, 1999, p. 22–23).

O segundo modelo de entendimento de sociedade civil faz equivaler esta noção à “esfera característica da propriedade privada, dos negócios e do comércio” (Harris, 2008, p. 133). As raízes desta leitura podem ser ancoradas em Hegel, para quem a sociedade civil ocupava um papel a meio caminho entre o da família e do Estado, tanto em termos funcionais e sistémicos como evolutivos e até históricos (Pérez Díaz, 1993, p. 96). Esta esfera intermédia asseguraria a organização das actividades de produção, troca e consumo - não só através do mercado, mas também da administração da justiça e da polícia. Apesar de estas duas últimas funções se identificarem com a soberania estatal, há que sublinhar o seu carácter eminentemente “privatístico”, visto que lidam sobretudo com a resolução de conflitos de interesses particulares (Bobbio, 1989, p. 166). Os argumentos de Marx, construídos a partir das teses de Hegel, foram marcantes: a sociedade civil marxista é um espaço desprovido de qualquer sentido de comunidade, já que se resume ao plano de afirmação de interesses e vontades particulares perversamente identificados como gerais (Harris, 2008, p. 135).

Finalmente, o terceiro modelo rejeita a identificação da sociedade civil tanto com o Estado como com a esfera do mercado. O autor paradigmático desta corrente é Tocqueville e o seu principal contributo encontra-se na obra *Da Democracia na América*, onde a sociedade civil e a sociedade política são claramente distinguidas: “a igualdade”, escreve Tocqueville, “pode estabelecer-se na sociedade civil, e não reinar no mundo político” (2008, p. 479). A base da separação entre as esferas política e cívica radica numa dimensão da vida social que extravasa a competição material. Os norte-americanos “de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, unem-se a todo o momento”, “desenvolvendo a arte de perseguirem em comum o objecto dos seus comuns desejos” (Tocqueville, 2008, p. 492–493). Esta especificidade norte-americana é notória quando comparada com as práticas associativas de outros países: “por toda a parte em que, à cabeça de uma iniciativa nova, vemos em França o

governo e em Inglaterra um grande senhor, podemos contar ver nos Estados Unidos uma associação”. (Tocqueville, 2008, p. 491). Esta valorização da dimensão cooperativa e altruísta, impregnada de sentido de comunidade, viria a prosperar no futuro, em especial na teoria da democracia.

Apesar de esta terceira alternativa alimentar uma parte significativa das definições de sociedade civil empregues na Ciência Política contemporânea, a polissemia subjacente à expressão não se esgotou. A ideia da sociedade civil enquanto “conjunto de relações não reguladas pelo Estado, e, portanto, tudo aquilo que resta, uma vez bem delimitado o âmbito em que se exerce o poder estatal” (Bobbio, 1989, p. 161), correspondente ao segundo modelo, perpassa na concepção de Victor Pérez Díaz que abrange, além dos mercados e das associações voluntárias, a esfera pública comunicativa (Pérez Díaz, 1993, p. 79). Mesmo entre o conjunto de autores que partilham o denominador comum da sociedade civil enquanto reunião das interações que estão fora da política, da economia e do domínio da intimidade, subsistem pontos em discussão. No campo da teoria da democracia, Cohen e Arato (1992, p. ix) atribuem à sociedade civil o sentido de “esfera de interação social entre a economia e o Estado - composta acima de toda a esfera íntima (em especial a família) – a esfera das associações (particularmente as voluntárias), dos movimentos sociais e formas de comunicação pública” e Mark Warren define-a como o “domínio da acção social no qual predominam as relações de tipo voluntário” (Warren, 2001, p. 57). Se no primeiro caso aquilo que se destaca é o tipo de função social desempenhada, no segundo é dado relevo à natureza das relações estabelecidas entre indivíduos.

Também se encontram matizes nas abordagens que aliam a teoria à análise empírica. No seu trabalho sobre a transição e a consolidação democráticas, Linz e Stepan descrevem a sociedade civil como “a arena da comunidade política [*polity*] onde grupos auto-organizados, movimentos e indivíduos, relativamente autónomos do Estado, procuram articular valores, criar associações e solidariedades e avançar os seus interesses” (Linz e Stepan, 1996, p. 7). Philippe Schmitter sugere quatro requisitos cumulativos: “a *sociedade civil* pode ser definida como um conjunto ou sistema de grupos intermediários auto-organizados que: 1) são relativamente independentes das autoridades públicas e de unidades privadas de produção e de reprodução, isto é, das

empresas e das famílias; 2) são capazes de deliberar e tomar acções colectivas em defesa ou em promoção dos seus interesses ou paixões; 3) não procuram substituir nem os agentes públicos ou os (re)produtores privados nem assumir responsabilidade pelo governo da comunidade política [*polity*] como um todo; e 4) concordam agir de acordo com regras preestabelecidas de natureza ‘civil’, ou seja, de respeito mútuo” (Schmitter, 1997, p. 240, itálicos do autor). Nancy Bermeo, de forma mais parcimoniosa, refere-se “às redes de associações formais e informais que medeiam os actores individuais e o Estado” (Bermeo, 2003, p. 7) e, em oposição a Schmitter (para quem “civil” diz respeito à ordem de civilidade), utiliza o termo apenas como uma referência de “localização”: a sociedade civil, afirma, “pode funcionar para o bem e para o mal”.

No decurso desta investigação a expressão “sociedade civil” será subsidiária destes contributos, referindo-se ao conjunto de grupos formalmente organizados que resultem de uma pluralidade de vontades, que não dependam em exclusivo do Estado, não constituam plataformas permanentes de competição para a ocupação de lugares de decisão política, nem exerçam uma actuação orientada para o lucro⁴. “Participação associativa”, “envolvimento cívico” e outras expressões análogas aludirão à acção desenvolvida no quadro das organizações da esfera da sociedade civil, de acordo com o critério acima enunciado.

I.2 – Visões normativas do envolvimento cívico

Os efeitos da pertença a grupos de adesão voluntária nos sistemas políticos democráticos têm sido alvo de uma atenção contínua (mesmo que com oscilações na sua intensidade) desde os primórdios das ciências sociais. Depois de Tocqueville, também Durkheim, no prefácio da segunda edição de *A divisão do trabalho social*, defendeu que ao declínio das identidades territoriais não poderia suceder “uma sociedade composta de uma infinidade de indivíduos desorganizados”, já que isto constituiria “uma verdadeira monstruosidade sociológica” (Durkheim, 1977, p. 38). Por este motivo, há que “intercalar entre o Estado e os particulares toda uma série de

⁴ Sendo um enunciado próximo do de Schmitter, é esvaziado de qualquer requisito de “civilidade”.

grupos secundários que estejam bastante próximos dos indivíduos para os atrair fortemente para a sua esfera de acção e para os arrastar desse modo na torrente geral da vida social”. (Durkheim, 1977, p. 38).

Esta linha de tradição intelectual persistiu no século XX e, à semelhança do que sucedeu com outros tópicos, o contributo de Seymour Martin Lipset para a sistematização de um campo até então fragmentado foi preponderante. No segundo capítulo de *Political Man* são dispostos os alicerces da teoria sobre a relação causal entre desenvolvimento económico e sucesso da democracia. Também as “organizações intermediárias”, à luz do seu argumento, “parecem estar associadas com a riqueza nacional” (Lipset, 1969, p. 66). Estas organizações exercem uma série de “funções” (Lipset, 1969, p. 67): em primeiro lugar, o facto de “inibirem o Estado ou qualquer outra fonte privada de poder de dominar todos os recursos políticos”. As organizações funcionam como “fonte de opiniões” e, prossegue Lipset, constituem “meios de comunicação de ideias, especialmente por parte da oposição”. Além disso, são responsáveis pelo “recrutamento e formação” de líderes políticos e pelo “aumento do interesse e da participação” na política. Pormenorizando este último aspecto, Lipset acrescenta que, “apesar de não haver dados de confiança sobre padrões nacionais de organização voluntária e sistemas políticos nacionais”, os membros de organizações tendem a “responder de forma mais democrática a perguntas relativas a tolerância e a sistemas partidários, a votar e a participar activamente [exercendo ou candidatando-se a cargos] na política”.

Tal como *Political Man*, a obra *Civic Culture* de Gabriel Almond e Sidney Verba também integra o cânone da ciência política. Neste estudo comparativo, os autores procuraram caracterizar a cultura política necessária à manutenção de uma ordem democrática, através da análise de cinco casos: Estados Unidos da América, Itália, México, Reino Unido e República Federal da Alemanha. Por cultura política os autores referem-se às “atitudes face ao sistema político e às suas várias componentes, e às atitudes relativamente ao papel do *self* no interior do sistema” (Almond e Verba, 1965, p. 12). Assim, a “cultura política de uma nação é a distribuição particular de padrões de orientação [cognitiva, afectiva e avaliativa] relativamente a objectos políticos entre os membros dessa mesma nação” (Almond e Verba, 1965, p. 13). Três tipos “puros” de

cultura política são distinguidos: a paroquial, na qual não há diferenciação de funções políticas; a cultura política de sujeição, em que os indivíduos são passivos face ao sistema político apesar de estarem cientes da existência da autoridade e de saberem que são afectados pelas decisões que dela emanam; e a cultura política participante, em que os membros da sociedade se orientam tanto para os aspectos de *input* como de *output* do sistema político (Almond e Verba, 1965, p. 17–18). Estes três tipos de cultura não se anulam mutuamente nem se sucedem cronologicamente, antes mesclando-se entre si. Uma cultura política de tipo cívico, argumentam Almond e Verba, não se limita aos aspectos “participantes”, incluindo também elementos típicos das culturas de “sujeição” e até “paroquial”. É esta fusão que permite que “a actividade, o envolvimento e a racionalidade políticos existam mas sejam contrabalançados pela passividade, tradicionalismo e adesão aos valores paroquiais”: “o cidadão de uma comunidade política participativa não é só orientado para a participação activa na política, mas está também sujeito à lei e à autoridade e é um membro de grupos primários mais difusos” (Almond e Verba, 1965, p. 18).

Uma das formas de aquisição de elementos de cultura cívica consistiria na participação em associações: “a pertença a uma organização, mesmo que o indivíduo não a considere politicamente relevante e que não envolva participação activa, conduz a uma cidadania mais competente” (Almond e Verba, 1965, p. 265). O questionário aplicado a amostras representativas dos cinco países incluiu uma secção devotada às actividades associativas dos indivíduos. Almond e Verba não se limitaram a assinalar o carácter mais “democrático” e participante das atitudes dos membros de “grupos secundários”, tendo também observado os efeitos da pertença a múltiplas organizações e os diferentes níveis de participação. Aquilo que os autores constataram foi que um membro de várias organizações apresentava índices de participação mais altos e manifestava atitudes mais favoráveis à democracia do que o membro de apenas uma, que, por sua vez, era tipicamente mais participativo nos assuntos da sociedade do que um indivíduo sem vínculos a qualquer grupo (Almond e Verba, 1965, p. 263). Os autores notam ainda que, quanto mais intenso o envolvimento com as associações, maior a propensão do inquirido para o exercéccio de uma cidadania democrática activa.

Passadas cinco décadas desde a publicação de *Political Man* e quase outro tanto desde *The Civic Culture*, há dois prismas através dos quais se pode avaliar a resistência ao tempo das conclusões de ambos os estudos. Se houve avanços teóricos que permitem hoje conceptualizar novas consequências da pertença a associações, a investigação sobre o envolvimento cívico e a participação política ainda se pauta, em boa parte, por linhas subsidiárias destes autores. Começando pelas inovações no plano teórico, podem ser salientados três aspectos que, por razões distintas, realçam a importância das organizações da sociedade civil para a democracia. Dois deles derivam de novas formas de conceptualizar a democracia do ponto de vista teórico: os modelos de democracia participativa e deliberativa. A terceira linha de inovações resulta da introdução do conceito de “capital social”.

Ancorada numa provecta tradição, a ideia de democracia participativa adquiriria vigor na década de 1970, com a publicação de *Participation and Democratic Theory* de Carole Pateman. A teoria da democracia participativa “alicerça-se em torno da ideia central de que os indivíduos e as suas instituições não podem ser considerados isoladamente” (Pateman, 1970, p. 42); como tal, “a democracia tem de ocorrer nas outras esferas [para além da política] para que as atitudes individuais e qualidades psicológicas [que lhe são indispensáveis] possam ser desenvolvidas”. Ainda que em *Participation and Democratic Theory* o aprofundamento de práticas participativas seja projectado principalmente no domínio do trabalho, o argumento é extensível à sociedade civil, já que as várias esferas das vidas dos indivíduos constituem “sistemas políticos por direito próprio” (Pateman, 1970, p. 43). Deste modo, a participação (e já não a simples pertença) em cada um destes sistemas torna-se, mais do que um contributo para a melhoria da democracia, uma condição necessária para a sua vigência. Numa longa recensão crítica a *The Civic Culture*, Pateman nota que a concepção de democracia de Almond e Verba é tributária da corrente elitista dominante após a II Grande Guerra (Pateman, 1980). Este modelo normativo e a cultura política a ele subjacente contrastam com aqueles que decorrem dos ideais participativos: “o desenvolvimento de uma cultura política democrática exige a reestruturação radical de todos os aspectos das organizações e associações da vida quotidiana para a oferta de oportunidades para participação compensadora para

todos os cidadãos” (Pateman, 1980, p. 92). A oposição à base normativa de Almond e Verba, para quem uma “cultura cívica” propensa à democracia devia incluir elementos de sujeição e até paroquiais, é flagrante.

O modelo deliberativo de democracia corporiza outra proposta teórica na qual as organizações da sociedade civil adquirem um papel acrescido (Cohen e Arato, 1992; Warren, 2001). Uma trave-mestra desta concepção de democracia deriva da reflexão de Habermas sobre o conceito de esfera pública, “a rede de comunicação de informação e de pontos de vista” onde “os fluxos de comunicação são filtrados e sintetizados de maneira a que se agreguem em pacotes de opiniões públicas especificadas em tópicos” (citado em Warren, 2001, p. 77). Uma das proponentes do modelo deliberativo, Seyla Benhabib, argumenta que o carácter democrático dos processos de tomada de decisão advém do cumprimento escrupuloso dos seguintes requisitos:

1) “a participação em tal deliberação é governada por normas de igualdade e de simetria; todos têm as mesmas oportunidades de iniciar actos de discurso, de questionar e de interrogar e de abrir o debate”;

2) “todos têm o mesmo direito de questionar os tópicos apresentados para discussão”;

3) “todos têm o mesmo direito de iniciar argumentos reflexivos sobre as próprias regras dos procedimentos de discurso e a forma como estes são aplicados” (Benhabib, 1996, p. 70).

A operacionalização destas três condições no quadro das instituições políticas tradicionais é manifestamente difícil: “a ficção da grande assembleia nacional” (Benhabib, 1996, p. 73) não passa disso mesmo. Tal não implica que as metas dos teóricos deliberativos sejam utópicas, mas antes que o seu cumprimento exija “uma pluralidade de modos de associação nas quais todos os afectados [pelas decisões] tenham o direito a articular os seus pontos de vista”: “partidos políticos, iniciativas de cidadãos, movimentos sociais, associações voluntárias, grupos de consciencialização e outros” (Benhabib, 1996, p. 73–74). Esta rede de entidades, que inclui boa parte (sem aí se esgotar) do que na presente dissertação se entende por sociedade civil, gera uma

“discussão pública anónima” que desenvolve e enriquece a democracia. Se o modelo participativo de democracia alerta para a importância da participação efectiva em organizações não políticas, a concepção deliberativa acentua a necessidade de essa participação se estabelecer dentro de balizas que permitam o uso público da razão, em sentido kantiano.

Embora não constitua uma linha autónoma de teoria normativa da democracia, a expansão acelerada da ideia de “capital social”, a partir da década de 1990, também enfatizou a importância do envolvimento cívico. Para tal, muito contribuíram as investigações de Robert Putnam, primeiro sobre as causas da diversidade da qualidade do governo regional em Itália (1993), e, mais tarde, acerca do esmorecimento da participação cívica e comunitária nos Estados Unidos da América (2000). Em *Making Democracy Work*, Putnam investiga os diferentes níveis de desempenho institucional das regiões italianas, correlacionando-o com a variação de um índice de “comunidade cívica” composto por quatro indicadores: penetração da imprensa, participação em associações desportivas e culturais, taxa de participação eleitoral em referendos e o uso do voto preferencial.⁵ As regiões com um melhor desempenho institucional são aquelas que apresentam valores de índice cívico mais elevados. Como explicar isto? Em estilo de *tour de force*, Putnam justifica o comportamento do “índice de comunidade” com os últimos dez séculos de história da Península Itálica e os diferentes regimes políticos que nela assentaram. Putnam recua aos tempos do domínio normando sobre o Sul da Península, iniciado no século XII, e ao tipo de política centralizadora dos seus monarcas para explicar a origem dos fracos níveis de tradições cívicas. Já o Centro e Norte de Itália, com a sua história comunal e republicana, teriam gerado uma cultura favorável ao desenvolvimento de relações de partilha e confiança mútua entre os seus cidadãos (Putnam, 1993, p. 161–192). As conclusões apontam para que o factor histórico mais relevante seja a experiência de relações de confiança e

⁵ O sistema eleitoral italiano permitiu, até à revisão de 1993, que os eleitores manifestassem a sua preferência por candidatos específicos da lista oferecida pelos partidos. Esta possibilidade transformou-se “num instrumento nas mãos de clãs poderosos de candidatos, máquinas eleitorais, grupos externos e lobbies, abrindo espaço para a corrupção política” e para a “compra de votos” (Pasquino, 1996, p. 141). Adiante debruçamo-nos com mais atenção sobre a operacionalização empírica da investigação de Putnam.

de partilha geradoras de capital social⁶ – que se manifesta, ainda hoje, na elevada adesão a associações de cariz voluntário e no papel que estas desempenham na sociedade da Emilia Romagna ou da Toscana por oposição à da Apúlia ou da Calábria. A principal consequência do envolvimento cívico, na perspectiva do capital social, passa pelo fortalecimento dos laços de confiança interpessoal e de redes de solidariedade que servem de alicerces a uma cultura política democrática.

Assinaladas algumas das inovações, é fácil perceber que a teoria da democracia desenvolveu diferentes ramificações desde a publicação dos trabalhos clássicos de Lipset e de Almond e Verba. Ainda assim, há que constatar que as formulações destes autores se revelaram persistentes e um prenúncio de linhas de investigação então por vir. Em *Bowling Alone*, Putnam distingue dois tipos de contributos para a democracia por parte das associações voluntárias e de outras redes, menos formais, de envolvimento cívico: os efeitos externos, que incidem sobre a comunidade política, e os efeitos internos, que actuam sobre os participantes individuais (Putnam, 2000, p. 338).

Tabela 1.1. Efeitos das organizações da sociedade civil de acordo com Putnam (2000)

Contributos externos	Contributos internos
Possibilidade de expressão face ao governo de interesses e exigências dos indivíduos. (p. 338)	Inculcação de hábitos de cooperação e consciência pública (“public-spiritedness”) (p. 338).
Protecção de abusos de poder por parte de líderes políticos. (p. 338)	Fonte de aprendizagem de aptidões sociais e cívicas: coordenação de trabalhos, organização de projectos e reuniões; debates com civilidade (p. 338-9).
Fluxo e discussão de informação política (p. 338)	Fóruns de deliberação reflectida sobre questões públicas. (p. 339)
	Aprendizagem de virtudes cívicas, tais como a) participação activa na vida pública; b) fiabilidade (“trustworthiness”); c) sentimento de reciprocidade (p. 339)

⁶ O capital social “refere-se às características da organização social, tais como a confiança, as normas e as redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitarem as acções coordenadas” (Putnam, 1993, p. 167).

Com a notória excepção dos efeitos associados ao modelo deliberativo de democracia, e apesar de o tipo de vocabulário usado ser identificável com a teoria do capital social, o elenco delineado por Putnam aproxima-se bastante do de Lipset. De aqui em diante, a análise incidirá numa das formulações comuns aos vários trabalhos já citados: a ideia de que os membros de associações tendem a participar mais na esfera política.

1.3 - Estudos empíricos sobre participação política e sociedade civil

No quadro das democracias representativas, é habitual conceber a ideia de participação política como englobando os processos através dos quais os cidadãos interagem com a tomada de decisão – seja através da selecção das elites políticas, seja mediante a tentativa de influenciar a sua acção (Verba, Nie e Kim, 1978, p. 1)⁷. Esta definição, segundo os próprios autores, acarreta limitações, já que se restringe ao domínio da acção em canais institucionalmente enquadrados. Se, em alternativa, admitirmos que a participação inclui actos extra-legais, somos confrontados com outras questões. Uma tentativa de corrupção, por exemplo, pode ser entendida como uma tentativa de influenciar a acção de um político. Outro problema em aberto prende-se com o carácter da participação: atém-se às actividades públicas ou engloba actividades privadas, como conversas ou debates informais? A definição de Steve Rosenstone e Mark Hansen, menos restrita, permite uma maior elasticidade operativa: “a participação política é a acção dirigida explicitamente à influência na distribuição de bens e de valores sociais”. (Rosenstone e Hansen, 1993, p. 4). Ao desvincular a definição de participação da tentativa de selecção ou influência das elites políticas, o espectro de acção alarga-se. Numa economia de mercado, os “destinatários” das acções de participação não se esgotam nas instâncias públicas ou nos decisores políticos, estendendo-se também aos próprios actores económicos – por exemplo, através do boicote ou consumo deliberado de certos produtos (Teorell, Ramón Montero e Torcal, 2007, p. 336).

⁷ Autores que adoptem as visões deliberativa ou participativa de democracia poderão não subscrever, desde logo, um dos elementos de sustentação destas definições de participação política: a ideia de que existe uma dicotomia entre o público em geral, ou massas, e uma elite decisora (Teorell, 2006). Dispositivos institucionais que favorecem a intervenção directa dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, como o orçamento participativo, vêm colocar novos desafios ao conceito de participação.

Independentemente da amplitude do leque de actividades que consideremos como fazendo parte da participação política, tem-se constatado que o seu exercício se encontra associado ao envolvimento em organizações da sociedade civil. No ano de 1958, Herbert Maccoby publicou um artigo em que analisa dados referentes à participação eleitoral dos membros de uma associação cívica sediada num condado do estado norte-americano da Virgínia. Os membros da associação tendiam a votar mais, algo observável em segmentos específicos do eleitorado: a taxa de participação da população negra residente neste condado foi de apenas 35% nas eleições primárias de 1949, enquanto 67% dos afro-americanos filiados naquela associação exerceram o seu direito de voto nesse acto eleitoral (Maccoby, 1958, p. 529). Nos inquéritos aplicados foram incluídas perguntas relacionadas com a intensidade do vínculo à associação e com os actos de participação eleitoral anteriores à adesão ao grupo cívico. Aqueles que antes se abstinham passaram a exercer o seu direito de voto após aderirem à organização e, antecedendo as conclusões de Almond e Verba em *The Civic Culture*, Maccoby defende que quanto maior o grau de envolvimento nas actividades da associação, maior a probabilidade de voto (Maccoby, 1958, p. 528).

No estudo são contempladas duas explicações complementares para a relação entre envolvimento associativo e participação eleitoral. Por um lado, a auto-selectividade no processo de recrutamento dos membros. A uma associação de natureza cívica, neste caso devotada à resolução de um problema da comunidade, tenderão a juntar-se cidadãos que já estão empenhados politicamente – por outras palavras, indivíduos que já votavam. Contudo, descontando os já politicamente activos, aqueles que não votavam passaram, em muitos casos, a fazê-lo depois de aderirem à organização, pelo que há que admitir que a experiência nas organizações exerça uma influência. A explicação que Maccoby avança é que os membros de associações se encontram mais expostos ao contacto com actores políticos e, como tal, são mais sujeitos à sua influência.

Os desenvolvimentos recentes da literatura têm posto em confronto estas duas linhas de argumentação: por um lado, a ideia de que nas organizações da sociedade civil se exerce um qualquer efeito nos seus membros que os conduz à participação; por

outro, a possibilidade de os indivíduos que nelas se congregam já reunirem, à partida, características que os levam a ser mais activos.

Partindo do quadro teórico da escolha racional, Steven Rosenstone e John Hansen (1993) concentram-se nos custos e benefícios (materiais, solidários e intrínsecos) associados à participação política. O modelo delineado por estes autores integra o impacto do contexto social em que o indivíduo se move: o acesso às suas redes sociais reduz os “custos de contacto” por parte de políticos, partidos, grupos de interesse e activistas, permitindo, desta forma, economizar recursos comunicacionais e de tempo que são escassos. Uma vez garantido o acesso a estas redes sociais, os actores envolvidos procuram proceder à mobilização, “o processo através do qual candidatos, partidos, activistas e grupos induzem outras pessoas a participar” (Rosenstone e Hansen, 1993, p. 25). Tal como os autores a definem, a mobilização ocorre se um sujeito activo consegue aumentar a probabilidade de participação de um sujeito passivo e divide-se em duas modalidades: *directa*, quando os líderes contactam, eles próprios, os cidadãos (ainda que este contacto seja mediado, como num tempo de antena), e *indirecta*, se os indivíduos são abordados por parte de familiares, colegas de trabalho ou de uma associação. Os incentivos em jogo neste processo de mobilização indirecta já não são colectivos mas sim selectivos: “os cidadãos sentem a obrigação de ajudar pessoas de que gostam, pessoas com quem se identificam, pessoas que são iguais a eles e pessoas que os ajudaram no passado” (Rosenstone e Hansen, 1993, p. 29). As redes sociais a que os actores políticos tentam aceder são aquelas que garantem maiores índices de mobilização com o menor investimento possível, o que leva a que tenha de ser feita uma selecção de “alvos” que se revelem mais eficientes. Entre os grupos preferenciais encontram-se os membros de associações, que estão mais sujeitos às pressões sociais dos seus companheiros associativos, com quem comungam identidades e interesses. O próprio envolvimento cívico, salientam os autores, “sinaliza a susceptibilidade [dos associados] às expectativas sociais” (Rosenstone e Hansen, 1993, p. 32).

Ao modelo da mobilização foi posteriormente contraposta uma explicação centrada nos recursos (Verba, Schlozman e Brady, 1995). De acordo com os resultados de um inquérito à população norte-americana, cerca de 28% dos membros de

organizações reporta ter sido incitado a participar politicamente. Assim sendo, Verba e os seus colegas procuram uma explicação para a participação não só nos incentivos mas também nos recursos à sua disposição: tempo, dinheiro e aptidões cívicas. Além de os indivíduos exibirem combinações diferenciadas de recursos, também as distintas modalidades de participação política exigem recursos variados. A participação em manifestações ou o estabelecimento de contactos com políticos profissionais, por exemplo, implicam um investimento maior do que o voto. As análises destes autores demonstram que, mais do que a pertença a organizações, importa o volume e o tipo de competências que nelas se desenvolvem (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 336). As associações podem portanto constituir lugares de aprendizagem de aptidões cívicas que serão usadas em actos como a participação em campanhas ou a discussão em assembleias públicas. Mais do que mobilização, a proposta de Verba e dos seus colegas estipula a existência de um processo de inculcação de virtudes e hábitos cívicos por via da socialização.

A existência de uma relação de causalidade entre a participação cívica e a acção política não colhe unanimidade. Lipset, em *Political Man*, apresenta argumentos que aconselham reserva quanto à autonomia da variável do envolvimento organizativo. O motivo mais flagrante é que também a participação numa organização de carácter voluntário está intimamente relacionada com o estatuto socioeconómico: quanto mais elevados os rendimentos, maior a probabilidade de um indivíduo estar associado e de ser um líder de opinião (Lipset, 1969, p. 195)⁸. Esta reserva não é escamoteada pelos autores dos modelos da mobilização e dos recursos cívicos, que admitem a existência de uma reprodução das desigualdades sociais no campo da participação. Mantendo constante o estatuto socioeconómico, o envolvimento cívico permanece um factor preditivo da acção política. Ainda assim, o acesso às organizações padece de um enviesamento de partida: quanto mais alto o nível de rendimentos e o grau de

⁸ Lipset também afirma que “entre as classes trabalhadoras, só os sindicatos (que têm quadros profissionais de líderes com interesses políticos) têm um efeito forte na participação” (Lipset, 1969, p. 195). Os partidos europeus de integração (comunistas e socialistas) de índole classista que erigiram uma subcultura capaz de abarcar as várias dimensões da vida em sociedade foram os únicos capazes de deteriorar as diferenças de participação eleitoral de origem socioeconómica: o quotidiano - ao nível do trabalho, da habitação, dos tempos livres e da educação - seria altamente enquadrado por organizações subordinadas ao partido e destinadas a “separar os trabalhadores do resto da sociedade” (p. 197). Contudo, uma situação deste tipo pressupõe uma clivagem entre subculturas políticas, tão vincada que reduz a margem de manobra para aderir ou abandonar uma organização.

formação maior a propensão para a pertença a uma associação e, simultaneamente, para a acção política.

A ideia de que os membros de associações são à partida - por um conjunto de características individuais e não por qualquer efeito de mobilização ou socialização - mais propensos à participação política tem sido corroborada por estudos recentes. Van der Meer e os seus colegas (2009) examinam os dados provenientes da primeira vaga do *European Social Survey*, aplicada em 2002 e 2003 em dezassete países, colocando como hipóteses alternativas de explicação da participação um cenário de auto-selecção e outro de socialização. Os resultados vêm contrariar as posições normativas que enaltecem a sociedade civil. Em primeiro lugar, a pertença a associações não se revela um factor independente de fomento da participação. Além disso, é rejeitada outra hipótese clássica: não se constata diferenças significativas de participação política entre os membros passivos e activos de organizações da sociedade civil. A sociedade civil, concluem os autores, não gera cidadãos politicamente envolvidos, agrupa-os (van der Meer e van Ingen, 2009, p. 303). O teste de hipóteses semelhantes, a partir dos dados do projecto europeu *Citizenship Involvement and Democracy*, produziu resultados idênticos (Armingeon, 2007).

Se a generalidade dos trabalhos até aqui citados se concentra no estudo de indivíduos, as investigações de Robert Putnam sobre o capital social permitem encarar o problema de um outro ângulo analítico: em foco encontram-se já não características individuais mas sim atributos de comunidades. Como já foi referido, em *Making Democracy Work*, Putnam (1993) explica a variação de desempenho cívico e institucional das regiões italianas com base em níveis diferenciados de capital social, isto é, através de variações no padrão de relações políticas, sociais e económicas estabelecidas entre os seus habitantes: horizontais e de confiança interpessoal no caso do Norte, verticais e desprovidas de solidariedade no Sul. Antes de procurar explicações causais nos legados históricos, Putnam identifica o desempenho cívico das várias regiões. Para tal, além da penetração da imprensa e do número de associações por habitante, propõe a integração de dois outros indicadores, ambos relacionados com a participação eleitoral (1993, p. 96): a participação em referendos (positivamente relacionada com o envolvimento cívico) e o uso do voto preferencial (negativamente

correlacionado). A inadequação da participação em eleições para cargos representativos como indicador do envolvimento cívico é explicada por três razões: a obrigatoriedade do voto (abolida em 1993), a implantação territorial desigual dos partidos políticos e, finalmente, os padrões de relações clientelares vigentes⁹. Putnam corrobora a asserção de que a distribuição territorial do uso do voto preferencial reflecte “um indicador fiável do personalismo, facciosismo e política de tipo patrono-cliente” (Putnam, 1993, p. 94), já que detecta uma correlação negativa quase perfeita (-0,91) entre a proporção do seu exercício e as taxas de participação no referendo. Como tal, ambos os indicadores são compilados no índice cívico regional, embora com sentidos diferentes. As regiões com valores mais elevados na escala são aquelas em que, *ceteris paribus*, mais eleitores votam no referendo e uma menor quantidade exerce a prerrogativa do voto preferencial.

Putnam dedicou-se, posteriormente, ao estudo do capital social nos Estados Unidos da América, daí resultando a publicação de *Bowling Alone* (2000). Embora o principal tema em discussão nesta obra seja o progressivo declínio do capital social na sociedade norte-americana como um todo, também são analisadas as variações interestados. O índice de capital social calculado para cada um dos cinquenta estados norte-americanos resulta da agregação de catorze indicadores, divididos em cinco grandes dimensões: vida organizativa da comunidade; voluntariado; sociabilidade informal; confiança social; e envolvimento nos assuntos públicos (Putnam, 2000, p. 291). Um dos indicadores sintetizados nesta última dimensão consiste na taxa de participação nas eleições presidenciais de 1988 e 1992. É de notar que, neste caso, a participação eleitoral é congruente com os demais componentes do índice. Os dois estudos de Putnam conduzem, portanto, a conclusões não lineares sobre a relação, ao nível espacial, entre densidade associativa e participação eleitoral. Nas regiões italianas, apenas o voto nos referendos se correlaciona positivamente com o associativismo; no caso norte-americano, o voto para as eleições presidenciais é mais elevado nos estados com maiores índices de capital social.

⁹ Susan Stokes (2007, p. 605) define o clientelismo, enquanto “método de mobilização”, como a “oferta de bens materiais em troca de apoio eleitoral”. Um elemento crucial desta definição é que a “oferta” toma muitas vezes a forma da ameaça, velada ou explícita, da retirada ou do adiamento indefinido do acesso a determinados bens por parte do cliente.

CAPÍTULO II. METODOLOGIA, HIPÓTESES E DADOS

O objectivo desta investigação é determinar qual o impacto que o associativismo tem na participação política e, especialmente, eleitoral. Com vista à obtenção de respostas a esta questão há que definir uma abordagem metodológica que permita o teste de hipóteses, teoricamente sustentadas, a partir de dados empíricos. Neste capítulo apresentamos o desenho da investigação no que toca a estas três instâncias: metodologia, hipóteses e dados.

II. 1. Metodologia

As discussões sobre métodos dizem respeito “aos instrumentos e técnicas que usamos para adquirir conhecimento” (della Porta e Keating, 2008, p. 25) e são das mais acesas nas Ciências Sociais.¹⁰ Antes de nos determos sobre os dilemas metodológicos com que esta investigação se depara, traçaremos uma panorâmica esquemática de alguns dos debates e paradigmas metodológicos patentes na Ciência Política contemporânea. Será então possível situar o presente trabalho no quadro exposto e delinear a estratégia que lhe estará subjacente.

A linha de divisão metodológica mais frequentemente traçada separa os trabalhos de índole quantitativa dos qualitativos, ainda que este dualismo venha sendo posto em causa. James Mahoney e Gary Goertz (2006), por exemplo, criticam o uso disseminado da dicotomia, já que os dois tipos de investigação partilham entre si características – por exemplo, só é possível extrair um sentido inteligível de qualquer análise estatística se a enquadrarmos em conceitos que são eminentemente “qualitativos” (Mahoney e Goertz, 2006, p. 245). Como tal, estes autores preferem as designações de *cultura estatística*, para enquadrar os trabalhos habitualmente tidos como quantitativos, e *cultura lógica*, para os trabalhos qualitativos. As investigações inseridas na primeira tradição preocupam-se com a determinação de relações probabilísticas entre variáveis, extensíveis ao conjunto de uma dada população – que tanto pode ser composta por indivíduos, países ou regimes; a segunda tradição está

¹⁰ Ao ponto de alguns autores aplicarem metáforas de contornos religiosos para se referirem aos termos do debate (Schrodt, 2006, p. 335).

associada à revelação de processos específicos de causalidade num número reduzido de casos, permitindo um estudo aprofundado de cada um deles, complementado por vezes, embora não necessariamente, pela comparação.

Já Donatella della Porta e Michael Keating distinguem entre *abordagens ontológico-epistemológicas*, por um lado, e *metodológicas*, por outro. A cada uma destas duas dimensões os autores fazem corresponder quatro categorias: positivista, pós-positivista, interpretativa e humanística. À partida, as duas instâncias não têm de coincidir, na medida em que se pode recorrer a várias formas de adquirir conhecimento (isto é, a diferentes abordagens metodológicas), independentemente da abordagem ontológico-epistemológica assumida. Ainda assim, sem prejuízo da possibilidade da existência de cruzamentos entre tradições de investigação, as abordagens nestes dois planos tendem a estar sintonizadas (della Porta e Keating, 2008, p. 26). Vale a pena caracterizar de forma muito sumária cada uma das categorias, que devem ser entendidas enquanto tipos ideais, e não como etiquetas precisas e estanques às quais corresponderia univocamente a abordagem patente em qualquer investigação. Começando pelo plano ontológico-epistemológico, a abordagem positivista é apresentada como estando ancorada numa tradição que remonta aos primórdios das Ciências Sociais, definida pela procura de leis causais válidas independentemente do contexto, à imagem então vigente das Ciências Naturais e da Física (della Porta e Keating, 2008, p. 23). A metodologia de índole pós-positivista distingue-se da anterior por via da superação desta concepção das leis sociais, integrando a noção de contexto e de lei probabilística, por oposição à lei de cariz determinista demandada pela abordagem positivista (della Porta e Keating, 2008, p. 24). A terceira categoria, a interpretativa, não rejeita a ideia, comum às duas abordagens anteriores, de que a realidade é inteligível mas postula que a sua apreensão é indissociável da subjectividade humana. Aqui entramos no domínio de um conhecimento ancorado no contexto e centrado na interpretação dos móveis das acções dos sujeitos, e não tanto nas leis externas que os governam (della Porta e Keating, 2008, p. 24). Finalmente, a abordagem humanista caracteriza-se pela procura do conhecimento empático, no sentido em que, de um ponto de vista ontológico, a realidade social é percebida como sendo inteiramente subjectiva. São erradicadas as

pretensões de formulação de leis, ainda que probabilísticas, restando, como finalidade, a procura de sentidos (Geertz, 1973, citado em della Porta e Keating 2008, 25).

No que toca à tipologia metodológica, as quatro categorias que a compõem carregam as mesmas designações e o mesmo carácter de tipos ideais. Tanto a abordagem positivista como a pós-positivista são baseadas em aproximações aos métodos usados nas ciências “duras”: o método experimental, a análise estatística ou os modelos formais (della Porta e Keating, 2008, p. 26). O que distingue ambas as abordagens é o maior grau de importância atribuído pelos pós-positivistas ao contexto. Esta tendência reflecte-se numa flexibilização das condições entendidas como necessárias à aproximação do método experimental. As metodologias privilegiadas numa abordagem de cariz interpretativo são a análise de conteúdo e as entrevistas, ao passo que a um trabalho de natureza humanística correspondem métodos próximos dos da antropologia, assentes na interacção entre o investigador e os sujeitos em estudo.

Apresentado o quadro geral, importa situar esta investigação que, para usar os termos de Mahoney e Goertz, se insere na tradição estatística. O nosso objectivo é estimar o efeito de uma variável específica (o associativismo) na participação política e, mais especificamente, eleitoral. No entanto, será devotada atenção ao efeito diferenciado que uma mesma variável pode ter em diferentes cenários. Nesse sentido, será procurada uma aproximação a um dos preceitos da metodologia pós-positivista, tal como esta é definida por della Porta e Keating: a integração da noção de contexto, isto é, do carácter não universal das relações observadas entre variáveis (della Porta e Keating, 2008, p. 30). Esta ideia será introduzida por via da articulação de dois planos de análise na investigação: o individual e o agregado.

Esta opção merece ser justificada, na medida em que a análise de dados agregados corre o risco de parecer, nos tempos que correm, algo anacrónica. Pioneiros dos estudos eleitorais como Siegfried usaram em regime de exclusividade informação de índole geográfica ou ecológica – em parte, diga-se, porque a recolha de dados individuais ainda não era praticada. Tal situação viria a transformar-se no período subsequente à II Grande Guerra, com o progressivo domínio do estudo do voto ao nível individual (Caramani, 2004, p. 4). No que toca ao caso português, o diagnóstico

de André Freire, segundo o qual, ao arrepio do sucedido noutros países, a quase totalidade dos estudos eleitorais assentava em dados agregados (Freire, 2001, p. 28–29), foi dando passo à situação inversa: actualmente, a generalidade dos trabalhos sobre o comportamento político é conduzida a partir de dados individuais. A aplicação de inquéritos pós-eleitorais (o primeiro deles realizado nas Eleições Legislativas de 2002), do *European Social Survey* e de uma série de outros estudos de opinião, muitos deles conduzidos no quadro das actividades de projectos de investigação científica, permitiram uma aproximação da situação portuguesa aos exemplos de outros países (Jalali, 2003).

Contudo, mesmo depois da difusão do inquérito por amostragem, nalgumas situações pode ser preferível a utilização de dados de tipo ecológico. Para além das circunstâncias contingentes (relacionadas com o aproveitamento dos dados disponíveis), André Freire destaca a oportunidade que os dados agregados oferecem para o estudo de comunidades ou grupos pouco representativos nacionalmente mas interessantes do ponto de vista teórico (Freire, 2001, p. 37). Não sendo possível filtrar, a partir das amostras nacionais, um número de indivíduos suficiente para a produção de inferências válidas, e perante os custos operacionais associados à aplicação de um inquérito de opinião representativo desta população específica, os dados agregados são uma escapatória – imperfeita mas, ainda assim, viável. Uma outra virtude da análise ecológica, mencionada por Juan Linz e também citada por Freire, prende-se com a mitigação da falácia individualista: a ausência de informação sobre variáveis relacionadas com o contexto social dos inquiridos. Uma abordagem de dados ao nível agregado permite, portanto, contrariar o *whole nation bias*, identificado por Stein Rokkan (2009; citado em Snyder, 2001, p. 94) e que consiste na identificação do Estado-nação como unidade de análise por defeito. A preocupação com a variância intra-nacional, não sendo propriamente recente (Linz e de Miguel, 1966; Lijphart, 1971), tem ganho algum fôlego nos últimos anos, principalmente através da realização de estudos comparativos de índole qualitativa entre regiões ou cidades de um mesmo país (por exemplo, Snyder, 2006; Wampler, 2007)¹¹. Esta predisposição tem-se estendido também a autores de pendor quantitativo, que receiam que a utilização

¹¹ Para uma revisão recente desta literatura consultar Moncada e Snyder (2012).

exclusiva de dados provenientes de inquéritos aplicados a amostras representativas da população nacional possa conduzir à negligência de efeitos contextuais (Norris, 2007, p. 630). No caso concreto desta investigação, e na ausência de informação ao nível individual representativa das populações de unidades geográficas sub-nacionais (cidades, freguesias, concelhos), os dados agregados são a única via existente para determinar se à existência de diferentes contextos associativos correspondem padrões de participação eleitoral diferenciados.

Sem dados que nos permitam uma análise multi-nível, o desenho da investigação incorporará duas etapas distintas em que será feito uso de técnicas de análise quantitativa que, embora semelhantes, nos dão respostas a perguntas diferentes. A abordagem é, portanto, centrada num problema geral – de que forma influencia o associativismo a participação política e, em especial, o voto? Este problema será visitado em dois campos, pelo que a análise de dados se estrutura também em dois níveis. A cada um destes níveis corresponde um grupo de hipóteses que se enunciam de seguida.

II. 2.1. Hipóteses ao nível individual

O primeiro nível da análise insere-se na tradição de investigação a partir de dados provenientes de inquéritos aplicados a amostras representativas de um universo nacional. Neste primeiro momento, estaremos interessados em aferir em que medida os indivíduos com filiações associativas fazem uso de um reportório de participação política mais amplo do que aqueles que não integram qualquer organização. No caso português, esta hipótese foi testada recentemente por José Leite Viegas, Ana Belchior e Filipa Seiceira (2010), que tomaram como variáveis independentes distintos conjuntos de participação política. A nossa análise distingue-se desta, de um ponto de vista operativo, porque assumimos apenas uma variável independente e porque contemplamos a hipótese de distintos tipos de envolvimento terem efeitos diferenciados. Além disso, estreitamos a malha no que toca à definição de participação política, incluindo apenas as acções que os inquiridos tenham efectivamente exercido. A literatura citada no capítulo anterior serve de base teórica à construção das duas primeiras hipóteses:

Hipótese 1: A pertença a uma organização da sociedade civil é um factor preditivo da participação política.

Hipótese 2: O tipo de envolvimento com a organização influencia a intensidade da participação política.

Uma terceira hipótese prende-se com o caso específico do voto. A investigação sobre a participação eleitoral em Portugal ao nível individual tem integrado como variável independente a pertença dos indivíduos a associações, com resultados que indiciam a inexistência de um efeito significativo desta variável (Viegas e Faria, 2004; Magalhães, 2008). Tal como sucede na segunda hipótese, o modelo a testar incluirá também vários tipos de envolvimento. Contudo, a expectativa difere do caso anterior, já que o acto de votar configura uma modalidade de participação distinta das demais. Votar, escrevem Verba, Schlozman e Brady, “depende não dos recursos à disposição dos eleitores mas antes das suas orientações cívicas, especialmente o seu interesse na política” (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 365).

Hipótese 3: A intensidade do envolvimento na associação é menos determinante no caso do voto do que na participação política em geral.

II. 2.2. Hipóteses ao nível agregado

Se nos ativermos à abordagem agregada ao nível espacial (ou análise ecológica), a introdução do associativismo enquanto variável independente explicativa, sendo praticável, não é frequente. O teste de hipóteses relacionadas com a vida cívica das unidades geográficas em estudo tem sido negligenciado. Tal pode atribuir-se, em parte, à escassez de indicadores disponíveis sobre as práticas associativas. Além disso, a maioria da literatura sobre participação política e cívica estabelece premissas ao nível individual, que não são directamente transponíveis para outros níveis de análise, sob risco de incursão na falácia ecológica (Freedman, 2001; Jargowsky, 2005). Ainda

assim, da investigação de Robert Putnam sobre o capital social, já referida no capítulo anterior, é possível extrair hipóteses testáveis no plano agregado. Da leitura das duas obras citadas resultam várias interrogações quanto à articulação entre a distribuição territorial do associativismo e a da participação eleitoral - tanto de um ponto de vista genérico, como no caso concreto de Portugal. A principal incógnita a determinar, controlando os efeitos das demais variáveis, é qual a influência que a densidade associativa desempenha como indutora da participação; por outras palavras, serão os concelhos com um maior número de associações aqueles em que mais se participa eleitoralmente? E, se sim, manter-se-á a relação significativa após a introdução de controlos? Será que podemos observar uma relação positiva, à semelhança da detectada por Putnam em *Bowling Alone*? Ou, pelo contrário, os sítios em que mais se participa civicamente são aqueles em que menos se vota – ou não existirá de todo uma relação digna de nota? A hipótese em teste corporiza a primeira alternativa, à semelhança do observado em *Bowling Alone*:

Hipótese 4: Os concelhos com uma vida associativa mais intensa tenderão a ser mais participativos.

A quinta hipótese faz entrar na equação os matizes relativos ao tipo de associações presentes no concelho. A construção desta hipótese advém da leitura de *Democracy and Association*, de Mark Warren (2001), que trabalha de um ponto de vista dedutivo as implicações que as associações trazem à teoria da democracia. Warren sustenta que, em vez de abstractos e universais, os efeitos das associações na prática democrática são contingentes e dependentes de factores como o grau de liberdade de pertença à associação, o tipo de laços estabelecidos entre os membros, a estrutura hierárquica, a missão e os meios ao seu dispor, os laços com o Estado e outras entidades (Warren, 2001, p. 12). Com base no cruzamento destes diferentes vectores, Warren procede à construção de uma tipologia bastante complexa de tipos associativos ideais, dos quais faz decorrer consequências específicas. Mais do que as ramificações teóricas do denso argumento de Warren, aquilo que extraímos do seu trabalho é a aplicação empírica de um conceito por si cunhado: o de “ecologias

associativas”¹². Assim, aquilo que se nos afigura mais pertinente é procurar compreender que tipo de composição de “ecologia associativa” conduzirá à participação. Vários dos estudos ao nível individual (van der Meer, Grotenhuis e Scheepers, 2009; van der Meer e van Ingen, 2009; Quintelier, 2008) sugerem que o efeito é diferenciado, com as associações de activismo social e de defesa de interesses mais relacionadas com a participação do que as de ocupação de tempos livres¹³. A nossa hipótese de partida decorre destes contributos, transpondo-os para o nível agregado: esperamos que os municípios com mais associações de representação de interesses tenham mais participação, por oposição àqueles em que vivificam organizações religiosas, de solidariedade social, desportivas e recreativas.

Hipótese 5: O tipo de ecologia associativa do concelho influencia os níveis de participação eleitoral, com municípios com um maior número de associações de representação de interesses a apresentarem taxas de participação mais elevadas.

Perante a ausência de outros dados respeitantes à participação política ao nível agregado, e também para garantir que os matizes da relação associativismo/voto são capturados, testaremos os modelos de regressão, usando como variáveis dependentes as taxas de participação em cinco actos eleitorais diferentes. Atendendo às conclusões conflitantes dos trabalhos de Putnam, esta hipótese difere formalmente das anteriores, na medida em que não parte de uma expectativa de causalidade:

Hipótese 6: À relação entre a configuração associativa de um município e a participação eleitoral não será alheia a natureza do acto eleitoral em disputa.

¹² O próprio Warren reitera que, não sendo esse o objectivo mais imediato do seu livro, é possível (e desejável) que sejam elaboradas hipóteses testáveis empiricamente sobre os efeitos de ecologias associativas na prática democrática (Warren, 2001, p. 15).

¹³ Não testámos o impacto desta variável no plano individual porque a desagregação dos inquiridos por tipos de associação com que reportam envolvimento gera subgrupos diminutos.

Reforce-se que, ante o problema da falácia ecológica, o máximo a que podemos almejar é afirmar que concelhos mais participativos civicamente são também mais participativos eleitoralmente, sem deslocar esta relação para o plano individual. Conforme os resultados obtidos a este nível se articulem (ou não) com os obtidos no plano individual, estaremos em condições de avançar no capítulo final para uma reflexão, empiricamente alicerçada, sobre o papel do associativismo enquanto fomento da participação política - ou, pelo menos, eleitoral - em Portugal.

II.3. Proveniência dos dados

No que toca ao primeiro nível de investigação empírica, no plano individual, os dados a testar provêm do projecto «Participação e Deliberação Democráticas: Instituições de Mediação Sociopolítica (partidos e associações), Mudanças Ideológicas e Comportamentos Políticos», desenvolvido no Centro de Investigações e Estudos de Sociologia do ISCTE com coordenação de José Leite Viegas (2009). Este estudo de opinião, cujo trabalho de campo decorreu entre Julho e Agosto de 2006, incluiu um amplo leque de questões relacionadas com a participação política, o envolvimento cívico e as atitudes face à democracia e às instituições nacionais. A amostra, composta por 1000 indivíduos, representa o universo dos adultos residentes no continente português. Uma das virtudes desta base de dados prende-se com o facto de permitir matizar o tipo de relação que os indivíduos estabelecem com a sociedade civil. O acesso a este ficheiro foi possível graças à publicação de um volume da responsabilidade de André Freire, José Leite Viegas e Filipa Seiceira (2009), que inclui dados provenientes de vários projectos de investigação.

No segundo nível da investigação, no plano agregado, há que recorrer a um indicador que reflecta a dinâmica da sociedade civil de cada um dos concelhos. Idealmente, este indicador corresponderia a um registo pormenorizado dos associados em cada um dos concelhos. Na ausência desta informação, faremos uso de um conjunto de dados ainda por testar, provenientes do Registo Nacional das Pessoas Colectivas¹⁴. Para complementar a análise com outras variáveis independentes que

¹⁴Esta base de dados foi adquirida para uso do projecto de investigação *Sociedade Civil e Democracia* (no qual fui assistente de investigação), mediante a assinatura de um protocolo entre a Faculdade de

caracterizam social, económica e demograficamente os concelhos, faremos uso de informação recolhida junto do Instituto Nacional de Estatística, IP. Recorrer-se-á também aos ficheiros obtidos na página web da Direcção Geral da Administração Interna, dos quais constam as informações relativas às taxas de participação, por município, para cada um dos actos eleitorais. No quarto capítulo e nos anexos encontram-se mais informações sobre cada um dos indicadores recolhidos e examinados.

Capítulo III. ANÁLISE DE DADOS 1 – NÍVEL INDIVIDUAL

III.1 – Sociedade civil e participação em Portugal

Neste capítulo damos início à análise do envolvimento cívico e político dos portugueses, partindo do plano individual. Uma constatação frequente por parte daqueles que têm estudado a relação dos portugueses com a sociedade civil é que os níveis de envolvimento são consideravelmente mais baixos do que os de outras sociedades europeias (por exemplo, Viegas e Santos, 2009). A leitura de dados de 2010 do Eurobarómetro corrobora esta imagem: Portugal surge, a par da Bulgária, como o país onde uma menor percentagem da população se encontra filiada numa organização voluntária (ver tabela 3.1).

A apatia cívica dos portugueses tem sido amplamente documentada pela literatura de ciências sociais. Em *Ricos e Pobres no Alentejo*, José Cutileiro dissecou e interpreta o quotidiano, as relações familiares, a estrutura de propriedade e o desenvolvimento de laços clientelares em “Vila Velha”, aliás Monsaraz. Perante a erosão dos laços “paternalistas” entre lavradores e trabalhadores ao seu serviço, e a concomitante inaptidão do sistema corporativo para garantir a estes últimos um nível mínimo de protecção social, Cutileiro nota que, ainda assim, “tão-pouco havia associações privadas que pudessem dar origem a um sentimento de associativismo ou que edificassem um sistema de protecção colectiva” (1977, p. 305–306). Se, num regime autoritário, o receio da repressão pode explicar a relutância em assumir reivindicações colectivas de índole política, o facto é que a “incapacidade de associação” na vila de Monsaraz, extensível a todos os estratos sociais, chegava ao ponto de ser “impossível reunir as pessoas necessárias à realização de uma excursão de um dia ao Algarve”. Cutileiro atribui esta “incapacidade de associação” à vigência de um “sistema de valores que poucas obrigações impõe ao indivíduo para além do círculo fechado dos seus parentes e amigos”, sistema esse que, de resto, “não se poderá dizer que tenha resultado do actual (1970) sistema político” (Cutileiro, 1977, p. 391).

Tabela 3.1. Percentagem de indivíduos que reportam pertença a organizações em vários países europeus, por tipo de organização.

	Dinamarca	Suécia	Áustria	Finlândia	Irlanda	França	Bélgica	Eslovénia	Grã-Bretanha*	Estónia	Rep. Checa	Itália	Hungria	Letónia	Roménia	Espanha	Grécia	Bulgária	Portugal
Desporto; recreio	26	22	19	16	23	15	11	14	9	8	10	3	6	6	3	4	3	3	3
Educação e cultura	14	12	11	8	8	11	8	8	7	8	3	4	4	4	3	4	2	1	3
Sindicato	10	11	7	12	4	5	5	5	2	3	5	4	1	3	6	2	2	3	1
Negócios; profissional	4	4	4	3	5	2	4	3	3	3	1	3	2	1	3	1	1	1	1
Consumidores	1	2	5	1	1	1	2	1	1	1	2	4	2	<1	2	1	1	1	1
Desenvolvimento	4	5	4	5	2	1	4	1	1	1	1	3	<1	<1	3	2	1	<1	1
Ambiente; protecção animal	3	4	8	3	3	2	3	4	3	1	1	3	2	2	4	1	2	1	1
Caridade; apoio social	9	6	8	8	10	5	7	6	10	3	2	3	2	2	4	5	2	1	2
Lazer para idosos	4	6	8	4	3	3	3	6	2	2	2	3	3	1	2	1	1	1	1
Direitos de idosos	2	1	3	2	1	1	1	2	1	<1	1	3	1	<1	2	<1	<1	1	1
Religiosa	4	6	7	7	7	3	5	3	7	2	2	5	4	2	6	2	<1	<1	1
Partido político	5	6	5	3	2	2	3	2	1	2	2	3	1	<1	3	1	2	2	<1
Direitos de doentes	3	4	3	3	2	2	2	3	2	1	1	3	2	<1	1	<1	<1	1	<1
Outros grupos	4	6	2	4	2	2	1	2	3	2	2	1	2	1	<1	1	1	1	<1
Pelo menos uma destas	52	51	47	45	42	37	34	34	31	26	26	24	21	20	20	20	13	11	11
Nenhuma / NS/NR	48	49	53	55	58	63	66	66	69	74	74	76	79	80	80	80	87	89	89

Fonte: Eurobarómetro 73.4 (2010)

* Os dados relativos à Grã-Bretanha não cobrem a Irlanda do Norte.

Num texto mais recente, reportando-se ao desenvolvimento sociopolítico das zonas rurais de pequena propriedade do Centro e do Norte, Manuel Villaverde Cabral

(2006) associa a inércia cívica a um traço marcante da sociedade portuguesa, que remonta pelo menos ao século XVII: o sentimento generalizado de distância do poder. Em Portugal, “a evolução das formas de articulação entre a chamada sociedade civil e o Estado não acompanhou de forma automática a evolução das estruturas económicas e sociais”. Villaverde Cabral recupera a expressão “familismo amoral”, cunhada por Edward Banfield em 1958, para caracterizar o tipo de interações sociais resultantes deste fosso entre as elites e a restante população. Este familismo ao nível societal coincidiria com um despotismo administrativo, duas faces de um regime clientelar em que, mais do que quaisquer princípios de ordem cívica, seria prevalecente uma lógica de mercantilização e permuta privada de recursos, cargos e beneplácitos públicos.

Uma possível explicação, na senda de Putnam, passaria por justificar os diminutos níveis de envolvimento com a escassa confiança interpessoal dos portugueses. Outra hipótese é considerar o reduzido nível de capital social uma consequência da acentuada desigualdade económica da sociedade portuguesa. Richard Wilkinson e Kate Pickett (2010) estudaram a variação de um conjunto de dez indicadores relativos à qualidade de vida e à saúde pública em vinte e três países desenvolvidos. Uma das correlações significativas detectadas por estes autores prende-se com a associação entre baixos níveis de confiança interpessoal e desigualdade económica. Apoando-se numa investigação de Uslaner e Rothstein (2005), na qual se demonstra que é a desigualdade que cerceia a confiança interpessoal e não o contrário, os autores argumentam que a posição ocupada na hierarquia social influencia de forma determinante a proporção de concidadãos com os quais se nutre empatia e, consequentemente, nos quais confiamos e com os quais nos associamos (R. Wilkinson e Pickett, 2010, p. 51). O fraco desempenho de Portugal (o caso analisado em que um menor número de inquiridos concorda com a frase “Pode confiar-se na maioria das pessoas”) é, portanto, entendido como um reflexo da sua elevada disparidade de rendimentos - entre os países em estudo, mais desiguais só Singapura e os Estados Unidos da América (R. Wilkinson e Pickett, 2010, p. 52–3).

Também no que toca à participação política Portugal apresenta níveis comparativamente reduzidos. Além da baixa intensidade, os padrões de participação política são marcados por idiosincrasias qualitativas. Um exemplo deste carácter

atípico resulta de uma análise dos dados obtidos pelo projecto *Citizenship, Involvement and Democracy*. Jan Teorell, José Ramón Montero e Mariano Torcal (2007) procedem a uma análise factorial que agrega vários actos políticos numa de quatro dimensões: contactos; actividade partidária; actividade de protesto; participação ao nível do consumo. Em Portugal, ao contrário do que sucede nas restantes doze sociedades em estudo¹⁵, a dimensão de protesto não é autónoma da participação partidária, encontrando-se subordinada a esta. Os autores avançam a hipótese de a participação não convencional em Portugal depender em boa medida dos partidos políticos por estes terem sido os actores responsáveis pela mobilização de massas durante o período de transição democrática e, posteriormente, terem conseguido cristalizar esse *status quo* (Teorell, Ramón Montero e Torcal, 2007). O que é certo é que o padrão de participação em Portugal contrasta largamente com o das sociedades escandinavas e com aqueles que os autores agrupam na rubrica “Europa continental”, em que a capacidade de mobilização política é um recurso mais disseminado e menos dependente dos partidos. De resto, Portugal é, das doze sociedades em estudo, aquela em que são mais baixos os níveis de interesse pela política (Martín e Deth, 2007, p. 312).

Até aqui constatámos que participação democrática e envolvimento cívico são menos intensos em Portugal do que noutros países europeus. Mas de que forma se relacionam? Será que variam no mesmo sentido? Manuel Villaverde Cabral (2004), partindo dos dados do Estudo Eleitoral Nacional em Portugal, de 2002, procura encontrar as raízes daquilo a que denomina “mobilização política”. O tratamento dos dados revela que “são as pessoas mais instruídas, mais jovens e com menor prática religiosa, mais mobilizadas cognitivamente e com mais interesse nas eleições, mas com menor capital de confiança social, quem mostra mais propensão para se mobilizar” (Cabral, 2004, p. 315). Apesar de não ser testada nenhuma variável relacionada com o envolvimento cívico, a confiança social, muitas vezes tratada como correlata daquele, não se encontra ligada à intensidade da participação.

¹⁵ Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Holanda, Moldávia, Noruega, Roménia, Rússia, Suécia, Suíça. Os investigadores optaram por preservar, para fins analíticos, a divisão da Alemanha, apesar de os dados terem sido recolhidos dez anos depois da reunificação.

Mais recentemente José Leite Viegas, Ana Belchior e Filipa Seiceira (2010), cruzaram três blocos de variáveis¹⁶ com a propensão para o exercício de três modalidades de participação política: a participação de protesto, que inclui actividades como a assinatura de petições ou a participação em greves e manifestações; a participação sob a forma de interacção com instituições de representação política; e as novas formas de participação, associadas ao activismo de consumo e às novas formas de comunicação. A introdução na análise de variáveis independentes como as do terceiro bloco (interesse pela política e atitudes perante as instituições e os partidos políticos), apesar de incrementar o grau de variância explicada¹⁷, conduz a uma explicação pouco satisfatória: seria insólito que alguém que se diz muito interessado na política ou que revelasse uma forte identificação partidária não participasse mais. Contudo, mesmo incluindo na análise as variáveis deste tipo, o impacto da pertença associativa permanece estatisticamente significativo – com maior intensidade no caso da participação em instituições de representação política, seguida das novas formas de participação e, por último, da participação de protesto.

Se, em lugar de considerarmos a participação política genérica, nos restringirmos aos trabalhos sobre voto, o impacto do envolvimento associativo perde significância estatística. A partir de dados provenientes do já citado Estudo Eleitoral Nacional em Portugal de 2002, Leite Viegas e Sérgio Faria testam uma série de variáveis, duas delas preponderantes na teoria de Putnam sobre o capital social: o envolvimento associativo e o nível de confiança interpessoal. Nenhuma delas é provida de significância estatística – ao contrário da idade, da prática religiosa, do interesse pela política, da simpatia partidária, da confiança nos partidos políticos, da avaliação do desempenho do governo e do interesse pela campanha eleitoral. Também usando dados de inquéritos pós-eleitorais, das legislativas 2005 e presidenciais de 2006, Pedro Magalhães testa a hipótese de os contextos microssociais, entendidos como “redes

¹⁶ Bloco 1: Demográficas e socioeconómicas: sexo, idade, anos de escolaridade, classe social, prática religiosa, situação conjugal, dimensão do habitat e sector em que trabalha (público ou privado). Bloco 2: pertença associativa, confiança interpessoal, confiança nas instituições não-políticas e uma escala de valores libertários-autoritários. Bloco 3: interesse pela política, informação política, discussão política, confiança nas instituições políticas e identificação com um dos cinco partidos parlamentares (PS, PSD, CDS-PP, CDU, BE).

¹⁷ Medida pelo R^2 ajustado do modelo: 0,246 para a participação de protesto, 0,231 para a participação em instituições de representação política e 0,137 para as novas formas de participação, com $p < 0,001$ em todos os casos.

sociais concretas compostas por outros indivíduos com os quais os eleitores entram em interação e discussão informais” (Magalhães, 2008, p. 478), influenciarem o comportamento eleitoral em dois planos: ao nível dos recursos transmitidos e da informação que fornecem aos eleitor. No modelo explicativo testado é integrada uma variável independente relativa à pertença associativa que, em presença de factores concorrentes, não se revela significativa¹⁸. Como explicar que as associações tenham um efeito nas outras formas de participação política e não no voto? Uma possível resposta vai ao encontro do modelo de participação política delineado por Verba, Brady e Schlozman, de acordo com o qual o voto seria uma actividade política que exigiria menos investimento e recursos cívicos (Verba, Schlozman e Brady, 1995).

III.2 Operacionalização da análise

Do questionário em análise (Viegas, 2009) constava uma alínea relativa ao “envolvimento” com vários tipos de organizações (listados na tabela 3.2). Em relação às associações com que os inquiridos afirmaram ter estado envolvidos, era-lhes perguntado se essa ligação se tinha manifestado por via da pertença, do trabalho voluntário ou da oferta de donativos (para além das quotas instituídas). Desta forma, é possível obter um retrato mais pormenorizado da teia de laços que os inquiridos mantêm com a esfera da sociedade civil.

Uma leitura inicial dos dados suscita algumas observações. Em primeiro lugar, as respostas obtidas no âmbito deste estudo aproximam os níveis de participação cívica dos portugueses dos de outros países europeus. Mais de um terço dos inquiridos reporta um envolvimento com pelo menos um destes tipos de organizações e cerca de um quinto afirma ser membro – o dobro face aos dados que referimos antes provenientes do Eurostat¹⁹. É aos clubes desportivos que correspondem as maiores

¹⁸ Já a hipótese testada pelo autor resiste aos testes: a informação por parte do eleitor sobre a participação de indivíduos próximos conduz à participação eleitoral.

¹⁹ José Leite Viegas e Susana Santos compaginam os resultados de cinco estudos realizados entre 1990 e 2008 e revelam que os níveis de envolvimento associativo são relativamente estáveis até 2006, descendo significativamente num inquérito à população portuguesa realizado em 2008. Referindo-se ao decréscimo de pertença a associações desportivas e recreativas entre 2001 e 2008, os autores interrogam-se se este será fruto do agravamento das circunstâncias económicas ou se constituirá o reflexo de alterações mais estruturais na sociedade portuguesa. No que toca à presente investigação,

Tabela 3.2. Percentagem de indivíduos que reportam envolvimento geral e específico por tipo de organização

	Envolvimento (%)	Pertença (%)	Oferta de donativos (%)	Trabalho voluntário (%)
Desportiva; actividades ao ar livre	11	7	5	4
Bombeiros	10	4	6	2
Recreativa, cultural ou educativa	7	5	4	3
Religiosa	7	3	5	2
Solidariedade social	7	2	5	1
Sindicato	3	2	1	<1
Pais	3	1	1	1
Juventude	3	2	1	2
Moradores	2	1	1	<1
Empresarial	2	1	1	<1
Socioprofissional	1	1	<1	<1
Defesa dos direitos humanos, pacifista ou feminista	1	<1	<1	<1
Ambientais e de protecção do património	1	<1	<1	<1
Pensionistas e reformados	1	1	1	<1
Consumidores e automobilistas	1	<1	<1	<1
Pelo menos uma destas	35	21	20	12
Nenhuma	65	79	80	89

Fonte: Viegas (2009)

taxas de envolvimento, pertença e trabalho voluntário; quanto aos donativos, são as organizações de bombeiros que têm primazia. As organizações de solidariedade social, as religiosas e as associações de recreio e culturais são aquelas que se seguem nestes quatro indicadores. As restantes categorias ostentam uma expressão diminuta junto dos inquiridos.

julgamos que as vantagens operativas da bateria de dados proveniente do projecto *Participação e Deliberação Democráticas* superam as eventuais reservas resultantes do facto de não serem os mais recentes.

Tabela 3.3. Percentagem de indivíduos que reportam participação política, por modalidade.

	Sim (%)	Não, mas admite vir a fazê-lo (%)	Não e recusa vir a fazê-lo (%)	NS/NR (%)
Contactou um funcionário do Estado a nível nacional, regional ou local	19	30	48	2
Contactou associações ou organizações	12	35	52	2
Colaborou com outra associação ou organização (não política)	12	31	54	4
Contactou políticos (contacto directo e pessoal)	9	26	62	3
Colaborou com algum partido político	6	23	68	3
Assinou uma petição	6	33	57	4
Angariou fundos	6	34	56	4
Participou num encontro político ou comício	6	24	66	3
Colaborou em alguma acção de propaganda política	5	18	74	3
Participou numa manifestação política	5	24	67	4
Participou em alguma greve	4	30	62	4
Comprou deliberadamente algum produto por razões políticas, éticas ou ambientais	4	25	66	5
Contactou ou apareceu nos meios de comunicação social	3	25	68	4
Colaborou com um movimento de intervenção política que não um partido	2	25	69	4
Boicotou algum produto por razões políticas, éticas ou ambientais	2	26	67	6
Participou em actividades de protesto ilegal (cortes de estrada, obstrução de entradas, greve ilegal, ...)	1	22	73	4
Qualquer uma das acções acima	35	56	8	

Fonte: Viegas (2009)

Uma outra parte do questionário prende-se com o exercício de um conjunto de modalidades de participação política. Reportando-se às acções desempenhadas com o fim de “melhorar a sociedade ou de resolver os problemas que nela surjam”, os inquiridos seleccionavam quais das acções listadas na tabela 3.3 tinham desempenhado ao longo dos últimos doze meses. Como vemos, as modalidades baseadas no contacto têm primazia, seguidas da colaboração com partidos ou associações.

A hipótese que pretendemos testar, recorde-se, é que a propensão para a participação política é fomentada pelo envolvimento associativo. Para aferir da validade desta formulação recorreremos à técnica estatística da regressão pelo método dos mínimos quadrados. Definido o método de análise, existem três etapas necessárias para assegurar a obtenção de resultados válidos. Em primeiro lugar, é necessário definir um índice que represente convenientemente a variável dependente (a participação política). É também preciso que a variável independente da nossa hipótese seja devidamente integrada no modelo em teste. Finalmente, para garantir que o peso do envolvimento cívico não é inflacionado, temos de integrar um conjunto de variáveis de controlo que podem influenciar, simultaneamente, as variáveis dependente e independente.

Se tomarmos como variável dependente a participação política, precisamos de um índice que permita mensurá-la de forma conveniente e simples. Para cada uma das modalidades incluídas no questionário, as alternativas de resposta consagradas no inquérito eram “Não e não admito fazê-lo”; “Não, mas admito fazê-lo”; e “Sim”. Se incluíssemos na agregação do índice os inquiridos que responderam “Não, mas admito fazê-lo”, tal como Villaverde Cabral (2004) e Viegas, Belchior e Seiceira (2010), seria possível, por um lado, matizar a inacção política e, por outro aumentar a variância nos valores do índice. Contudo, parece-nos mais contíguo ao espírito das definições de participação política que citámos no primeiro capítulo, e em especial da de Rosenstone e Hansen que nos serve de âncora²⁰, estudar acções concretas e observáveis e não intenções. Desta forma, garantimos que estamos no domínio dos “dados factuais” e

²⁰ Que aqui se recorda: “a participação política é a acção dirigida explicitamente à influência na distribuição de bens e de valores sociais”. (Rosenstone & Hansen, 1993, p. 4)

não no dos “estados subjectivos” (Magalhães, 2011, p. 70–71). Como tal, o nosso índice será o resultado da soma de cada um dos tipos de acções considerados acima, acrescido de uma unidade no caso de o inquirido ter votado na eleição para a Assembleia da República de 2005.

Tabela 3.4. Índices usados como variáveis independentes.

Nome do índice	Descrição	Distribuição	Correlação com o índice de participação política (<i>r</i> de Pearson)
Índice de envolvimento associativo	Soma dos tipos de organização com que o inquirido esteve “envolvido” nos últimos doze meses. (Os indivíduos que reportam mais de três envoltimentos foram agrupados.)	0 = 654 1 = 208 2 = 79 3 = 37 4+ = 22	0,41 ($p < 0,01$)
Índice de pertenças associativas	Soma dos tipos de organização de que o inquirido é “membro”.	0 = 791 1 = 146 2 = 43 3 = 15 4+ = 20	0,32 ($p < 0,01$)
Índice de donativos a organizações	Soma dos tipos de organização a que o indivíduo ofereceu donativos (para além das quotas) nos últimos doze meses.	0 = 798 1 = 134 2 = 38 3 = 21 4+ = 9	0,25 ($p < 0,01$)
Índice de trabalho voluntário	Soma dos tipos de organizações nas quais o inquirido realizou trabalho voluntário nos últimos doze meses.	0 = 876 1 = 93 2 = 21 3 = 5 4+ = 5	0,34 ($p < 0,01$)
Índice de outro envolvimento com a sociedade civil	Soma dos tipos de associações com as quais os inquiridos dizem estar envolvidos mas em relação às quais não reportam nenhuma das três formas de ligação contempladas no questionário.	0 = 946 1 = 39 2 = 10 3 = 3 4 = 2	0,09 ($p < 0,01$)

Para evitar problemas de endogeneidade, a modalidade “Contactou associações ou organizações” foi excluída da soma. O índice apresenta um valor mínimo de 0 (19% dos inquiridos não exerceram qualquer forma de participação política) e quinze, no caso de um inquirido particularmente activo.

A primeira hipótese em teste sustenta que este índice será potenciado, *ceteris paribus*, pelo envolvimento associativo. Para operacionalizar o comportamento associativo faremos uso de quatro medidas. A primeira resultará da soma de uma unidade por cada um dos tipos de organização da sociedade civil com que o inquirido afirme estar envolvido. Os restantes índices são construídos de modo análogo para cada uma das modalidades de interação com a sociedade civil; deste processo resultam cinco índices, descritos na tabela 2.4.

Procedendo a um teste de correlação entre os índices de participação política e de envolvimento associativo, obtém-se um coeficiente de Pearson de 0,41 ($p < 0,01$), o que nos leva a concluir, com alguma segurança, que participação política e envolvimento cívico se encontram moderadamente relacionados. Contudo, esta relação pode ser espúria, isto é, talvez existam factores externos que influenciem simultaneamente a participação cívica e política dos indivíduos. Tal conduz-nos ao terceiro passo prévio à execução da análise de regressão: temos de incluir na equação uma série de variáveis de controlo que possam concorrer com o factor que pretendemos testar. Estudos anteriores têm concluído que o sexo, a idade, a instrução, a situação conjugal ou a classe social são algumas das variáveis sociodemográficas que influenciam, com intensidade variável, a participação. Também a frequência religiosa, o interesse pela política ou a proximidade a um partido influenciam a decisão de participar ou não.

Assim, um primeiro bloco de variáveis será constituído por elementos demográficos e socioeconómicos: sexo, idade, dimensão da localidade, escolaridade e estatuto socioprofissional. O segundo lote de variáveis incorpora as dimensões relacionadas com a proximidade partidária e os hábitos de discussão política. Optamos pelo recurso a esta última variável em detrimento do 'interesse pela política', já que o número de não-respostas põe em causa o teste para uma série de casos.²¹ Finalmente, no terceiro bloco incluímos a informação relativa ao envolvimento cívico dos inquiridos. Numa primeira instância, integraremos o índice de envolvimento cívico genérico. Contudo, mais adiante será interessante verificar qual a influência específica

²¹ Ainda assim, a integração do interesse político no modelo (resultados não apresentados) não altera as conclusões substantivas.

que exerce, para além da mera filiação, a prestação de trabalho voluntário ou a contribuição financeira.

III.3. Resultados

Os resultados do teste do primeiro modelo estão sintetizados na tabela 3.6²². Se apenas tivermos em conta as variáveis de tipo sócio-demográfico e económico, constatamos que a idade e a escolaridade são os factores preditivos mais fortes, seguidos do género masculino e da pertença à categoria mais alta de rendimentos. Já a condição de aposentado e os baixos rendimentos têm um efeito negativo - reduzido mas, ainda assim, provido de significância estatística. No passo seguinte integramos na equação factores de tipo político e é sem surpresa que verificamos que estas variáveis conseguem um maior peso explicativo e que incrementam o R^2 ajustado de 0,092 para 0,224. Este aumento na capacidade explicativa do modelo é feito à custa de conclusões pouco interessantes de um ponto de vista analítico – afirmar que as atitudes face à política explicam a acção política aproxima-se do tautológico. Contudo, este passo intermédio é importante para podermos verificar a independência das variáveis relacionadas com o associativismo: se testássemos o efeito do envolvimento associativo sem estas variáveis, subsistiria a hipótese de este ser uma derivação de factores não contemplados. Assim, podemos atestar que tanto o envolvimento como a experiência de liderança associativa têm um forte poder preditivo. O envolvimento associativo, de resto, torna-se no factor com um maior β associado, mantendo-se o impacto significativo da idade, da pertença à categoria de rendimentos elevados, a discussão política e o sentimento de proximidade a um partido político. O R^2 ajustado sobe para 0,348.

Recapitulando: se 1) partirmos do princípio de que o nosso índice de participação política mede de forma válida as variações na intensidade de intervenção política dos inquiridos e 2) mantivermos as restantes variáveis a um nível constante, podemos afirmar que o envolvimento associativo conduz a um aumento na propensão para a participação política.

²² A lista das variáveis independentes testadas, assim como as suas médias e distribuições, encontra-se nos anexo I.

Tabela 3.5. Resultados da regressão pelo método dos mínimos quadrados para a variável dependente “índice de participação política”

	Bloco 1		Bloco 2		Bloco 3	
	B (erro p.)	β	B (erro p.)	β	B (erro p.)	β
Constante	-0,37 (0,41)	0	-0,46 (0,38)	0	-0,28 (0,35)	0
Idade	0,03 (0,01) ***	0,23 ***	0,02 (0,01) ***	0,13 ***	0,01 (0,01) **	0,08 **
Gênero feminino	-0,43 (0,13) ***	-0,1 ***	-0,15 (0,12)	-0,03	0,05 (0,11)	0,01
Habitat	0,04 (0,06)	0,02	-0,04 (0,06)	-0,02	-0,02 (0,05)	-0,01
Desempregado	-0,28 (0,28)	-0,03	-0,37 (0,26)	-0,04	-0,33 (0,23)	-0,04
Reformado	-0,54 (0,23) **	-0,09 **	-0,35 (0,21) *	-0,06 *	-0,21 (0,19)	-0,03
Casado	0,07 (0,15)	0,02	0,1 (0,14)	0,02	0,02 (0,13)	0,01
Escolaridade	0,12 (0,02) ***	0,23 ***	0,07 (0,02) ***	0,13 ***	0,03 (0,02) *	0,06 *
Frequência religiosa	-0,02 (0,14)	-0,01	-0,12 (0,13)	-0,03	-0,15 (0,12)	-0,03
Rendimento elevado	1,02 (0,26) ***	0,12 ***	0,84 (0,24) ***	0,1 ***	0,83 (0,22) ***	0,1 ***
Rendimento baixo	-0,37 (0,16) **	-0,08 **	-0,21 (0,15)	-0,04	-0,08 (0,13)	-0,02
Discussão política			0,21 (0,03) ***	0,25 ***	0,18 (0,02) ***	0,21 ***
Proximidade a partido			0,57 (0,08) ***	0,22 ***	0,47 (0,07) ***	0,18 ***
Dirigente associativo					0,57 (0,06) **	0,16 ***
Envolvimento associativo					1,06 (0,21) **	0,29 ***
R² ajustado	0,092		0,222		0,348	

Nota: * = p<0,1; ** = p<0,05; *** = p<0,01

A experiência de liderança associativa, ainda que não aumenta também as probabilidades de um inquirido ter participado politicamente ao longo dos doze meses anteriores ao questionário.

Tabela 3.6. Resultados da regressão pelo método dos mínimos quadrados para a variável dependente “índice de participação política” com inclusão das várias modalidades de envolvimento associativo

	B (erro p.)	β
Constante	-0,31 (0,35)	
Idade	0,01 (0,01) **	0,09 **
Género	0,05 (0,12)	0,01
Habitat	-0,05 (0,06)	-0,03
Desempregado	-0,22 (0,24)	-0,03
Reformado	-0,2 (0,19)	-0,03
Casado	0,08 (0,13)	0,02
Escolaridade	0,04 (0,02) **	0,08 **
Frequência religiosa	-0,1 (0,12)	-0,02
Rendimento baixo	0,8 (0,22) ***	0,1 ***
Rendimento elevado	-0,12 (0,14)	-0,02
Discussão política	0,45 (0,07) ***	0,17 ***
Proximidade a partido	0,18 (0,02) ***	0,21 ***
Pertença associativa	0,26 (0,1) **	0,08 **
Donativos a associações	0,09 (0,09)	0,03
Trabalho voluntário	0,79 (0,13) ***	0,2 ***
Outro envolvimento	0,53 (0,11) ***	0,13 ***
Dirigente associativo	1,1 (0,24) ***	0,14 ***
R² ajustado	0,346	

Nota: * = $p < 0,1$; ** = $p < 0,05$; *** = $p < 0,01$

Até aqui usámos uma medida agregada de envolvimento cívico, que se revela significativamente fomentadora de participação política. Estamos agora em condições de avançar para o teste da segunda hipótese, introduzindo no modelo uma especificação com vista a verificar se aos vários tipos de envolvimento que constam da base de dados correspondem efeitos diferenciados. Os tipos de envolvimento contemplados, recorde-se, são a pertença, a oferta de donativos e o trabalho

voluntário, ao qual se acrescenta uma categoria que incorpora os resíduos (outros tipos de envolvimento).

Como já medimos o impacto dos vários factores através da sua introdução por blocos, podemos apenas replicar o cálculo do último conjunto de variáveis, substituindo o envolvimento geral pelas suas diferentes modalidades. Pode verificar-se na tabela 3.6 uma redução residual do valor do R^2 ajustado do modelo (de 0,348 para 0,346), devido à introdução de um maior número de variáveis na equação. Observa-se também uma relativa diminuição do poder explicativo da discussão política e um incremento da importância da proximidade a um partido. Mais interessante, contudo, é verificar que o trabalho voluntário é a componente do envolvimento associativo que mais contribui para o aumento da participação política – mais ainda que a ocupação de cargos dirigentes. No outro lado da escala, a oferta de donativos não contribui para um incremento das modalidades de participação política exercidas.

Avancemos agora para o teste da terceira hipótese. Até este momento temos analisado a participação política como uma medida composta, atribuindo a cada uma das suas formas de exercício um peso idêntico. Porém, muitas vezes a participação em democracia é discutida e estudada apenas no que toca à sua expressão mais disseminada: o voto. Como já assinalámos anteriormente, o envolvimento associativo não se tem revelado um factor preditivo sólido do voto em Portugal. Pelas razões que indicámos, a base de dados de que dispomos pode ser um bom instrumento para confirmar esta conclusão: será interessante ver de que forma os factores que determinam o voto se aproximam ou não das restantes formas de participação.

A regressão pelo método dos mínimos quadrados não é uma solução viável quando a variável dependente é de tipo dicotómico, como é o caso do voto (Pampel, 2000). Uma função de tipo linear pode hipoteticamente variar entre $-\infty$ e $+\infty$, podendo daí resultar a previsão de valores na variável dependentes superiores a 1 ou inferiores a 0. A regressão logística, por fazer uso da transformação logarítmica das *odds* associadas à verosimilhança dos efeitos das variáveis independentes, permite superar esta limitação. Além disso, a não verificação do pressuposto da homocedasticidade (variâncias iguais) das variáveis dicotómicas compromete a produção de inferências válidas, já que os testes de significância habitualmente usados

na regressão pelos mínimos quadrados não são válidos (Pampel, 2000, p. 9). A variável dependente neste caso será, portanto, o exercício (1) ou não (0) do voto. Para evitar distorções nos resultados, foram apenas contemplados os inquiridos com capacidade eleitoral activa (o questionário inclui uma pergunta sobre o estatuto de cidadania do inquirido). As variáveis usadas foram exactamente as mesmas, e os resultados reproduzem-se na tabela 3.5. O pseudo R^2 está em linha com o de estudos anteriores (Magalhães, 2008; Viegas e Faria, 2004).

Tabela 3.7. Resultados da regressão logística para a variável dependente “voto”.

	B (erro p.)	Exp(B)
Mulher	0,19 (0,17)	1,21
Idade	0,06 (0,01) ***	1,06 ***
Habitat	0,09 (0,09)	1,09
Anos de escolaridade	-0,02 (0,03)	0,98
Discussão política	0,14 (0,04) ***	1,15 ***
Frequência mensal de igreja	0,43 (0,19) **	1,54 **
Rendimentos elevados	0,52 (0,37)	1,68
Desempregado	-0,21 (0,34)	0,81
Reformado	-0,34 (0,34)	0,71
Proximidade a partido	1,06 (0,14) ***	2,89 ***
Pertença a associações	0,49 (0,28) *	1,63 *
Donativos a associações	-0,43 (0,26) *	0,65 *
Voluntário em associações	0,38 (0,33)	1,46
Dirigente associativo	-0,05 (0,42)	0,95
Constante	-2,41 (0,55) ***	0,09 ***
Pseudo R^2 de Nagelkerke	0,307	

Nota: * = $p < 0,1$; ** = $p < 0,05$; *** = $p < 0,01$

Como vimos, os trabalhos sobre a participação eleitoral têm indicado que o envolvimento cívico não é um factor preditivo do voto em Portugal. Contudo, se introduzirmos no modelo a especificação dos tipos de interacção com a sociedade civil, podemos refinar esta conclusão: de facto, a pertença a associações é o único dos indicadores “associativos” que mantém significância estatística. Digno de registo, também, é o facto de nem sequer a experiência de liderança associativa estar firmemente associada ao acto de votar. Estes coeficientes dão força ao argumento estabelecido por Verba, Schlozman e Brady de que os recursos necessários à participação política não são os mesmos que os do voto. É de sublinhar que a proximidade a um partido político é comparativamente mais importante para o exercício desta modalidade do que para as restantes.

Recapitulando a análise patente neste capítulo, podemos concluir que as associações desempenham um papel importante enquanto catalisadoras da participação política, ainda que menos no caso do voto. No primeiro caso, o efeito é mediado pela intensidade do laço entre as organizações da sociedade civil e os seus membros: os indivíduos mais envolvidos nas associações são também aqueles que mais participam politicamente. No segundo, embora a pertença a organizações esteja moderadamente associada a uma maior probabilidade de votar, uma intensificação da relação cultivada com a associação não torna os cidadãos em eleitores mais prováveis.

Os resultados até aqui reportados suscitam uma nova questão: como se caracterizam os cidadãos que se dispõem a oferecer algum do seu tempo às associações? Terão um perfil social definido? Usando as variáveis até aqui empregues, procuraremos uma resposta preliminar. O método usado será o da regressão logística, assumindo como variável dependente a dicotomia “praticou trabalho voluntário/não praticou trabalho voluntário”. Os resultados, sintetizados na tabela 3.8, indicam que os factores preditivos providos de significância são o género masculino, a dimensão do habitat (residentes em zonas menos populosas tendem a voluntariar-se mais), o número de anos de escolaridade, a frequência de discussão política e a proximidade a

Tabela 3.8. Coeficientes de regressão logística para a variável dependente “trabalho voluntário”

	B (erro p.)	Exp(B)
Constante	-3,07 (0,64) ***	0,05 ***
Mulher	-0,43 (0,21) **	0,65 **
Idade	-0,01 (0,01)	0,99
Habitat	0,22 (0,1) **	1,25 **
Anos de escolaridade	0,05 (0,03) *	1,05 *
Discussão política	0,1 (0,05) **	1,11 **
Frequência mensal de igreja	0,15 (0,22)	1,16
Rendimentos elevados	-0,24 (0,38)	0,78
Desempregado	-1,06 (0,61) *	0,35 *
Reformado	-0,61 (0,43)	0,54
Proximidade a partido	0,43 (0,11) ***	1,54 ***
Pseudo R ² de Nagelkerke	0,114	

Nota: * = p<0,1; ** = p<0,05; *** = p<0,01

um partido político. O facto de o pseudo-R² deste modelo ser muito inferior ao da participação política indica que esta é uma variável dependente menos explicada por determinantes sociais e políticas do que o voto. Uma discussão sobre as implicações destes resultados é desenvolvida no quinto capítulo da dissertação.

Capítulo IV. ANÁLISE DE DADOS 2 – NÍVEL AGREGADO

IV.1 A participação eleitoral portuguesa ao nível agregado

Um dos móveis que norteiam esta dissertação é a procura de uma conjugação frutuosa de duas tradições do estudo da participação política e eleitoral. No capítulo anterior procedemos a um exame das determinantes da participação política e eleitoral ao nível individual, tendo constatado que o envolvimento associativo, ainda que parco em Portugal, constitui um factor preditivo com poder autónomo. Apesar de a participação em manifestações, o contacto com as elites políticas ou o voto serem produtos de decisões individuais, essas decisões são tomadas num dado contexto. O estudo dos processos de participação política não tem, portanto, de se confinar às características singulares daqueles que os praticam: um outro nível de análise prende-se com o estudo de dados agregados, digam estes respeito a grupos económicos e sociais ou a estruturas geográficas, de forma a procurar perceber quais os contextos que favorecem a participação. É a esta segunda modalidade de análise, habitualmente designada “ecológica”, que se dedica este capítulo. Transportando a questão que temos vindo a trabalhar nesta dissertação – se o envolvimento associativo influencia a participação política – testamos o impacto da dinâmica associativa dos municípios na proporção de eleitores que participam eleitoralmente.

A abordagem ecológica ocupa um lugar importante na história dos estudos eleitorais portugueses. Desde logo porque a disponibilidade comparativamente tardia de estudos ao nível individual levou a que o estudo da dicotomia participação/abstenção e do sentido do voto fosse sobretudo realizado, até ao fim da década de 1990, ao nível agregado (Jalali, 2003).

Logo um ano após as eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, Jorge Gaspar e Nuno Vitorino publicaram *As Eleições de 25 de Abril. Geografia e Imagens dos Partidos*, cuja primeira parte consiste numa análise da distribuição espacial do voto, em dois planos²³. Por um lado, através das “posições das unidades do espaço geográfico”, isto é, pela identificação de zonas e regiões com perfis eleitorais semelhantes. O segundo plano prende-se com a determinação de coeficientes de

²³ A segunda parte do estudo, “A imagem dos partidos”, inclui ainda análises ao discurso programático e do perfil ocupacional dos candidatos das várias listas à Assembleia.

associação entre as características dos habitats e o comportamento eleitoral (não só a participação/abstenção mas também o sentido do voto) das populações neles residentes. Um dos métodos adoptados pelos autores é o cruzamento das percentagens de voto obtidas pelos vários partidos com a informação relativa a indicadores socioeconómicos e demográficos de distritos, concelhos e, no caso de Lisboa e de outros centros urbanos, freguesias. Calculam-se, assim, sucessivos coeficientes de regressão linear simples que explicitam relações como a existente entre o voto no PCP e o número de aparelhos de rádio por distritos (Gaspar e Vitorino, 1976, p. 100, fig. 59), ou a associação positiva entre o voto no CDS e os profissionais liberais residentes nos centros urbanos (Gaspar e Vitorino, 1976, p. 133, fig. 80). Alternando entre os diferentes níveis de agregação, e fazendo uso de uma miríade de dados, os autores constroem o extenso e complexo mapa de forças de cada um dos partidos e coligações concorrentes à eleição. Contudo, no que toca ao binómio participação/abstenção a procura de associações é diminuta, até porque estas foram eleições altamente participadas, com 91,7% dos eleitores a exercerem o seu direito de voto.

Esta preocupação viria a ser o foco principal num texto posterior de Jorge Gaspar (1983), já com um substrato empírico mais alargado²⁴. São lançadas hipóteses quanto à determinação sociológica da abstenção, mediante a correlação estabelecida entre a participação eleitoral e a presença nos territórios em estudo de grupos definidos pelo seu estatuto produtivo: pequenos proprietários rurais, proletariado agrícola e industrial e burguesia emergente. Jorge Gaspar faz notar que a distribuição da abstenção é mais homogénea do que a de qualquer um dos partidos, sendo este um traço comum a todas as eleições, mesmo atendendo aos seus diferentes níveis gerais de participação. Ainda assim, é possível constatar que se vota mais nos centros urbanos e industriais, mas também no Alentejo. A abstenção concentrava-se, então, nas zonas rurais de pequena propriedade, caracterizadas também pela elevada proporção de “missalizantes” (Gaspar, 1983, p. 93).

²⁴ As eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, as eleições legislativas de 1976, 1979 e 1980, presidenciais de 1976 e 1980 e autárquicas de 1976 e 1979.

No período subsequente à publicação destas pesquisas dos investigadores do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, o principal marco dos estudos eleitorais ao nível agregado terá sido *Mudança Eleitoral em Portugal*, de André Freire (2001). Nesta obra analisa-se a evolução da participação e do sentido de voto nos concelhos do continente português, nas seis eleições para a Assembleia da República realizadas entre 1983 e 1999²⁵, procurando-se as relações entre o comportamento político e um conjunto de indicadores, principalmente de tipo demográfico e socioeconómico. No que toca ao período entre 1983 e 1995, o autor dá conta de três factores que revelam maior capacidade explicativa para as variações na participação (Freire, 2001, p. 69). Em primeiro lugar a ruralidade, associada à abstenção. Depois, o “peso concelhio da pequena burguesia agrícola” (abstencionista) que se contrapõe à tendência mais participativa das zonas com mais trabalhadores manuais da indústria. Finalmente, a maior participação nos centros urbanos, caracterizados por níveis mais altos de “rendimento, industrialização, terciarização e escolaridade”. Na eleição de 1999, emerge a importância de um quarto factor: a diferença de votação entre os concelhos jovens e idosos, com uma participação mais intensa no caso dos segundos, uma tendência contrária àquilo que até então tinha sido observado.

Se os trabalhos de Jorge Gaspar, Nuno Vitorino e André Freire partilham uma certa amplitude na abordagem, no sentido em que são testadas diversas variáveis e se procura ampliar ao máximo a compreensão dos motivos da variância na participação, uma investigação mais recente, de António Tavares e Jered Carr (Tavares e Carr, 2011), teve um enfoque teórico mais específico. Enquadrando-se numa discussão estabelecida na literatura de urbanistas e investigadores da participação a nível local (Oliver, 2000), a questão de partida que move Tavares e Carr prende-se com a influência do tamanho e da densidade populacionais num conjunto de variáveis dependentes decorrentes do conceito multidimensional de “participação cívica”: a participação eleitoral em eleições autárquicas e o número de organizações não lucrativas, de corporações de bombeiros voluntários e de organizações de desenvolvimento local. Como tal, nesta investigação a participação política não é

²⁵ 1983, 1985, 1987, 1991, 1995 e 1999. Num artigo anterior (2000) em que se restringe às determinantes da participação e da abstenção, Freire não contempla o último destes actos eleitorais.

explicada em função do envolvimento cívico mas como um correlato deste. Tavares e Carr fazem então interagir os efeitos da densidade da população e do crescimento populacional com a dimensão da população no concelho, obtendo um conjunto de modelos autónomos. A conclusão a que os autores chegam no que toca ao efeito da variável em teste não é linear: “o efeito inibidor do aumento da população na taxa de participação diminui à medida que a densidade populacional aumenta” (Tavares e Carr, 2011, p. 19), ou seja, mantendo o resto constante, os concelhos com uma população semelhante tenderão a apresentar taxas de participação mais elevadas quanto mais urbanas forem.

IV.2. As variáveis dependentes: a participação em cinco actos eleitorais

Um requisito prévio à prossecução desta análise é constatar se a variável dependente de facto varia (King, Keohane e Verba, 1994, p. 147), isto é, se existem padrões diferenciados de participação no território nacional, ou se, pelo contrário, a sua distribuição é homogénea. Como vimos, tanto Jorge Gaspar e Nuno Vitorino como André Freire notaram que a participação não apresenta valores muito díspares ao longo do país. Vão no mesmo sentido os estudos de Daniele Caramani (2004), que, tomando como unidade de análise os círculos eleitorais das Legislativas (distritos e Regiões Autónomas), revelam um mapa de participação eleitoral relativamente homogéneo. Partindo dos dados relativos às 9 eleições realizadas entre 1975 e 1995, as taxas de participação no conjunto dos distritos portugueses apresentam um desvio padrão em relação à média de 4,88 (Caramani, 2004, p. 87) - muito inferior à Suíça (14,32), mas ainda assim consideravelmente superior ao da Islândia ou da Bélgica (1,47 em ambos os casos). Note-se que a tendência desta homogeneização é, ainda para mais, crescente: face aos resultados anteriores, para as Legislativas de 1995 e 1999, a mancha de concelhos cujos valores do “abstencionismo estão dentro da média nacional aumentou fortemente” (Freire, 2001, p. 65).

Face ao argumento da progressiva nacionalização, ou homogeneização, da participação eleitoral, a procura das suas determinantes ao nível local pode parecer uma questão menor ou, em última instância, desprovida de sentido. Julgamos, ainda assim, poder dar quatro razões para assumir este problema como pertinente. Em

primeiro lugar, apesar da progressiva redução das disparidades, existem, como veremos adiante, manchas formadas por concelhos próximos entre si com valores de participação semelhantes, o que indicia a existência de um padrão espacial que pode estar associado às variáveis contextuais que serão incorporadas na análise. O segundo motivo que nos faz crer que este não será um esforço despiciendo é que a análise inclui uma nova variável, ainda não testada para o caso português: a dinâmica cívica do município. Mesmo que a variância explicada dos modelos explicativos não seja muito elevada, será interessante observar se esta é uma dimensão que traga um efectivo valor acrescentado. Um outro pretexto é que a última eleição a que Freire aplicou o seu modelo explicativo foram as legislativas de 1999, tendo obtido como resultado um R^2 de 0,33 - mais baixo do que o conseguido para eleições anteriores. Esta diminuição na variância explicada é associada pelo autor ao incremento da abstenção política. Importa confirmar, apesar de o lote de variáveis usadas não ser o mesmo, de que forma evoluiu em anos recentes a determinação estrutural da abstenção. Finalmente, desde o artigo de Jorge Gaspar publicado em 1983, as análises limitaram-se a estudar, isoladamente, as eleições legislativas (Freire, 2001, 2000) e as autárquicas (Tavares e Carr, 2011). André Freire afirma, aliás, que, embora ele próprio não o faça, “seria muito interessante comparar os níveis e os padrões evolutivos da abstenção nas eleições legislativas com idênticos valores noutros tipos de eleições (presidenciais, autárquicas e europeias)” (Freire, 2000, p. 122).²⁶ Serão os factores preditivos da participação, para os restantes actos eleitorais, os mesmos? Com esta análise procuraremos ajudar a responder, ainda que de forma subsidiária, a esta questão, já que abordaremos a distribuição territorial das taxas de participação nos cinco actos eleitorais apresentados na tabela 4.1. Tal como referimos no segundo capítulo, a unidade de análise será o município, não só para efeitos de comparabilidade com os trabalhos que temos vindo a citar, mas também porque esta é uma unidade solidamente ancorada na matriz administrativa portuguesa, com fronteiras bastante estáveis e um vasto número de indicadores disponível.

²⁶ André Freire e Michael Baum (2001) publicaram um artigo em que abordam a distribuição do comportamento eleitoral nos referendos de 1998 (Interrupção voluntária da gravidez e Regionalização), mas em que as determinantes da participação não são estudadas.

No que toca à distribuição da participação em Portugal, pode constatar-se que a descrição de André Freire (2000, p. 65) se mantém ajustada à realidade para a maioria das eleições em estudo.

Tabela 4.1. Eleições em análise (variáveis dependentes: percentagem dos eleitores recenseados que votaram)

Acto eleitoral	Presidenciais	Referendo	Europeias	Autárquicas	Legislativas
Data do sufrágio	22/01/2006	11/01/2007	07/06/2009	11/10/2009	27/09/2009
Participação a nível nacional *	62,60	43,60	36,48	59,01	60,54
Média concelhia	59,94	39,40	35,63	63,53	58,76
Desvio padrão	6,27	6,27	6,02	7,70	6,09
Desvio médio	4,77	5,11	4,58	6,22	4,66
Mínimo	34,85	21,71	16,06	44,06	38,56
Máximo	73,53	55,17	56,98	81,12	72,69

* Não são contabilizados os votos no estrangeiro. Os valores são calculados a partir dos ficheiros disponibilizados pela Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (2006, 2007, 2009a, 2009b, 2009c).

Com excepção das autárquicas, as manchas geográficas mais participativas permanecem, *grosso modo*, as mesmas: área metropolitana do Porto, Alto Alentejo e a zona em torno de Braga.²⁷ Os municípios da cintura de Lisboa, todavia, baixaram os valores da sua participação. Serão estas “manchas” de participação eleitoral coincidentes com “manchas associativas”?

²⁷ Os mapas com a distribuição da participação estão disponíveis nos anexos.

IV.3. O associativismo enquanto variável independente

Como foi dito no segundo capítulo, o indicador usado como *proxy* para a intensidade de associativismo ao nível municipal será calculado a partir do Registo Nacional das Pessoas Colectivas. O ficheiro foi depurado com vista a incluir apenas os tipos de organizações que se conformam à definição inicial de sociedade civil, num total de 60.361 registos. A categoria mais frequente de organização é “Desporto, recreio e lazer” (36% dos registos), seguido de “Cooperativa” (10,5%), “Científica ou cultural” (10,2%) e “Prestação de cuidados de bem-estar e saúde” (9,6%)²⁸. A distribuição destes tipos ao longo do território é importante, na medida em que nos permite testar a hipótese 5, relacionada com as ecologias associativas patentes nos vários concelhos. Para tal, procedemos à repartição de algumas das categorias mais frequentes de associação em três grandes grupos: organizações de representações de interesse e de desenvolvimento local; religiosas e prestação de cuidados; e ocupação de tempos livres (tabela 4.2).

É necessário calcular, para cada concelho, a densidade associativa, isto é um rácio do número de associações *per capita*. O numerador desta fracção será o total acumulado de associações criadas num dado concelho até ao ano de 2010. Já o denominador será uma média da população calculada a partir dos Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011.²⁹ Multiplicaremos o resultado por 1000, de forma a facilitar a inteligibilidade dos valores. Para o concelho j , o valor do rácio (x) será, então³⁰:

$$x_j = \frac{\text{Organizações criadas até 2010}_j}{\text{Média da população } \{1981, 1991, 2001, 2011\}_j} \times 1000$$

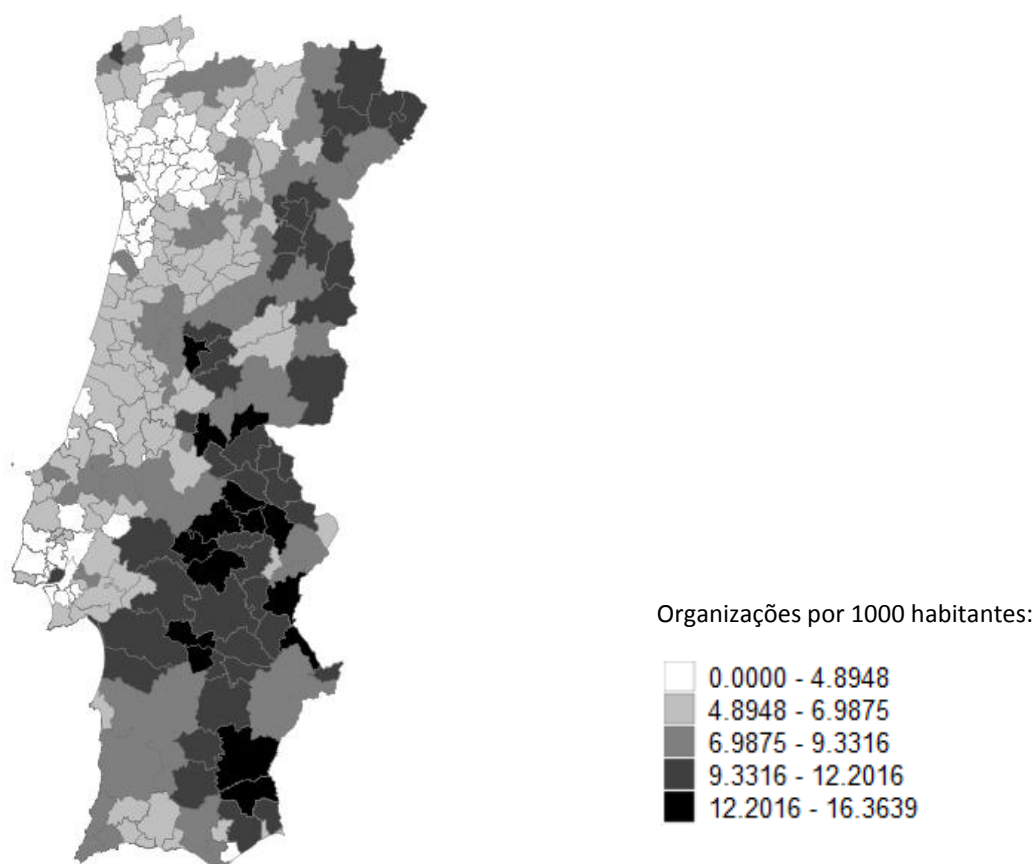
²⁸ A base de dados desenvolvida suporta dupla classificação, pelo que uma associação de empresários católicos seria passível de ser registada como “associação profissional” e “organização religiosa”. Uma tabela com a distribuição categorial dos tipos de associação pode encontrar-se nos anexos.

²⁹ Nas últimas décadas, a evolução da sociedade portuguesa conduziu a uma maior concentração da população nos municípios circundantes dos principais centros urbanos e a um progressivo despovoamento do interior. Assim sendo, e porque lidamos com um acumulado de criações que remontam, nalguns casos, a um período ainda anterior à democracia, parece-nos mais adequado que o denominador não seja a população de 2010.

³⁰ O procedimento para o cálculo destes rácios sectoriais é idêntico, adaptando apenas o numerador consoante o caso.

O Mapa 1 ilustra a distribuição deste índice, que se caracteriza por uma concentração de um maior número de associações por habitante nos concelhos a Sul do Tejo e, em relação ao eixo longitudinal, a Leste, no interior do país. Há uma mancha

Mapa 4.1. Distribuição de x (organizações por 1000 habitantes)



de concelhos com valores altos na zona circundante de Coimbra; por oposição, a periferia de Lisboa é marcada por baixos valores (com a excepção de Cascais), assim como a generalidade da Área Metropolitana do Porto e do Baixo Minho. Estas tendências geográficas são reforçadas pelo predomínio de valores elevados de organizações *per capita* nos casos dos municípios menos populosos, que tendem a estar territorialmente concentrados. Contudo, importa salientar que a correlação entre média populacional (1981-2011) e número de organizações por 1000 habitantes está longe de ser perfeita (p de Pearson de -0,25), existindo bastante variância entre concelhos de população semelhante.

Tabela 4.2. Variáveis independentes: densidade e ecologias associativas

Variável	Categorias de organização	Efeitos hipotéticos
Densidade associativa (organizações por 1000 habitantes)	Todas as categorias.	Positivo
Ecologias associativas		
Organizações de representação de interesses e desenvolvimento local por 1000 habitantes	Moradores; pais; desenvolvimento social; cívicas e políticas (que não partidos políticos); estudantes; trabalhadores (que não sindicatos); jovens; igualdade de género; migrantes; cooperação e desenvolvimento; protecção do ambiente.	Mais intenso
Organizações de solidariedade social e religiosas por 1000 habitantes	Educativas, bem-estar, idosos, religiosas e saúde	Menos intenso
Organizações de ocupação de tempos livres por 1000 habitantes	Recreativas e desportivas; clubes sociais.	Menos intenso

Se seleccionarmos o conjunto de municípios com uma média populacional (1981-2011) compreendida entre 7000 e 8000 habitantes, comprovamos esta asserção. Dos vinte concelhos nestas condições, quatro dos cinco que apresentam valores mais altos (todos superiores a dez organizações por milhar de habitantes) são alentejanos. Os valores de Arraiolos (15,7 organizações por 1000 habitantes), Castro Verde (11,38) contrastam de forma notória com Murça (4,89) e São Vicente (3,84). Esta variância do indicador em concelhos demograficamente semelhantes sugere que a sua leitura pode servir como um barómetro, ainda que impreciso, da actividade associativa nos municípios portugueses. Além disso, a distribuição territorial das densidades de cada uma das ecologias associativas permite captar perfis de associativismo diferenciados, especialmente no que toca à distinção entre Norte e Sul do continente³¹. É a Sul do Tejo que se encontram os valores mais altos da densidade de “organizações de defesa de interesses”; as “organizações de solidariedade social e religiosas” têm uma distribuição menos assimétrica mas, ainda assim, estão mais presentes no Norte. Já as associações de ocupação de tempos livres apresentam uma

³¹ Consultar os mapas 7 a 9, disponíveis no Anexo III.

distribuição relativamente homogénea, embora sejam mais proporcionalmente mais numerosas no Interior do continente – tanto a Norte como a Sul.

IV.4. Variáveis de controlo

Além das variáveis relacionadas com o associativismo, incluiremos na equação um leque de outras já identificadas pela literatura como tendo uma boa capacidade preditiva³². Ao contemplarmos estes factores reduzimos as probabilidades de atribuir significância a uma relação espúria.

A primeira variável de controlo será a população do concelho³³. A literatura tem colocado em evidência que os concelhos mais povoados (tipicamente, mas nem sempre, os mais urbanos) apresentam valores de participação eleitoral mais baixos (Oliver, 2000, p. 364; Geys, 2006, p. 642). A relação negativa entre população e participação eleitoral foi também identificada nas eleições autárquicas portuguesas de 2009 por António Tavares e Jared Carr (2011, p. 17) que, contudo, verificaram que ela era mediada pela densidade populacional. Esta é uma dimensão que será captada por duas variáveis: número de habitantes por km² e proporção de residentes em núcleos urbanos. As duas medidas são complementares, na medida em que permitem observar aspectos algo distintos. A densidade populacional, por si só, constitui uma boa aproximação ao nível de urbanização de um município: quanto mais pessoas estiverem concentradas numa mesma área, mais urbanizado esta será. Além disso, esta medida permite distinguir, nos concelhos rurais, entre aqueles com um povoamento mais concentrado e os de tipo mais disperso. Por exemplo, boa parte dos habitantes de um município pode estar concentrada num núcleo urbano mas subsistir uma cintura rural, administrativamente pertencente ao mesmo concelho, muito menos povoada. Para lidar com estes casos, integramos a segunda variável, referente à proporção de

³² Optámos por testar os efeitos de variáveis independentes singulares e não de índices ou factores compósitos extraídos, por exemplo, através da análise de componentes principais. O uso da análise factorial, podendo ser virtuoso, acarreta também alguns riscos. De acordo com Blalock, “é possível que a [a análise factorial] nos leve a uma série de factores com pouco valor teórico”, e que “acabemos por substituir um número de índices operativos claros e distintos por um pequeno número de factores teoricamente desprovidos de sentido” (citado em Dogan, 1994, p. 61).

³³ Devido à grande assimetria na distribuição desta variável, os seus valores foram convertidos em logaritmos de base 10.

habitantes que residem em núcleos superiores a 2000 habitantes. As nossas expectativas quanto ao efeito destas variáveis não são lineares. Reportando-se às legislativas do período 1983-1995, André Freire (2000, p. 134, 2001, p. 69) identifica o factor “centralidade” (ou “urbanidade”), que inclui a densidade populacional, como um factor catalisador da participação. Já Tavares e Carr, analisando as eleições autárquicas, demonstram que a densidade exerce um efeito de mediação no aumento de população: “o efeito inibidor [do aumento da população na participação eleitoral] decresce à medida que a densidade da população aumenta” (Tavares e Carr, 2011, p. 19)³⁴. Uma última variável estritamente demográfica é o crescimento populacional, medido através da diferença percentual de população residente em 1981 e 2011.

Com vista a integrar as disparidades no nível de educação formal, será também testada uma variável relativa à proporção de habitantes com (pelo menos) a escolaridade mínima obrigatória. Se ao nível individual os estudos são praticamente unânimes em considerar a educação como uma variável independente altamente explicativa³⁵, essa hipótese já não é tão sólida ao nível agregado. Na verdade, este é um exemplo de incongruência entre os resultados ao nível agregado e individual, identificado por Anthony Brody (1978) como o *puzzle* da participação nos Estados Unidos da América: apesar de indivíduos mais instruídos serem mais propensos a participar, o aumento progressivo do número médio de anos de educação da população norte-americana coincidiu com taxas de participação decrescentes.

Como aproximação aos níveis de religiosidade faremos uso da proporção de casamentos que são celebrados pela Igreja Católica dentro de cada concelho. Os estudos de Jorge Gaspar demonstraram uma associação moderada entre a proporção de “missalizantes” e a participação. Já André Freire obteve como resultado uma relação negativa entre religiosidade e participação, embora argumente que esta é uma relação espúria e que, controlando os efeitos do *habitat* rural e da presença de pequena burguesia agrícola, a relação acaba por ser positiva (Freire, 2000, p. 22).

³⁴ Embora a relação de tipo complexo observada por Tavares e Carr tenha dependido do recurso a um modelo de regressão de interacção, ao passo que nós recorremos a um modelo aditivo simples (método dos mínimos quadrados). Não poderemos, portanto, testar para as outras eleições a conclusão a que os autores chegaram para as Autárquicas.

³⁵ Recorde-se que, no capítulo anterior, confirmámos que a escolaridade dos indivíduos funciona como factor preditivo da intensidade da participação política em geral, embora para a participação eleitoral o coeficiente não tenha sido significativo.

Atendendo a que também António Tavares e Jered Carr obtiveram um coeficiente positivo e significativo entre níveis de catolicismo e participação (2011, p. 32), esperamos obter resultados nesta linha. Uma outra variável de controlo, esta com um efeito não imediatamente projectável, é o grau de envelhecimento do concelho, medido pela proporção de idosos na população: tendo-se revelado associada à abstenção nas legislativas de 1983 e 1987, poderemos observar se se mantém a associação positiva entre concelhos com mais idosos e maior participação eleitoral detectada por André Freire para a eleição de 1999. Por outro lado, o nosso teste de hipóteses ao nível individual, no capítulo anterior, indica que a idade é um factor preditivo autónomo no sentido positivo – quantos mais anos de idade, maior a probabilidade de voto. Manter-se-á esta relação ao nível agregado, usando como referência o segmento dos idosos?

A estrutura de ocupações e os rendimentos de cada um dos concelhos são outras das dimensões que importa contemplar. Apesar da diminuição da importância da agricultura na economia portuguesa³⁶, a mão-de-obra agrícola – de tipo familiar e não familiar, a tempo inteiro ou parcial – ascendia a cerca de 700.000 indivíduos. Para efeitos de operacionalização, a variável utilizada será a proporção destes indivíduos no universo populacional do município. Através da integração no modelo da dimensão média das explorações agrícolas captaremos a distinção entre tipos de agricultura (minifúndio e grande exploração agrícola), assim como a gama de situações intermédias entre estes dois pólos. Deste modo, poderemos verificar se, em linha com os resultados apurados por Jorge Gaspar, Nuno Vitorino e André Freire, as zonas de grande propriedade são mais participativas. Já a prosperidade económica do concelho será captada através da proporção de poder de compra *per capita* em relação ao valor nacional. Se os estudos macro-comparativos indicam uma propensão dos Estados mais ricos para níveis de participação mais elevados (Blais, 2006, p. 136), as consequências desta variável ao nível sub-nacional são menos exploradas. A expectativa inicial é que

³⁶ “Em 1980 o VAB agrícola representava, em termos nominais, 11,0% do VAB nacional. Em 2009 representou 1,6%.” (Instituto Nacional de Estatística, 2010, p. 4)

os concelhos com rendimentos mais baixos sejam comparativamente menos participativos (Freire, 2000, p. 136).³⁷

Por fim, as investigações acerca da participação eleitoral ao nível macro têm testado o impacto de variáveis institucionais, tais como a obrigatoriedade do voto e a natureza maioritária ou proporcional do sistema (Blais, 2006, p. 116; Geys, 2006, p. 651). Quanto a este último ponto, estudos realizados em países como a Suíça ou os Estados Unidos da América demonstram que, mantendo o resto constante, uma redução no grau de proporcionalidade do sistema diminui os incentivos à participação (Ladner e Milner, 1999; Bowler, Brockington e Donovan, 2001). Integraremos esta hipótese no nosso modelo, usando o número de lugares em disputa no círculo eleitoral eleição como aproximação à proporcionalidade do sistema.³⁸

IV.5. Resultados

O que nos dizem os testes cujos resultados estão sintetizados nas tabelas 4.3 e 4.4? Antes de nos debruçarmos sobre o efeito que mais nos interessa, o do associativismo, observemos o comportamento de algumas das variáveis de controlo. Em primeiro lugar, as únicas que exercem um efeito significativo, e com um sentido constante, nos cinco actos eleitorais analisados são a mão-de-obra agrícola (efeito negativo) e a percentagem de casamentos católicos (efeito positivo). Densidade populacional e dimensão das explorações agrícolas têm um efeito significativo e positivo em quatro dos cinco actos. O crescimento populacional explica, em três das eleições, o incremento na participação eleitoral. As restantes variáveis têm um efeito mais volátil nas taxas de participação – ora positivo, ora negativo, ora irrelevante.

³⁷ Apesar de os concelhos com maior poder de compra tenderem a ser os mais urbanos, a relação não é necessariamente categórica. Além disso, a observação dos dados indicia que subsistem desigualdades neste capítulo, mesmo entre concelhos localizados em pontos semelhantes da escala urbano/rural.

³⁸ Esta variável só será testada para as eleições para a Assembleia da República (deputados pelos círculos) e para as Câmaras Municipais (número de membros do executivo). No referendo e na eleição presidencial a questão da proporcionalidade não se coloca, graças à própria natureza destes sufrágios. Nas eleições para o Parlamento Europeu, a competição eleitoral estabelece-se ao nível nacional e um eleitor de qualquer ponto do território verá o seu voto incluído na contabilização geral. Pelo contrário, tanto Autárquicas como Legislativas correspondem a uma série de competições paralelas e simultâneas, disputadas em vários círculos eleitorais, sendo o número de representantes a eleger dependente da população residente.

Tabela 4.3. Coeficientes de regressão (Betas) para as taxas de participação nas cinco eleições. (Variável em teste: Densidade associativa.)

	Autarq. (2009)	Legis. (2009)	Euro. (2009)	Presid. (2006)	Refer. (2007)
Crescimento populacional (1981- 2011)	-0,1 (n.s.)	0,1 (n.s.)	0,11 (n.s.)	0,23 **	0,14 **
Residentes em núcleos urbanos	-0,01 (n.s.)	-0,01 [n.s.]	-0,11 (n.s.)	-0,23 **	-0,09 (n.s.)
População com 65 ou mais anos	-0,09 (n.s.)	0,44 **	0,36 **	0,51 **	0,18 **
Mão-de-obra agrícola	-0,19 **	-0,33 **	-0,23 **	-0,41 **	-0,17 **
População com pelo menos a escolaridade obrigatória (2001)	-0,38 **	0,12 [n.s.]	0,14 (n.s.)	0,13 (n.s.)	0,38 **
Casamentos católicos em 2010	0,17 **	0,26 **	0,2 **	0,33 **	0,18 **
Poder de compra per capita (2007)	-0,03 (n.s.)	-0,06 [n.s.]	0,03 (n.s.)	-0,01 (n.s.)	-0,04 (n.s.)
Densidade populacional	0,03 (n.s.)	0,02 [n.s.]	0,22 **	0,11 *	0,11 *
Dimensão média da exploração agrícola	-0,01 (n.s.)	0,15 **	0,16 **	0,13 **	0,23 **
População em 2011 (log)	-0,32 **	-0,07 [n.s.]	-0,07 (n.s.)	0,16 *	0,14 (n.s.)
Número de mandatos em disputa para a AR	-	0,39 **	-	-	-
Número de mandatos em disputa para a CM	-0,05 (n.s.)	-	-	-	-
Organizações por 1000 habitantes	0,38 **	0,09 [n.s.]	0,02 (n.s.)	-0,16 **	-0,11 (n.s.)
R² ajustado	0,49	0,33	0,17	0,36	0,38

Nota: * = p<0,1; ** = p<0,05

Quanto às variáveis relacionadas com o associativismo, são, genericamente, desprovidas de capacidade preditiva. Só nas eleições autárquicas é que a variável “Organizações por milhar de habitantes” tem um comportamento de acordo com o expectável, isto é, com valores altos associados a uma maior participação eleitoral. No que toca aos testes da hipótese 5, relativa às ecologias associativas, os resultados

também não se adequam às nossas expectativas. Por um lado, o aumento do R^2 é diminuto face aos modelos anteriores; por outro, a densidade de organizações de

Tabela 4.4. Coeficientes de regressão (Betas) para as taxas de participação nas cinco eleições.
(Variáveis em teste: Ecologias associativas)

	Autarq. (2009)	Legis. (2009)	Euro. (2009)	Presid. (2006)	Refer. (2007)
Crescimento populacional (1981- 2011)	-0,03	0,11	0,12	0,25 **	0,14 *
Residentes em núcleos urbanos	0,08	-0,01	0,07	-0,01	-0,02
Pop. dedicada à agricultura	-0,21 **	-0,31 **	-0,24 **	-0,41 **	-0,18 **
Pop. com 65 ou mais anos	-0,14 **	0,41 **	0,45 **	0,46 **	0,24 **
Casamentos católicos (2010)	0,18 **	0,27 **	0,19 **	0,35 **	0,17 **
Densidade populacional (2009)	0,08	0,04	0,15	0,13	0,1
Dimensão média da exploração agrícola (2009)	0,01	0,16 **	0,17 **	0,04	0,22 **
População em 2011 (log)	-0,37 **	-0,13	-0,13	0,07	0,12
Poder de compra <i>per capita</i> (2007)	-0,01	-0,05	0,03	-0,07	-0,04
Pop. residente com pelo menos a escolaridade obrigatória (2001)	-0,46 **	0,13	0,08	0,05	0,34 **
Organizações religiosas e de solidariedade social	0,02	-0,08	0,07	-0,19 **	~0
Organizações de representação e defesa de interesses	0,17 **	0,05	-0,06	-0,04	-0,08
Organizações recreativas	0,23 **	0,09	-0,13	0,04	-0,12
Número de mandatos em disputa para a CM	0,04	-			
Número de mandatos em disputa para a AR	-	0,39 **			
R² ajustado	0,50	0,32	0,18	0,37	0,38

Nota: * = $p < 0,1$; ** = $p < 0,05$

defesa de interesses só se revela um factor preditivo para a taxa de participação nas eleições autárquicas, sendo que as organizações desportivas e recreativas apresentam mais peso explicativo. Nenhum dos restantes coeficientes é significativo, à excepção das associações de solidariedade - negativamente associadas à participação nas presidenciais de 2006.

No que toca à hipótese 6, que projectava um efeito diferenciado consoante o tipo de eleição, é de notar que o conjunto das variáveis testadas explica melhor a taxa de participação nas eleições autárquicas (R^2 ajustado de 0,49), sendo a participação nas demais eleições – com destaque para as europeias – menos previsível. Ainda mais importante é que apenas o caso das autárquicas se conforma à hipótese 4 (maior densidade associativa gera mais participação), embora também aqui a hipótese 5, relativa às ecologias associativas, saia gorada.

Estes coeficientes desafiam as hipóteses de partida com que iniciámos o estudo. No próximo capítulo procuraremos articular os resultados obtidos neste capítulo e no anterior, explorando as suas potenciais consequências para a compreensão da articulação entre o envolvimento associativo e a participação política em Portugal.

CAPÍTULO V. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Concluído o tratamento e a análise dos dados, exige-se uma reflexão crítica sobre os resultados obtidos, confrontando-os com as hipóteses de partida, de forma a apontar caminhos para investigações futuras. A abordagem que presidiu a este estudo foi de índole dedutiva, já que as hipóteses testadas foram construídas teoricamente num momento prévio à análise dos dados. Além de se atestar ou refutar a validade destas hipóteses iniciais, foram identificadas pistas fortuitas que não estavam previstas pelo desenho da investigação, mas que emergiram no seu decurso.

Tomemos como ponto de partida a análise conduzida ao nível individual, que levou à confirmação das três hipóteses de partida. Desde logo, no que toca à primeira delas, a de que os membros de associações são mais activos politicamente do que os restantes indivíduos. Enquanto factor preditivo da participação política, o envolvimento associativo é dotado de significância estatística. Mesmo mantendo constante um conjunto de outras variáveis, os membros de associações fazem uso de um reportório de acção política mais alargado. A segunda hipótese testada, segundo a qual o tipo de envolvimento associativo influenciaria a intensidade da participação política, foi também corroborada. Os indivíduos que se voluntariam são particularmente participativos, mais do que os que reportam a pertença a associações ou a oferta de donativos financeiros. Esta relação é particularmente resistente, já que foi integrada no modelo uma variável relativa ao exercício de cargos directivos na associação, a qual, sendo relevante, não anula a significância do trabalho voluntário. Dito de outra forma, os indivíduos mais participativos não se restringem às elites dirigentes das associações. Finalmente, também a terceira hipótese foi confirmada. O voto é a forma mais disseminada de participação democrática, mas também uma das que menos recursos exigem. Assim, era expectável que a intensificação do envolvimento associativo não conduzisse a uma maior probabilidade de participar eleitoralmente, o que se comprovou através da regressão logística.

Tal como foi mencionado no primeiro capítulo, existem duas principais explicações alternativas para que as associações sirvam de indutoras da acção política. Uma delas postula que é o próprio envolvimento que gera cidadãos mais activos – seja pelo contacto com actores políticos (Rosenstone e Hansen, 1993), seja pelo

desenvolvimento de recursos cívicos através de um processo de socialização (Verba, Schlozman e Brady, 1995). A outra explicação estipula que, mais do que “escolas de democratas”, as associações são “*pools* de democratas”, ou seja, congregam indivíduos que tenderiam já a participar de qualquer forma (van der Meer e van Ingen, 2009). As variáveis contidas nos dados examinados não permitiram a entrada neste debate, pelo que não foi formulada qualquer hipótese a este respeito. Contudo, podemos constatar a substantiva diferença de capacidade explicativa dos modelos desenvolvidos para explicar a participação política e o voto, por um lado, e a prática de voluntariado, por outro. Nos dois primeiros casos os valores, tanto do R^2 ajustado como do pseudo R^2 de Nagelkerke, andam em torno dos 0,30. No que toca ao voluntariado, o pseudo R^2 de Nagelkerke não vai além dos 0,11. Estes valores não são imediatamente comparáveis, já que, no caso dos modelos de explicação da participação política e do voto, estes incluem as variáveis associativas, suprimidas na terceira equação. Mas, se excluirmos estes factores, os valores são de 0,22 para a equação explicativa da participação política e 0,20 para o modelo do voto.³⁹

Uma das questões mais recorrentes da teoria democrática prende-se com a conversão das desigualdades entre cidadãos (por exemplo, ao nível do rendimento, da educação e do estatuto ocupacional) em distintos níveis de “influência política” (Verba, Nie e Kim, 1978, p. 1). Perante as diferenças de comportamento dos modelos testados, parece seguro concluir que o acesso à vida associativa é menos condicionado à partida por desigualdades de recursos. Atendendo à relevância demonstrada pelo associativismo como catalisador de participação, é plausível argumentar que a sociedade civil pode oferecer uma trajectória de superação de desigualdades sociais de base, contribuindo para uma maior aproximação ao ideal da igualdade democrática. Se a participação política for encarada como normativamente desejável (seja numa concepção de democracia de pendor liberal e clássico ou participativo), estes resultados podem sugerir que a sociedade civil oferece a indivíduos com um estatuto desfavorável uma via para que estes expressem a sua voz. Deste ponto de vista, poderíamos afirmar que, no caso português, a sociedade civil cumpre pelo menos parte das missões que lhe vêm sendo atribuídas desde Tocqueville: a de tornar mais

³⁹ As tabelas com os coeficientes destes modelos estão incluídas nos anexos.

activos e despertados os seus membros, conferindo-lhes uma maior propensão para a intervenção política.

Apesar de esta leitura ser sugestiva, os coeficientes colhidos aconselham prudência. Se atendermos às variáveis que revelam maior poder explicativo, observamos que a percepção de proximidade a um partido e a frequência de discussão política estão entre as mais poderosas. Escolaridade, género masculino e *habitat* completam o leque, sendo os restantes factores desprovidos de significância estatística. No que toca à proximidade a um partido político, o seu peso permite recordar que a separação entre estas organizações e a sociedade civil, sendo exequível no plano abstracto, é bastante problemática de praticar. Na constelação formada por partidos e sociedade civil, as ligações que as organizações dos dois campos partilham são menos formalizadas e as suas fronteiras mais porosas, o que resulta em dificuldades acrescidas às investigações que procuram separá-las analiticamente (Schmitter, 2001, p. 71). No caso português, o facto de a proximidade a um partido ser um veículo muito importante no acesso ao envolvimento associativo vai no sentido do argumento de Phillippe Schmitter, de acordo com o qual o suposto declínio dos partidos não corresponde linearmente a uma aquisição de preponderância a outras instâncias de articulação de interesses, como as associações ou os movimentos sociais (Schmitter, 2001, p. 85).

Contudo, não só a proximidade aos partidos se revela um indutor do voluntariado em organizações da sociedade civil. Outra variável independente dotada de capacidade preditiva é a proveniência geográfica dos indivíduos, com os residentes em lugares menos povoados a revelarem-se mais propensos a doar algum do seu tempo às organizações com as quais se envolvem. Este resultado é particularmente interessante, porque permite fazer a passagem para a análise ao nível agregado.

Também a distribuição territorial do associativismo, pelo menos no que toca aos municípios do Continente, reflecte esta tendência de maior envolvimento associativo em zonas menos populosas – o “interior” e as zonas rurais, onde estão localizados municípios tendencialmente menos povoados, apresentam valores mais altos de associações *per capita* do que o litoral urbano. Contudo, no que respeita às hipóteses testadas, estas foram comparativamente menos bem sucedidas do que as de

nível individual. Contrariamente à hipótese 4, a densidade associativa dos municípios não se revela uma variável independente sólida para a maioria das eleições testadas. Os concelhos com mais associações por habitante não são tendencialmente mais participativos. Variáveis como a proporção de idosos na população, a implantação da Igreja Católica, a dimensão da exploração agrícola ou a densidade populacional são preditores mais fortes das taxas de participação eleitoral.

A hipótese 5, baseada na ideia de que as diferentes ecologias associativas corresponderiam padrões de participação diferenciados, também não se sustenta. Uma elevada densidade de associações de representação e defesa de interesses não gera taxas de participação mais elevadas. No entanto, verifica-se a existência de uma excepção a este padrão geral, o que nos leva à hipótese 6. Face aos estudos de Putnam que inspiraram a construção destas hipóteses, a situação portuguesa revela-se idiossincrática⁴⁰. A análise dos cinco actos eleitorais revela que apenas nas Autárquicas a hipótese 4 encontra correspondência com os dados: os municípios com maior densidade associativa foram também aqueles onde mais eleitores exerceram o seu direito de voto. Este sucesso parcial não se estende à hipótese 5, que é desmentida pelo facto de a densidade de associações desportivas e de recreio ser um factor preditivo mais sólido do que o número de organizações de defesa e expressão de interesses.

Antes de procurar compreender estes resultados, um ponto prévio prende-se com as diferenças observáveis nas taxas de participação consoante o tipo de eleição. Este é um aspecto que, mesmo não tendo sido central nas hipóteses de partida, acaba por ganhar saliência no decurso da análise. A literatura sobre participação eleitoral interessa-se sobretudo por eleições de âmbito nacional e, dentro destas, pelas “eleições de primeira ordem”. Esta expressão foi cunhada por Reiff e Schmitt (1980), para quem a chave que distingue estas eleições é o facto de terem mais em jogo, ou seja, de delas emanarem órgãos com um poder de decisão mais amplo. Tal reflecte-se num maior interesse público e num investimento mais elevado por parte dos actores

⁴⁰ Recorde-se que, no caso dos Estados Unidos (Putnam, 2000), as eleições Presidenciais são mais participadas nos estados com maiores níveis de capital social (e, consequentemente, com maior densidade associativa). Em Itália (Putnam, 1993), no período analisado, as regiões com maiores índices de comunidade cívica apresentam maiores taxas de participação nos referendos.

envolvidos nessas eleições, em especial as elites partidárias. De acordo com este critério, as eleições de primeira ordem seriam aquelas que elegem a principal câmara legislativa ou o presidente, consoante o tipo de regime político. A restante miríade de actos eleitorais (regionais, referendos, para as segundas câmaras legislativas, supranacionais) pertenceriam à categoria da “segunda ordem”.

Esta tipologia foi já aplicada analiticamente ao caso português, com vista a explicar os ciclos de alternância política, tendo sido demonstrado que “os factores nacionais têm um impacte importante, persistente e estrutural nas eleições de segunda ordem” (Freire, 2005, p. 844). Neste e noutros artigos é atestado o carácter secundário das eleições autárquicas. André Freire e Pedro Magalhães assinalam que “as eleições legislativas são sempre mais participadas do que as eleições autárquicas” (Freire e Magalhães, 2002, p. 156). Paula Espírito Santo sugere que “a menor participação eleitoral dos cidadãos, quando comparada com outros sufrágios (caso das [...] eleições legislativas e presidenciais) pode decorrer de os efeitos da gestão autárquica serem menos visíveis e sentidos como menos prementes pelos eleitores” (Espírito Santo, 2010, p. 3). Se estas afirmações são válidas ao nível nacional, uma aproximação na escala de observação permite concluir que na maior parte dos municípios (229) as autárquicas de 2009 foram de facto mais participadas do que as legislativas do mesmo ano. Contudo, estes municípios mais participativos à escala local são também os menos povoados, o que faz com que, no agregado nacional, as eleições para a Assembleia da República sejam, de facto, mais participadas.

As idiossincrasias dos padrões de participação nas eleições locais em lugares pouco povoados já têm sido alvo de atenção por parte da literatura. Horiuchi observa que este carácter especial se observa em contextos tão diversos como Espanha, Suíça, Índia ou Japão (Horiuchi, 2005, p. 26). Baseando-se numa análise a vários níveis (nacional, municipal e individual) do caso japonês, este autor argumenta que esta “anomalia” se justifica com a utilidade expectável do voto: a percepção subjectiva da utilidade do voto é maior – quanto menor o universo eleitoral, mais provável é que cada voto conte para o resultado final. Por outro lado, nota Horiuchi, ainda que as eleições locais possam de facto ser de segunda ordem no que toca às consequências

que delas emanam, há uma percepção disseminada que os seus efeitos implicam mais directamente a vida dos habitantes de aldeias do que de metrópoles.

O caso dos municípios portugueses ajusta-se a esta tendência de que as eleições para órgãos locais podem ser mais participadas do que as “eleições de primeira ordem” se nos concentrarmos nas unidades administrativas menos povoadas. Além disso, a importância das eleições locais é corroborada pelo estudo de Linda Veiga e Francisco José Veiga sobre ciclos das finanças locais entre 1979 e 2001. Os autores concluem que “há clara evidência de que os défices e as despesas municipais, com destaque para as de investimento, aumentam significativamente no ano das eleições e, em vários casos, no ano anterior” (L. Veiga e F. J. Veiga, 2005, p. 885). Esta afirmação reforça a ideia de que a saliência das eleições locais pode ser mais elevada, e que não será fortuito o facto de, em boa parte dos municípios, serem comparativamente mais participadas.

Este retrato dos concelhos portugueses menos povoados, que apresentam números mais elevados de associações *per capita* e maiores fatias dos seus eleitorados a votar nas autárquicas, pode ser articulado com os resultados obtidos ao nível individual. No final do terceiro capítulo, observou-se que a dimensão do habitat é negativamente correlacionada com a propensão para o trabalho voluntário. Não dispondo de dados suficientes para que se aprofunde a dinâmica “tamanho do habitat/envolvimento cívico” é possível ensaiar uma abordagem ao problema a partir das respostas ao inquérito do projecto “Deliberação e Participação Democráticas”. Uma das perguntas colocadas prendia-se com o grau de interesse dos inquiridos face à política local, nacional, europeia e mundial. Se cruzarmos as respostas relativas às duas primeiras alternativas com as regiões em que os inquiridos residem obtemos os resultados reproduzidos na tabela 5.1. Embora a generalidade dos inquiridos apresente um interesse maior na política local (55%) que nacional (52%), este traço é mais vincado entre os inquiridos das regiões “Alentejo” e “Interior”. Estas são mesmo as regiões em que os entrevistados apresentam níveis mais elevados de interesse na política local.

Os resultados estão longe de colocar em causa a validade da tese de Daniele Caramani (2004) sobre a nacionalização da competição política, até porque não estamos a debruçar-nos sobre as diferenças de votações entre partidos.

Tabela 5.1. Interesse na política local e nacional, por região.

	Interessados na política local	Interessados na política nacional	Diferença	N
Norte litoral	55%	52%	+3%	197
Grande Porto	60%	64%	-4%	131
Interior	67%	55%	+12%	144
Centro litoral	53%	52%	+1%	156
Grande Lisboa	48%	50%	-2%	279
Alentejo	88%	43%	+45%	50
Algarve	13%	15%	-2%	39
Continente	55%	52%	+3%	995

Ainda assim, o quadro que resulta é o da existência de um envolvimento cívico e político geograficamente segmentado, com uma porção do território menos focada nas questões e na competição política de nível nacional. A leitura dos dados reproduzidos na tabela 5.1 sugere uma explicação para o facto de a hipótese 4 ter sido confirmada apenas para as eleições autárquicas: perante valores tão distintos de interesse pela política ao nível local e nacional, é possível conceptualizar um espaço de competição política a dois níveis.

Tabela 5.2. Matriz de correlações (ρ de Pearson) das taxas de participação eleitoral nos concelhos portugueses, para os vários tipos de eleição.

	Legislativas	Europeias	Presidenciais	Referendo	Autárquicas
Legislativas	-	0,84	0,85	0,65	0,47
Europeias	0,84	-	0,77	0,71	0,27
Presidenciais	0,85	0,77	-	0,78	0,15
Referendo	0,65	0,71	0,78	-	-0,13
Autárquicas	0,47	0,27	0,15	-0,13	-

Fonte: Viegas (2009)

Em primeiro lugar, o nível respeitante às eleições de âmbito nacional, em que os padrões de participação são semelhantes entre si. Os índices de correlação entre as taxas de participação dos cinco actos eleitorais, patentes na tabela 5.2, indiciam um quadro de “nacionalização” da taxa de participação em quatro delas: Presidenciais, Europeias, Legislativas e Referendo. O termo “nacionalização” não deve ser entendido no sentido de a participação ser plenamente homogénea entre municípios e eleições, mas de a participação em cada concelho variar na mesma proporção. As eleições Europeias são tendencialmente menos participadas do que as Legislativas em todo o país, mas os municípios em que mais se vota nas primeiras são, em linhas gerais, os mesmos onde mais se vota nas segundas. O segundo nível seria o da política local, correspondendo cada eleição para os órgãos locais a uma esfera de competição própria, e com um padrão de participação menos “nacionalizado”. Este argumento poderia também iluminar a maior capacidade explicativa do modelo face às restantes eleições. Sendo a participação eleitoral nas eleições autárquicas menos “nacionalizada”, as variáveis mobilizadas revelam-se mais eficazes a prever as taxas de participação nos diferentes municípios. Os resultados até aqui obtidos, especialmente no nível agregado, sugerem que a importância da sociedade civil, enquanto indutora da participação, talvez se restrinja sobretudo a este segundo nível, o da política local.

CONCLUSÃO

A investigação que aqui se encerra conduziu a novas questões que poderão vir a ser alvo de um estudo mais aprofundado. Este é, portanto, um momento oportuno para destacar alguns dos aspectos que merecerão ser alvo de maior ênfase em pesquisas futuras.

Um primeiro ponto, já mencionado no capítulo anterior, prende-se com os partidos políticos. De acordo com a tese da cartelização dos sistemas partidários (Katz e Mair, 1995, 2009), os partidos são estruturas de carácter cada vez mais para-estatal e menos ancoradas na sociedade. O que não impede que a existência de pontos de contacto, antes pelo contrário: o estudo do caso português revela que entre os instrumentos de que os dirigentes partidários fazem uso para compensar a sua reduzida ancoragem social se encontra o financiamento a organizações da sociedade civil (Jalali, P. Silva e S. Silva, 2012). De um ponto de vista operativo, uma eventual forma de lidar com o desafio analítico que os partidos constituem para o estudo da sociedade civil e da participação ao nível local seria integrar nas equações ao nível agregado variáveis relativas às dinâmicas partidárias em cada concelho: o grau de competitividade eleitoral entre partidos, a hegemonia no controlo de freguesias ou o grau de sucesso de eventuais grupos de cidadãos eleitores são alguns exemplos.

A ancoragem dos partidos no território português já tem sido, de resto, explorada. Comparando os resultados das eleições legislativas de 1995 com os dos referendos da regionalização e da interrupção voluntária da gravidez celebrados em 1998, André Freire e Michael Baum argumentam que “em qualquer dos referendos a influência dos partidos foi maior do que a dos grupos de interesses e/ou dos «movimentos de cidadãos», evidenciando o seu papel crucial na democracia portuguesa” (Freire e Baum, 2001, p. 37). Contudo, os autores cartografam a distribuição dos “resíduos” de cada concelho face aos resultados previstos pelo modelo de regressão, demonstrando a existência de zonas em que os resultados dos partidos nas legislativas divergem mais significativamente da distribuição expectável dos votos nos referendos, em especial no caso da IVG.

Atendendo a que a hipótese decorrente do conceito de ecologias associativas não foi validada, a sua operacionalização poderá também requerer uma reformulação.

Em lugar de restringi-lo à distribuição de tipos (ou espécies), a ecologia poderia também ser definida pelos tipos de relações que as distintas instâncias travam entre si. Este processo pode desencadear-se por via da integração de dados que permitam sondar os pontos de contacto, sobreposição e conflito entre as organizações da sociedade civil, os partidos e a administração pública local. O estudo de Sidney Tarrow (1971) sobre a mobilização política na França rural da década de 1960 ilustra bem como a articulação entre as organizações da sociedade civil e os partidos à escala local pode oferecer resultados interessantes. Tarrow nota que os habitantes das áreas rurais apresentam um envolvimento político intenso que não passa pela militância ou o interesse na vida partidária. Na verdade, estes cidadãos rejeitam a legitimidade do modelo de partido vigente, construído a partir de clivagens fundamentalmente urbanas. Tarrow argumenta que as modalidades de envolvimento político podem assumir diferentes contornos no seio de um mesmo país, sem que daí resultem dicotomias lineares entre activos e inactivos (Tarrow, 1971, p. 356). Os resultados obtidos no decurso desta investigação levam-nos a considerar que este pode ser um argumento a levar em conta no estudo do caso português.

Por fim, será importante questionar alguns dos pressupostos normativos que presidiram, mesmo que veladamente, à construção das hipóteses de partida e da problemática da investigação. No debate científico e na esfera pública, o declínio da participação eleitoral e de outras formas de participação política tem sido encarado com preocupação, ao passo que um putativo aumento é visto como desejável (Dalton, 2008, p. 92; Franklin, 2003, p. 321). Pippa Norris contraria esta visão, notando que existem novos canais e formas de organização que expandem os horizontes democráticos e que não são imediatamente assimiláveis pelos modelos desenvolvidos pela ciência política behaviorista do pós-guerra (Norris, 2002, p. 222). Mas a maioria das tomadas de posição neste debate vão no sentido da de Lijphart (1997), que apela à necessidade de adoptar medidas que aumentem a participação e, consequentemente, reduzam as desigualdades políticas.

Em que medida deve a participação política e eleitoral ser considerada à partida como algo bom em si mesmo? Robert Putnam refere que uma política de patrocínio eficaz depende da mobilização do voto que, naturalmente, se traduzirá em

taxas altas de participação eleitoral (Putnam, 2000, p. 495). Desse ponto de vista, níveis elevados de participação podem ser tão ou mais perniciosos para a democracia como os baixos. Como tal, afigura-se interessante procurar desvendar em que circunstâncias as taxas de participação eleitoral elevadas correspondem a uma dinâmica de mobilização clientelar, ao reflexo de uma cultura política virtuosa ou a uma combinação de ambas. O método comparativo sub-nacional, mediante o estudo de um número limitado de municípios portugueses, pode constituir uma solução profícua para o estudo deste problema.

Também a sociedade civil é portadora de uma imagem vincadamente benigna. Os contributos citados no primeiro capítulo tecem uma malha argumentativa que sublinha a importância das associações para a qualidade da democracia. Contudo, pode insistir-se na relevância de uma frase já citada: “a sociedade civil pode funcionar para o bem e para o mal” (Bermeo, 2003, p. 7). Esta ideia tem sido progressivamente colocada em relevo, com vários autores a sublinhar que as associações podem exercer efeitos perversos na democracia (Theiss-Morse e Hibbing, 2005).

Num trabalho que se insere nesta linha intelectual, Amaney Jamal (2007) explora os contornos da cultura política, da sociedade civil e do exercício da cidadania na Cisjordânia (Palestina) após a assinatura dos Acordos de Oslo, em 1993. Como vimos, uma das traves mestras da obra *Making Democracy Work*, de Robert Putnam (1993), assenta na primazia atribuída à socialização em grupos secundários enquanto processo catalisador do desenvolvimento de valores democráticos e dos níveis de confiança interpessoal. Amaney Jamal procura refinar a teoria, argumentando que “o contexto político em que as associações operam define as formas através das quais estas podem ou não produzir mudanças democráticas” (Jamal, 2007, p. 9). O caso da Cisjordânia sugere que estas organizações podem obstruir o desenvolvimento de uma cultura democrática: “onde os contextos associativos são dominados pela tendência para o clientelismo, as associações tornam-se locais de replicação desses laços verticais” (Jamal, 2007, p. 9), e não oásis de liberdade.

Atendendo a que a presente dissertação se centra no impacto das associações num contexto democrático, estas ressalvas podem parecer despropositadas. Contudo, os investigadores dos aspectos mais sombrios dos sistemas democráticos alertam para

a subsistência de práticas clientelares mesmo em regimes plenamente consolidados (Kitschelt e Wilkinson, 2007; Stokes, 2007). As associações podem de facto constituir escolas de democracia e ser catalisadoras de uma participação mais cívica em Portugal. Mas será necessário aprofundar conhecimentos, e introduzir novos factores na equação, para que o possamos afirmar de forma categórica.

FONTES ESTATÍSTICAS

1. ESTUDOS DE OPINIÃO

Comissão Europeia (2010). “Eurobarómetro 73.4, Maio de 2010”. Disponível em: <http://info1.gesis.org/dbksearch19/Docs.asp?no=5234> (consultado a 20 de Julho de 2011).

Viegas, José Leite (2009). “Deliberação e Participação Democráticas – Base de dados, 2006”, in André Freire, José Leite Viegas e Filipa Seiceira (org.) (2009), *Representação Política em Portugal – Inquéritos e Bases de Dados*, Lisboa: Sextante.

2. TAXAS DE PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (2006). “Eleição Presidencial 2006 - resultados do escrutínio provisório - continente e regiões autónomas”.

Disponível em: http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/pr2006_r.xls (consultado a 20 de Março de 2012)

Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (2007) “Referendo Interrupção Voluntária da Gravidez – 2007. Resultados do escrutínio provisório - continente e regiões autónomas”.

Disponível em: www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/file/administracao_eleitoral/REF2007_11Fev_xls.zip (consultado a 20 de Março de 2012)

Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (2009a). “Parlamento Europeu, 2009. Resultados – Folha de Cálculo”.

Disponível em: http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/file/Parlamento%20Europeu%20-%202009/PE2009_Globais.xls (consultado a 20 de Março de 2012)

Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (2009b). “Assembleia da República - Resultados 2009 – Folha de Cálculo”.

Disponível em: http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/file/administracao_eleitoral/assembleia_republica_2009/AR2009_Globais_1.xls (consultado a 20 de Março de 2012)

Direcção Geral da Administração Interna – Administração Eleitoral (2009c).
“Autarquias Locais - Resultados 2009. Resultados para a Câmara Municipal”.

Disponível em:

http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/AL_CM_2009_A.xls

(consultado a 20 de Março de 2012)

3. INDICADORES RELATIVOS AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES⁴¹

Instituto dos Registos e do Notariado (2010). “Ficheiro Central de Pessoas Colectivas”
(Folha de cálculo em formato digital).

Instituto Nacional de Estatística. “População residente (N.º) por Local de residência e Sexo” (1981, 1991, 2001, 2011).

Instituto Nacional de Estatística – “Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001)”.

Instituto Nacional de Estatística. “População residente em lugares com 2000 ou mais habitantes (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001)”.

Instituto Nacional de Estatística. “População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001), Sexo e Grupo etário”.

Instituto Nacional de Estatística “Proporção de poder de compra (% - no total do País) por Localização geográfica” (2007).

Instituto Nacional de Estatística. “Superfície agrícola utilizada média por exploração (ha)” (2009).

Instituto Nacional de Estatística. “Proporção de casamentos católicos (%) por Local de residência” (2009).

Instituto Nacional de Estatística. “Densidade populacional” (2009).

Instituto Nacional de Estatística. “Mão-de-obra agrícola (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de mão-de-obra e Regime de duração de trabalho” (2009).

⁴¹ Entre parêntesis apresenta-se o período de referência consultado, no caso das séries temporais. Com a excepção do Ficheiro Central de Pessoas Colectivas, cujo acesso é restrito, todos os indicadores se encontravam disponíveis para consulta através do interface do sítio web do Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt) a 12 de Dezembro de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almond, Gabriel A e Verba, Sidney (1965). *The Civic Culture; Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Boston, MA, Little, Brown.
- Armingeon, Klaus (2007). "Political participation and associational involvement", In van Deth, J., Montero, J. R., e Westholm, A. (coord.), *Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis*, Londres, Routledge, pp. 358–383.
- Armony, Ariel C. (2004). *The dubious link: civic engagement and democratization*, Stanford, CA, Stanford University Press.
- Benhabib, Seyla (1996). "Toward a deliberative model of democratic legitimacy", In Benhabib, S. (coord.), *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*, Princeton, NJ, Princeton University Press, pp. 67–94.
- Bermeo, Nancy (2003). *Ordinary people in extraordinary times: the citizenry and the breakdown of democracy*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Bermeo, Nancy (1986). *The Revolution Within the Revolution: Workers' Control in Rural Portugal*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Blais, André (2007). "Turnout in elections", In Dalton, R. e Klingemann, H.-D. (coord.), *Oxford handbook of political behavior*, Oxford, Oxford University Press, pp. 621–635.
- Blais, André (2006). "What affects voter turnout?", *Annual Review of Political Science*, 9(1), pp. 111–125.
- Bobbio, Norberto (1989). "Sociedade Civil", Romano, R. (coord.), *Enciclopédia Einaudi - Volume 14: Estado-Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Bowler, Shaun, Brockington, David e Donovan, Todd (2001). "Election Systems and Voter Turnout: Experiments in the United States", *The Journal of Politics*, 63(03), pp. 902–915.
- Brody, Richard (1978). "The puzzle of political participation in America", In *The new American political system*, Washington DC, American Enterprise Institute, pp. 287–324.
- Cabral, Manuel Villaverde (2004). "Confiança, mobilização e representação política em Portugal", In Freire, André, Costa Lobo, M., e Magalhães, P. (coord.), *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 301–332.

- Cabral, Manuel Villaverde (2000). "O exercício da cidadania política em Portugal", *Análise Social*, XXXV(154/155), pp. 85–113.
- Caramani, Daniele (2004). *The Nationalization of Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Cohen, Jean L. e Arato, Andrew (1992). *Civil Society and Political Theory*, Cambridge, MA, MIT Press.
- Cutileiro, José (1977). *Ricos e pobres no Alentejo. Uma sociedade rural portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Dalton, Russell J. (2008). "Citizenship Norms and the Expansion of Political Participation", *Political Studies*, 56(1), pp. 76–98.
- Dogan, Mattei (1994). "Use and misuse of statistics in comparative research. Limits to Quantification in Comparative Politics: The Gap between Substance and Method", In Dogan, M. e Kazancigil, A. (coord.), *Comparing nations: concepts, strategies, substance*, London, Blackwell, pp. 35–70.
- Durkheim, Émile (1977). *A divisão do trabalho social*, Lisboa e São Paulo, Editorial Presença e Livraria Martins Fontes.
- Ehrenberg, John (1999). *Civil society*, New York, NY, New York University Press.
- Espírito Santo, Paula (2010). "As eleições autárquicas e regionais em Portugal", *Biblioteca Online Ciências da Comunicação*. [Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/espírito-santo-paula-as-eleicoes-autarquicas-regionais.pdf> , a 11 de Fevereiro de 2011.]
- Fishman, Robert M. (2011). "Democratic Practice after the Revolution: The Case of Portugal and Beyond", *Politics & Society*, 39(2), pp. 233 –267.
- Franklin, Mark N. (2003). "Os enigmas da participação eleitoral", *Análise Social*, XXXVIII(167), pp. 321–338.
- Freedman, David (2001). "Ecological Inference", In Smelser, N. J. (coord.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, Oxford, Pergamon, pp. 4027–4030
- Freire, André (2001). *Mudança eleitoral em Portugal: Clivagens, economia e voto em eleições legislativas, 1983-1999*, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, André (2000). "Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995", *Análise Social*, XXXV(154-155), pp. 115–145.
- Freire, André e Baum, Michael (2001) "Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização", *Análise Social*, XXXVI(158-159), pp. 9–41.

- Freire, André e Magalhães, Pedro (2002) *A abstenção eleitoral em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André, Viegas, José Leite e Seiceira, Filipa (org.) (2009). *Representação Política em Portugal - Inquéritos e Bases de Dados*, Lisboa, Sextante.
- Gaspar, Jorge (1983). “L’abstention électorale au Portugal 1975-1980”, *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, XVIII(35), pp. 65–97.
- Gaspar, Jorge e Vitorino, Nuno (1976). *As eleições de 25 de Abril. Geografia e imagem dos partidos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Geertz, Clifford (1973) *The Interpretation of Cultures Selected Essays*, New York, NY, Basic Books.
- Geys, Benny (2006). “Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research”, *Electoral Studies*, 25(4), pp. 637–663.
- Harris, Jose (2008). “Development of Civil Society”, In Rhodes, R. A. W., Binder, S., e Rockman, B. A. (coord.), *The Oxford Handbook of Political Institutions*, Oxford, Oxford University Press, pp. 131–162.
- Horiuchi, Yusaku. (2005). *Institutions, incentives and electoral participation in Japan : cross-level and cross-national perspectives*, Londres, Routledge.
- Instituto Nacional de Estatística (2010). *Contas Económicas da Agricultura 1980-2009*, Lisboa.
- Jalali, Carlos (2003). “A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras”, *Análise Social*, XXXVIII(167), pp. 545–572.
- Jalali, Carlos, Silva, Patrícia e Silva, Sandra (2012). “Givers and Takers Parties, State Resources and Civil Society in Portugal”, *Party Politics*, 18(1), pp. 61–80.
- Jamal, Amaney A (2007). *Barriers to Democracy: The Other Side of Social Capital in Palestine and the Arab World*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Jargowsky, Paul (2005). “Ecological Fallacy”, In Kempf-Leonard, K. (coord.), *Encyclopedia of Social Measurement*, New York, Elsevier, pp. 715–722.
- Katz, Richard S. e Mair, Peter (1995). “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”, *Party Politics*, 1(1), pp. 5–28.
- Katz, Richard S. e Mair, Peter (2009). “The Cartel Party Thesis: A Restatement”, *Perspectives on Politics*, 7(04), pp. 753–766.
- King, Gary, Keohane, Robert e Verba, Sidney (1994). *Designing social inquiry scientific inference in qualitative research*, Princeton N.J., Princeton University Press.

- Kitschelt, Herbert e Wilkinson, Steven I. (2007). "Citizen-politician linkages: an introduction", In *Patrons, Clients and Policies*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1–49.
- Ladner, Andreas e Milner, Henry (1999). "Do voters turn out more under proportional than majoritarian systems? The evidence from Swiss communal elections", *Electoral Studies*, 18(2), pp. 235–250.
- Lijphart, Arend (1971). "Comparative Politics and the Comparative Method", *The American Political Science Review*, 65(3), pp. 682–693.
- Lijphart, Arend (1997). "Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma", *The American Political Science Review*, 91(1), pp. 1–14.
- Linz, Juan e de Miguel, Armando (1966). "Within-nation Differences and Comparisons: The Eight Spains", In *Comparing nations. The use of quantitative data in cross-national research*, New Haven, Yale University Press, pp. 267–320.
- Linz, Juan e Stepan, Alfred (1996.) *Problems of democratic transition and consolidation: southern Europe, South America, and post-communist Europe*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press.
- Lipset, Seymour (1969). *Political Man*, Londres, Reino Unido, Heinemann Educational Books.
- Maccoby, Herbert (1958). "The Differential Political Activity of Participants in a Voluntary Association", *American Sociological Review*, 23(5), pp. 524–532.
- Magalhães, Pedro (2004). "Democratas, descontentes e desafectos", In Freire, André, Costa Lobo, M., e Magalhães, P. (coord.), *Portugal a votos: as eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 333–361.
- Magalhães, Pedro (2008). "Redes sociais e participação eleitoral em Portugal", *Análise Social*, XLIII(188), pp. 473–504.
- Magalhães, Pedro (2011). *Sondagens, Eleições e Opinião Pública*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mahoney, James e Goertz, Gary (2006). "A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research", *Political Analysis*, 14(3), pp. 227–249.
- Martín, Irene e Deth, Jan van (2007). "Political Involvement", In van Deth, J., Montero, J. R., e Westholm, A. (coord.), *Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis*, Londres, Routledge, pp. 303–333.

- van der Meer, Tom, Grotenhuis, Manfred te e Scheepers, Peer L. H. (2009). "Three Types of Voluntary Associations in Comparative Perspective: The Importance of Studying Associational Involvement through a Typology of Associations in 21 European Countries", *Journal of Civil Society*, 5(3), p. 227.
- van der Meer, Tom e van Ingen, Erik (2009). "Schools of democracy? Disentangling the relationship between civic participation and political action in 17 European countries", *European Journal of Political Research*, 48(2), pp. 281–308.
- Moncada, Eduardo e Snyder, Richard (2012). "Subnational Comparative Research on Democracy: Taking Stock and Looking Forward", *CD-APSA: The Newsletter of the Comparative Democratization Section of the American Political Science Association (APSA)*, 10(1), pp. 1–4.
- Norris, Pippa (2002). *Democratic phoenix: reinventing political activism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Norris, Pippa (2007). "Political activism", In Boix, C. e Stokes, S. (coord.), *The Oxford handbook of comparative politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 628–649.
- Oliver, J. Eric (2000). "City Size and Civic Involvement in Metropolitan America", *The American Political Science Review*, 94(2), pp. 361–373.
- Palacios Cerezales, Diego (2003). *O poder caiu na rua: crise de Estado e ações coletivas na revolução portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pampel, Fred (2000). *Logistic Regression: A Primer*, Sage University Papers Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Pasquino, Gianfranco (1996). "Italy: A democratic regime under reform", In Colomer, J. (coord.), *Political institutions in Europe*, Londres, Reino Unido, Routledge.
- Pateman, Carole (1970). *Participation and Democratic Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Pateman, Carole (1980). "The Civic Culture: A Philosophic Critique", In Almond, G. e Verba, S. (coord.), *The Civic Culture Revisited*, Boston, Little, Brown and Company, pp. 57–102.
- Pérez Díaz, Víctor (1993). *La Primacía De La Sociedad Civil: El Proceso De Formación De La España Democrática*, Madrid, Alianza Editorial.
- della Porta, Donatella e Keating, Michael (2008). "How many approaches in the social sciences?", In *Approaches and methodologies in the social sciences: a*

- pluralist perspective*, Cambridge New York, Cambridge University Press, pp. 19–39.
- Putnam, Robert (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York, Simon & Schuster.
- Putnam, Robert (1993). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Quintelier, Ellen (2008). “Who is Politically Active: The Athlete, the Scout Member or the Environmental Activist?”, *Acta Sociologica*, 51(4), pp. 355–370.
- Reif, Karlheinz e Schmitt, Hermann (1980). “Nine Second-order National Elections – a Conceptual Framework for the Analysis of European Election Results”, *European Journal of Political Research*, 8(1), pp. 3–44.
- Rokkan, Stein (2009). *Citizens, elections, parties: approaches to the comparative study of the processes of development*, Colchester, ECPR Press.
- Rosenstone, Steven e Hansen, John (1993). *Mobilization, participation, and democracy in America*, New topics in politics, New York, Macmillan Pub. Co.
- Rothstein, Bo e Uslaner, Eric M. (2005). “All for All: Equality, Corruption, and Social Trust”, *World Politics*, 58(1), pp. 41–72.
- Schmitter, Philippe (1997). “Civil Society East and West”, In Diamond, L., Plattner, M. F., Chu, Y., e Tien, H. (coord.), *Consolidating the Third Wave Democracies: Themes and Perspectives*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press.
- Schmitter, Philippe (2001). “Parties are not what they once were”, In Diamond, L. e Gunther, R. (coord.), *Political Parties and Democracy*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, pp. 67–89.
- Schmitter, Philippe (1999). *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Schrodt, Philip A (2006). “Beyond the Linear Frequentist Orthodoxy”, *Political Analysis*, 14(3), pp. 335–339.
- Snyder, Richard (2006). *Politics after neoliberalism: reregulation in Mexico*, Cambridge [England]; New York, Cambridge University Press.
- Snyder, Richard (2001). “Scaling Down: The Subnational Comparative Method”, *Studies in Comparative International Development*, 36(1), pp. 93–110.
- Stokes, Susan C. (2007). “Political Clientelism”, In Boix, C. e Stokes, S. (coord.), *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, Oxford, Oxford University Press, pp. 604–628.

- Tarrow, Sidney (1971). "The Urban-Rural Cleavage in Political Involvement: The Case of France", *The American Political Science Review*, 65(2), pp. 341–357.
- Tavares, António e Carr, Jered (2011). "The Effects of City Size, Density, and Structure on Local Civic Participation", Comunicação apresentada na VI Conferência Geral do ECPR, em Agosto de 2011 em Reiqueavique, Islândia.
- Teorell, Jan (2006). "Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda", *European Journal of Political Research*, 45(5), pp. 787–810.
- Teorell, Jan, Ramón Montero, José e Torcal, Mariano (2007). "Political Participation: Mapping the Terrain", In van Deth, J., Montero, J. R., e Westholm, A. (coord.), *Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis*, Londres, Routledge, pp. 358–383.
- Theiss-Morse, Elizabeth e Hibbing, John R. (2005). "Citizenship and civic engagement", *Annual Review of Political Science*, 8(1), pp. 227–249.
- Tocqueville, Alexis de (2008). *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Veiga, Linda e Veiga, Francisco José (2005). "Eleitoralismo nos municípios portugueses", *Análise Social*, 40(177), pp. 865–889.
- Verba, Sidney, Nie, Norman H e Kim, Jae-on (1978). *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Verba, Sidney, Schlozman, Kay Lehman e Brady, Henry E (1995). *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Viegas, José Leite, Belchior, Ana Maria e Seiceira, Filipa (2010). "Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise Comparada Europeia", *Perspectivas - Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, (5), pp. 17–42.
- Viegas, José Leite e Faria, Sérgio (2004). "A abstenção nas eleições legislativas de 2002", In Freire, André, Costa Lobo, M., e Magalhães, P. (coord.), *Portugal a votos: as eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 221–260.
- Viegas, José Leite e Santos, Susana (2009). "Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações", In Freire, André e Viegas, J. L. (coord.), *Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 119–143.
- Wampler, Brian (2007). *Participatory budgeting in Brazil*, University Park, PA, Pennsylvania State Press.

Warren, Mark (2001). *Democracy and association*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

Wilkinson, Richard e Pickett, Kate (2010). *The spirit level: why equality is better for everyone*, Londres, Penguin Books.

Wolin, Sheldon S. (2004). *Politics and vision*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1. Efeitos das organizações da sociedade civil de acordo com Putnam	15
Tabela 3.1. Percentagem de indivíduos que reportam pertença a organizações em vários países europeus, por tipo de organização	33
Tabela 3.2. Percentagem de indivíduos que reportam envolvimento geral e específico por tipo de organização.....	38
Tabela 3.3. Percentagem de indivíduos que reportam participação política, por modalidade	39
Tabela 3.4. Índices usados como variáveis independentes	41
Tabela 3.5. Resultados da regressão pelo método dos mínimos quadrados para a variável dependente “índice de participação política”	44
Tabela 3.6. Resultados da regressão pelo método dos mínimos quadrados para a variável dependente “índice de participação política” com inclusão das várias modalidades de envolvimento	45
Tabela 3.7. Resultados da regressão logística para a variável dependente “voto”	47
Tabela 3.8. Coeficientes de regressão logística para a variável dependente “trabalho voluntário”	49
Tabela 4.1. Eleições em análise (variáveis dependentes: percentagem dos eleitores recenseados que votaram).....	55
Tabela 4.2. Variáveis independentes: densidade e ecologias associativas	58
Tabela 4.3. Coeficientes de regressão (Betas) para as taxas de participação nas cinco eleições (variável independente em teste: densidade associativa).	63
Tabela 4.4. Coeficientes de regressão (Betas) para as taxas de participação nas cinco eleições (variáveis independentes em teste: ecologias associativas)	64
Tabela 5.1. Interesse na política local e nacional por região	72

Tabela 5.2. Matriz de correlações (p de Pearson) das taxas de participação eleitoral nos concelhos portugueses, para os vários tipos de eleição	72
Tabela I.1. Origem e distribuição das variáveis analisadas ao nível individual	91
Tabela II.1. Distribuição por tipo das entidades incluídas no ficheiro do FPCP.....	95

LISTA DE MAPAS

Mapa III.1. Distribuição no território continental da participação nas Eleições Presidenciais (2006).....	96
Mapa III.2. Distribuição no território continental da participação no referendo sobre a IVG (2007)	97
Mapa III.3. Distribuição no território continental da participação nas Eleições Europeias (2009)	98
Mapa III.4. Distribuição no território continental da participação nas Eleições Legislativas (2009)	99
Mapa III.5. Distribuição no território continental da participação nas Eleições Autárquicas (2006)	100
Mapa III.6. Distribuição no território continental da densidade de organizações da sociedade civil	101
Mapa III.7. Distribuição no território continental da densidade de organizações de defesa de interesses	102
Mapa III.8. Distribuição no território continental da densidade de organizações de solidariedade social e religiosas	103
Mapa III.9. Distribuição no território continental da densidade de organizações de ocupação de tempos livres.....	104

ANEXOS

ANEXO I – DADOS DO PROJECTO “PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO DEMOCRÁTICAS”

Os dados analisados ao nível individual foram recolhidos no âmbito do projecto de investigação “Participação e Deliberação Democráticas: Instituições de Mediação Sociopolítica (partidos e associações), Mudanças Ideológicas e Comportamentos Políticos”, desenvolvido no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL, com coordenação de José Leite Viegas (2009). O universo deste estudo de opinião corresponde aos residentes em Portugal Continental com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos. A amostra é constituída por 1000 indivíduos, “seleccionados através de um primeiro critério de estratificação da amostra por habitat”, sendo depois “realizada uma escolha aleatória dos entrevistados por residência, procedendo-se no final a uma verificação e correcção da constituição da amostra tendo em consideração as variáveis sexo, idade e nível de escolaridade”. O trabalho de campo realizou-se nos meses de Junho e Julho de 2006.

Tabela I.1 Origem e distribuição das variáveis analisadas ao nível individual

Nome da variável	Nome da variável no ficheiro original	Caracterização	Distribuição ou média
Idade	IDADE	Variável contínua medida na unidade “anos”.	Média: 41,7 anos N = 1000
Género	SEXO	Variável dicotómica.	0 (homem) = 494 1 (mulher) = 506 N = 1000
Escolaridade	C.S.10	Variável contínua que mede os anos completos de escolaridade.	Média = 7,68 N = 1000
Rendimento elevado*	C.S.15	Variável dicotómica: 1= categoria de rendimentos acima de 1500 euros mensais.	1 (sim) = 69 N = 549

* Variável criada ou recodificada no decurso desta investigação a partir das variáveis originais.

Tabela I.1 (cont.). Origem e distribuição das variáveis analisadas ao nível individual

Nome da variável	Nome da variável no ficheiro original	Caracterização	Distribuição ou média
Rendimento baixo*	C.S.15	Variável dicotómica: 1= categoria de rendimentos abaixo de 751 euros mensais.	1 (sim) = 149 N = 549
Desempregado*	C.S.11	Variável dicotómica: 1= Desempregado	1 (sim) = 59 N = 1000
Reformado*	C.S.11	Variável dicotómica: 1= Reformado	1 (sim) = 129 N = 1000
Casado*	C.S.5	1 = Casado	1 (sim) = 620 N = 999
Frequência religiosa*	C.S.8	Variável dicotómica: 1= frequência religiosa pelo menos uma vez por mês	1 (sim) = 361 N = 875
Habitat	HABITAT	Número de habitantes da localidade de residência por escalões.	1 (+50000) = 155 2 (50000-5000) = 327 3 (5000-500) = 276 4 (-500) = 242
Proximidade a um partido político*	P.6 P.8	Variável recodificada a partir de duas perguntas distintas sobre proximidade a um partido político (questões P.6 e P.8)	0 (não) = 432 1 (simpatizante) = 380 2 (um pouco ligado) = 104 3 (muito ligado) = 44 N = 960

* Variável criada ou recodificada no decurso desta investigação a partir das variáveis originais.

Tabela I.1 (cont.). Origem e distribuição das variáveis analisadas ao nível individual

Nome da variável	Nome da variável no ficheiro original	Caracterização	Distribuição ou média
Índice de discussão política*	P.27.A P.27.B P.27.C	Índice composto a partir das respostas às questões relativas à discussão política com os amigos (P.27.A), com a família (P.27.B), com os colegas (P.27.C).	0 (nunca) = 241 1 (ocasional) = 403 2 (frequente) = 323 3 (muito frequente) = 34 N = 1000
Índice de envolvimento associativo*	P.5.1	Soma dos tipos de organização com que o inquirido esteve “envolvido” nos últimos doze meses. (Os indivíduos que reportam mais de três envolvimento foram agrupados.)	0 = 654 1 = 208 2 = 79 3 = 37 ≥4 = 22 N = 1000
Índice de pertenças associativas*	P.5.2	Soma dos tipos de organização de que o inquirido é “membro”.	0 = 791 1 = 146 2 = 43 3 = 15 ≥4 = 20 N = 1000
Índice de donativos a organizações*	P.5.3	Soma dos tipos de organização a que o indivíduo ofereceu donativos (para além das quotas) nos últimos doze meses.	0 = 798 1 = 134 2 = 38 3 = 21 ≥4 = 9 N = 1000
Índice de trabalho voluntário *	P.5.4	Soma dos tipos de organizações nas quais o inquirido realizou trabalho voluntário nos últimos doze meses.	0 = 876 1 = 93 2 = 21 3 = 5 ≥4 = 5 N = 1000
Dirigente associativo*	P.5.5	Variável dicotómica: 1= já foi dirigente associativo	1 (sim) = 75 N = 1000

* Variável criada ou recodificada no decurso desta investigação a partir das variáveis originais.

ANEXO II – DADOS DO “FICHEIRO CENTRAL DE PESSOAS COLECTIVAS”

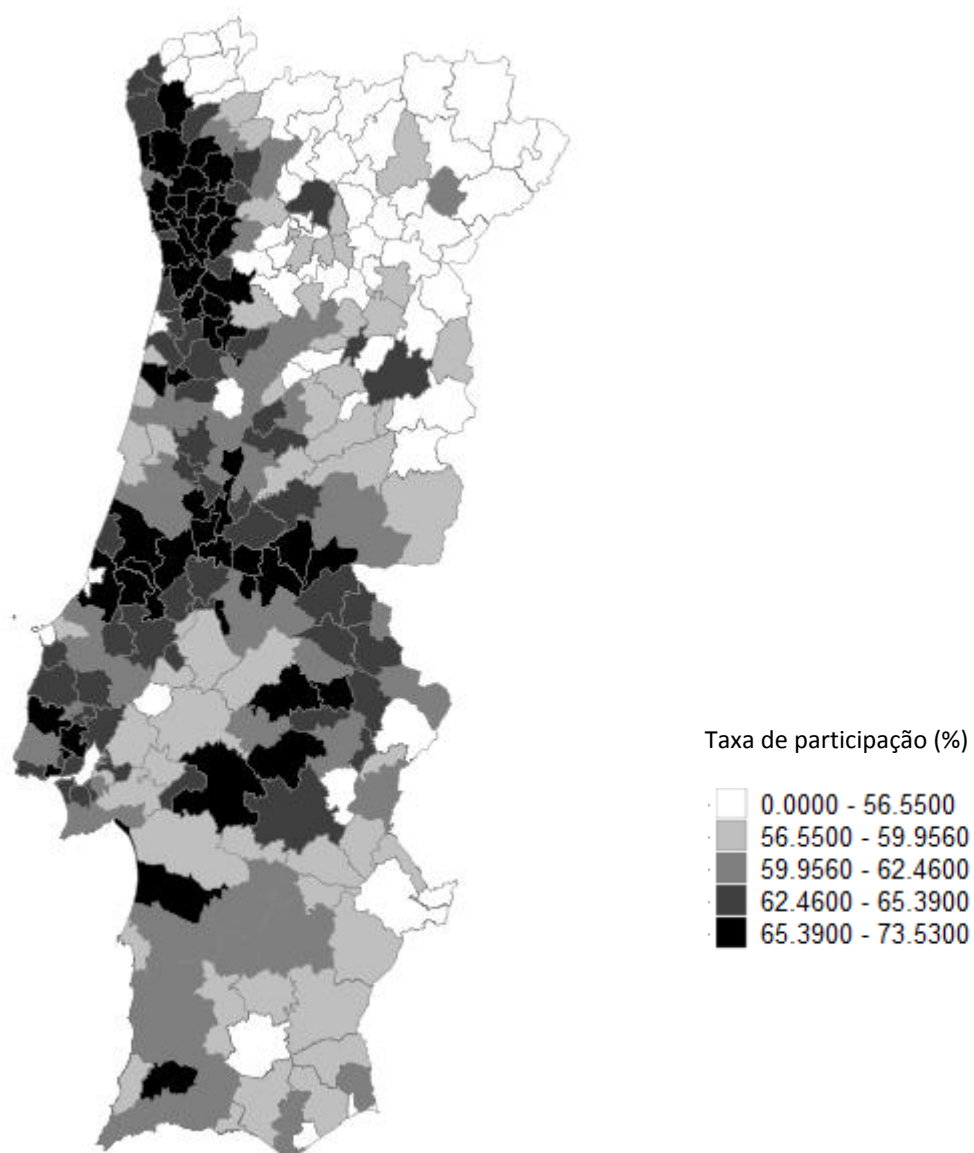
Os valores das variáveis independentes relativas às hipóteses da densidade e ecologias associativas provêm do “Ficheiro Central de Pessoas Colectivas”, obtido junto do Instituto dos Registos e do Notariado, IP. A base de dados desta entidade pública disponibiliza informações relativas à fundação e à actividade de todas as pessoas colectivas registadas no país (associações, cooperativas, pessoas colectivas religiosas, empresas...). De um ficheiro inicial com cerca de um milhão de registos, seleccionaram-se as entradas correspondentes a categorias com uma entidade jurídica do domínio da sociedade civil: cooperativas, pessoas colectivas religiosas e associações de direito privado e público. Após esta primeira filtragem de ordem sistemática, e perante a verificação de que a base de dados se encontrava ainda dotada de uma grande quantidade de registos espúrios (fora do âmbito da sociedade civil), procedeu-se a uma nova ronda de selecção. Depois de reflexão conjunta dos membros da equipa de investigação, concluiu-se que o manancial de informação disponibilizado pela base de dados, sendo muito vasto, carecia de um tratamento mais refinado. A informação sobre o campo sectorial das organizações restringia-se ao Código de Actividade Económica e o seu preenchimento revelava-se impreciso e pouco fiável. Perante este cenário, optou-se pela classificação casuística de cada uma das cerca de 60 000 entidades remanescentes. A cada um dos registos foi então atribuída uma (ou duas) categoria(s) de uma tipologia de actividades. A distribuição dos tipos de organização encontra-se tabela II.1.

Tabela II.1. Distribuição por tipo das entidades incluídas no ficheiro do FPCP

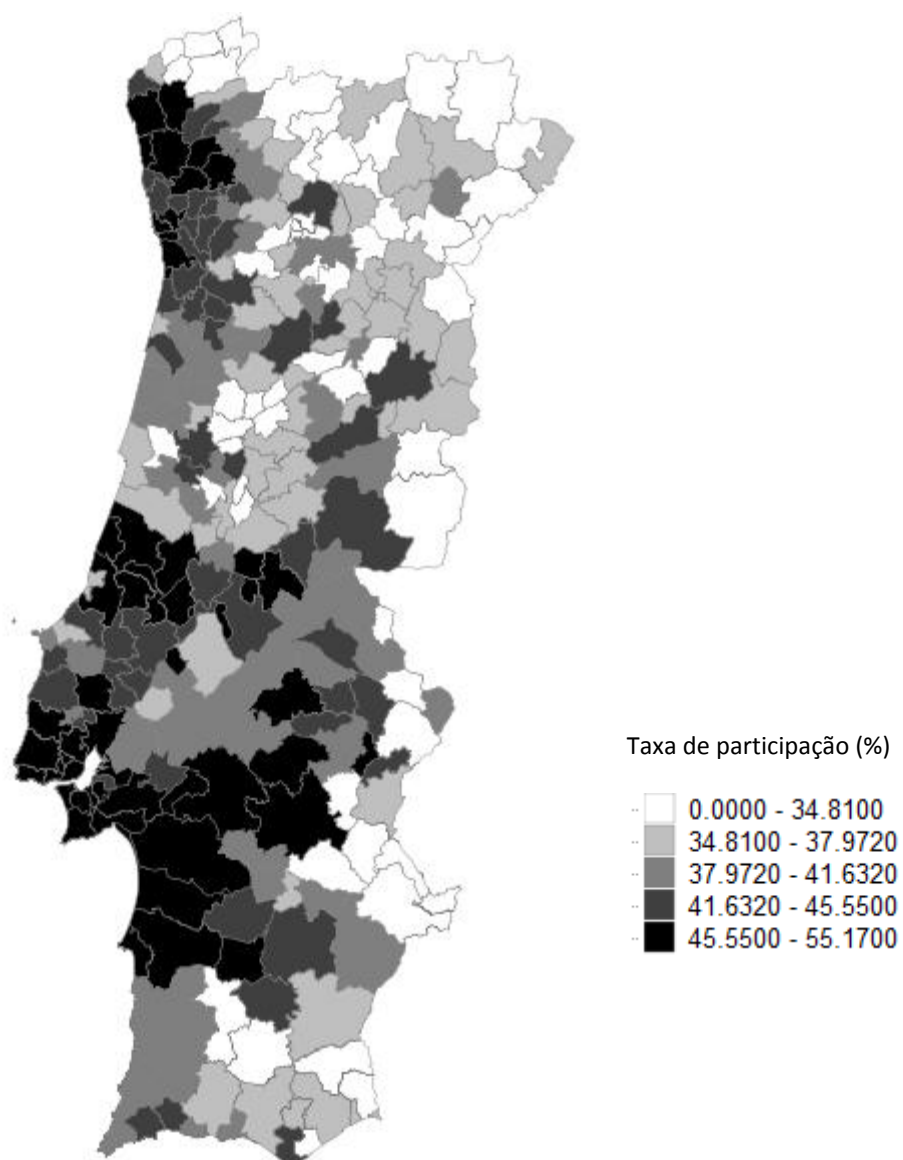
	N	Percentagem
Femininas	158	0,3%
Mutualidades	178	0,3%
Cooperação e desenvolvimento	250	0,4%
Migrantes e étnicas	425	0,7%
Ambientalistas	476	0,8%
Bombeiros e protecção civil	516	0,9%
Pensionistas e idosos	621	1,0%
Sindicatos	646	1,1%
Educativas	733	1,2%
Moradores e de vizinhança	812	1,3%
Fundações	825	1,4%
Grupos cívicos e movimentos políticos (que não partidos)	915	1,5%
Estudantes	994	1,6%
Trabalhadores (que não sindicatos)	982	1,6%
Agricultura e pescas	1085	1,8%
Clubes sociais	1283	2,1%
Profissionais	1345	2,2%
Juventude	1411	2,3%
Outras	1449	2,4%
Empresários	1937	3,2%
Religiosas	2364	3,9%
Desenvolvimento local e promoção social	3049	5,1%
Pais	3304	5,5%
Prestação de cuidados de bem-estar e de saúde	5819	9,6%
Científicas e culturais	6172	10,2%
Cooperativas	6318	10,5%
Desporto, recreio e lazer	21723	36,0%
Total de registos	60363	100%

ANEXO III – MAPAS

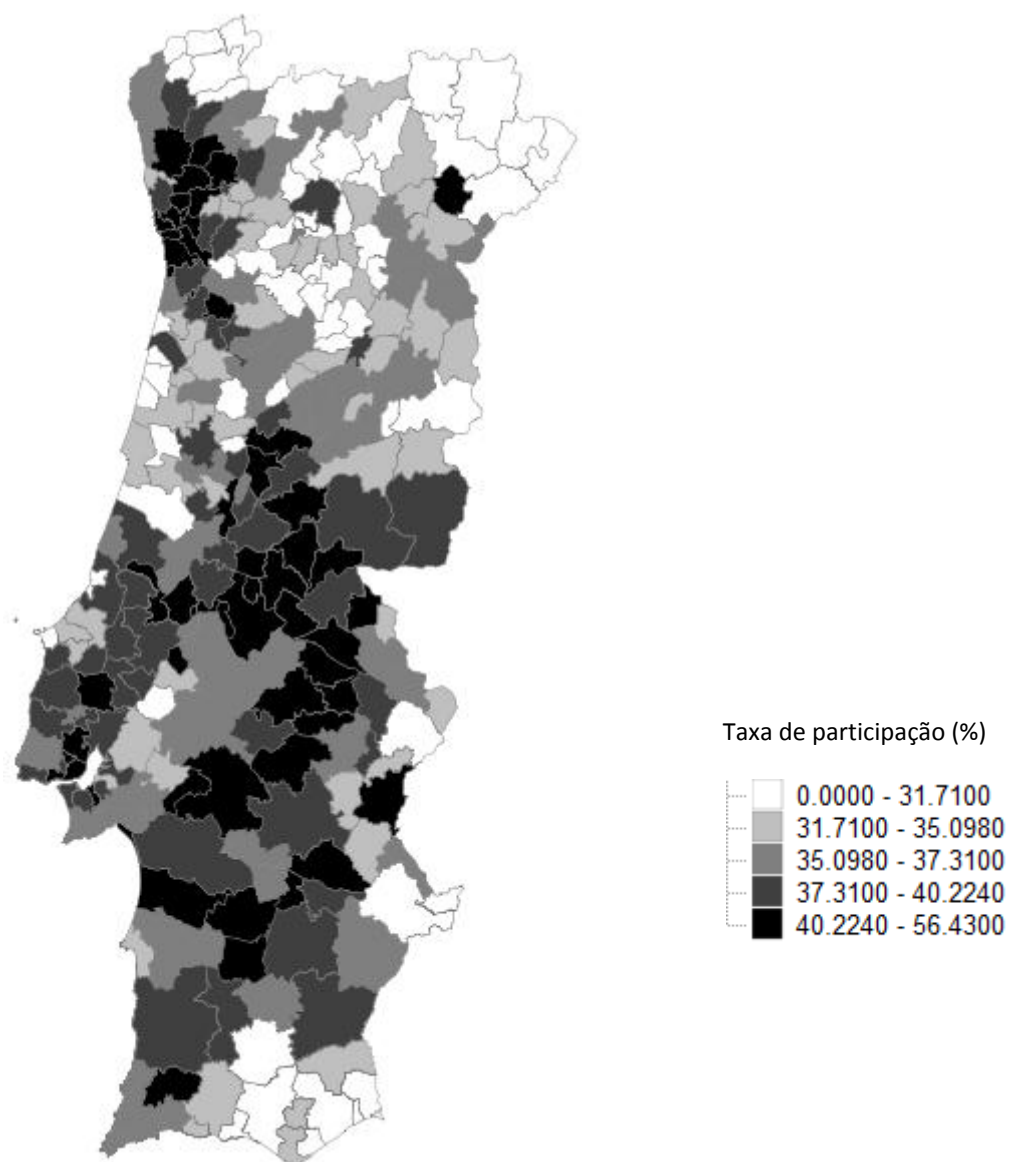
III.1. Distribuição no território continental da participação nas Eleições Presidenciais (2006)



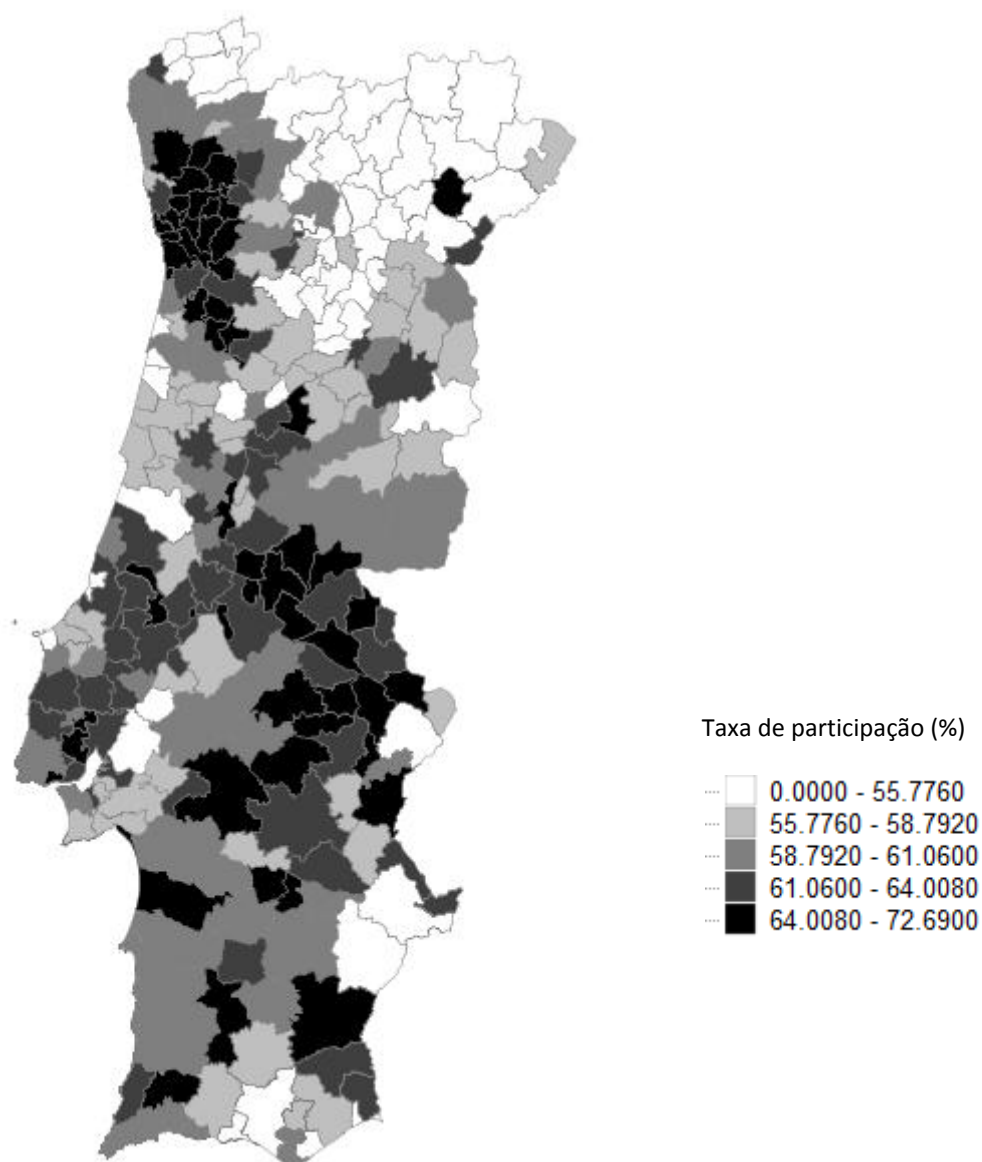
III.2. Distribuição no território continental da participação no referendo sobre a IVG (2007)



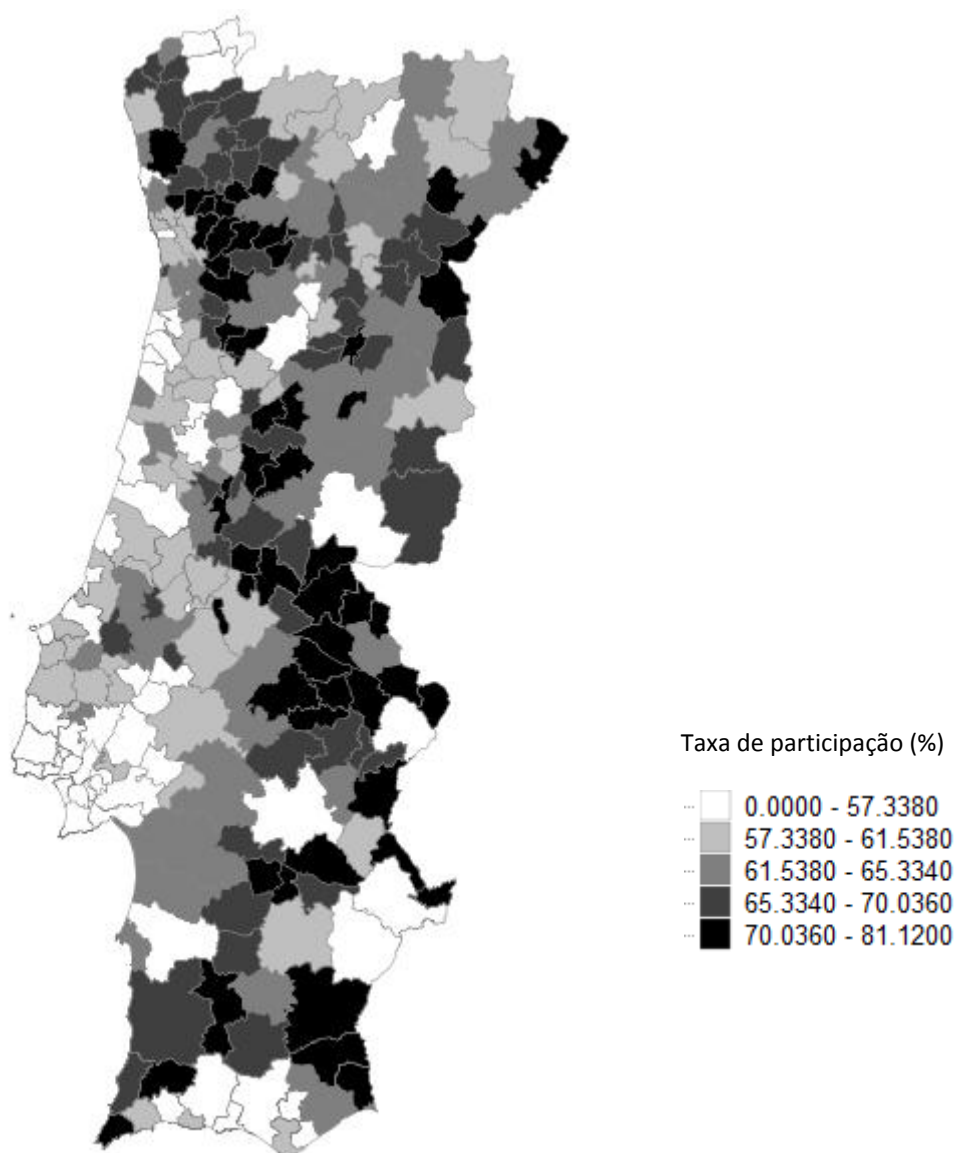
III.3. Distribuição no território continental da participação nas Eleições Europeias (2009)



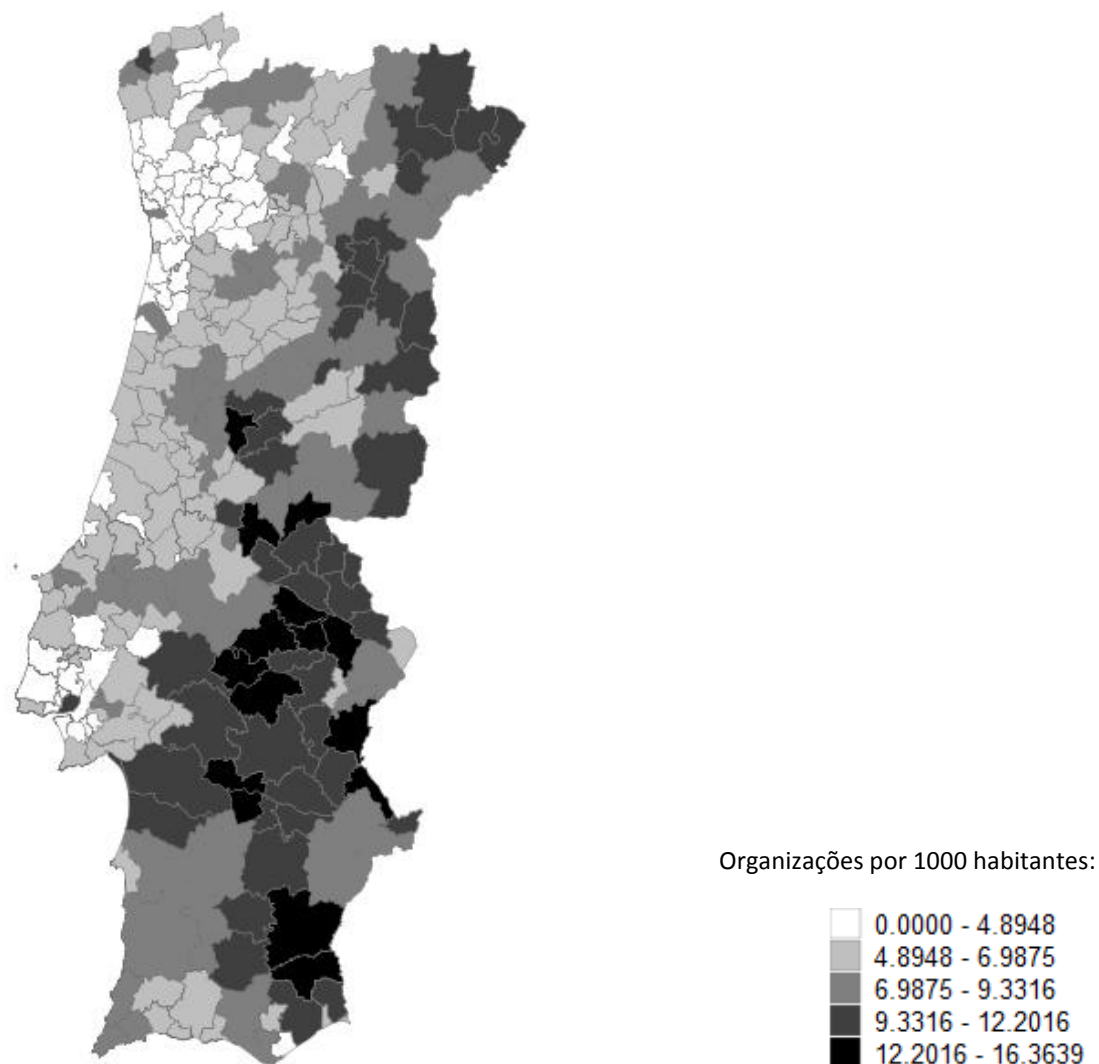
III.4. Distribuição no território continental da participação nas Eleições Legislativas (2009)



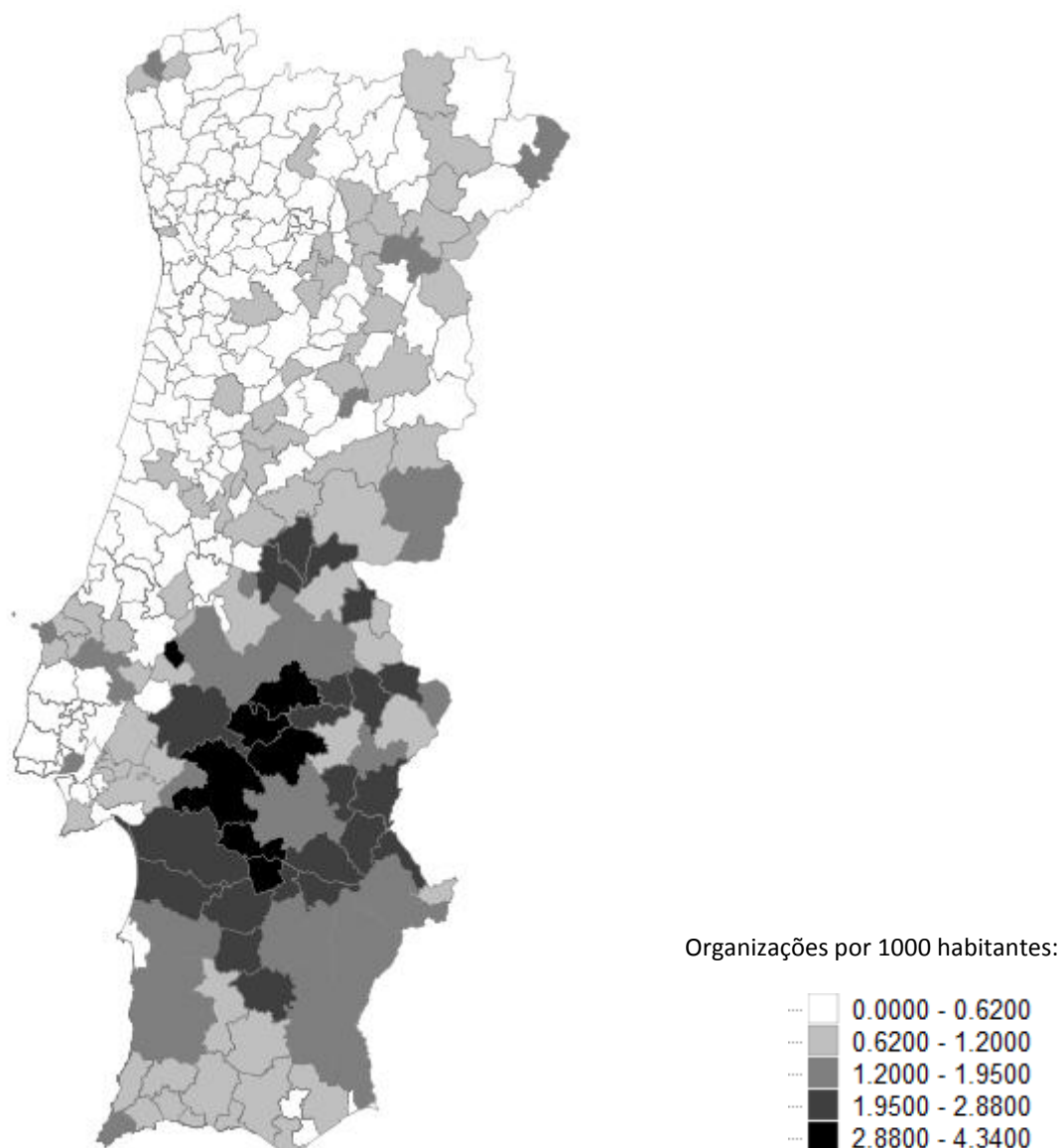
III.5. Distribuição no território continental da participação nas Eleições Autárquicas (2009)



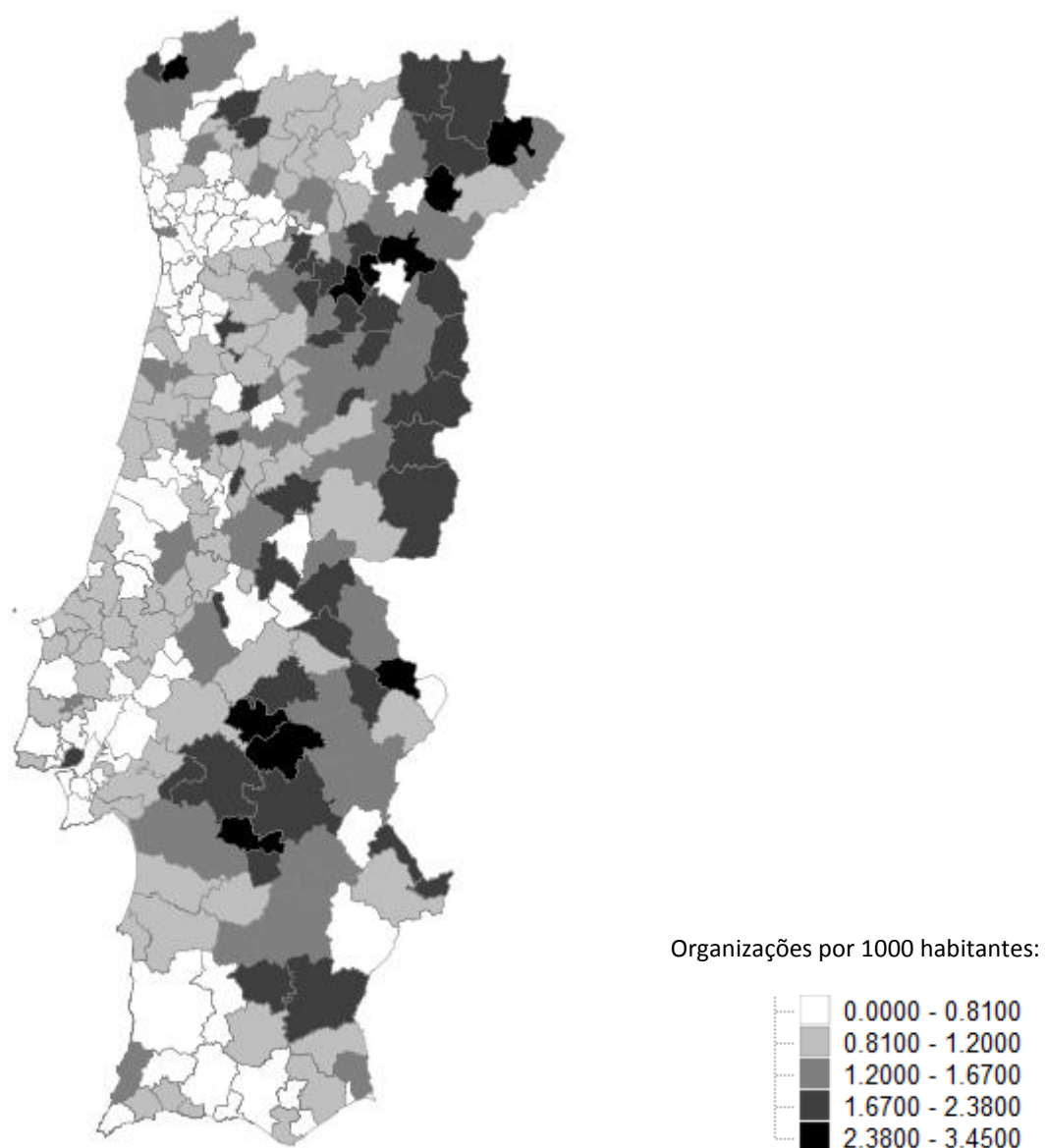
Mapa III.6 - Distribuição no território continental da densidade de organizações da sociedade civil



Mapa III.7 - Distribuição no território continental da densidade de organizações de defesa de interesses



Mapa III.8 – Distribuição no território continental da densidade de organizações de solidariedade social e religiosas



Mapa III.9 – Distribuição no território continental da densidade de organizações de ocupação de tempos livres por 1000 habitantes

